

Processo de Revisão do PPCUB – continuidade

Minuta de Projeto de Lei Complementar

Minuta resultante
do processo de
construção coletiva
até 2018

Encaminhamento
Minuta para o
IPHAN
10/08/2018

Parecer Técnico n°
32/2019/IPHAN-DF
19/12/2019

Trabalho técnico
interno (SEDUH)
**Jan 2020 –
out/2021**

Reuniões SEDUH e
IPHAN

Parecer Técnico n°
30/2021/IPHAN-DF
09/12/2021

- análise parecer do IPHAN;
- realização de força tarefa da equipe SCUB;
- análise de +200 processos SEI;
- ajustes, padronização e reestruturação da Lei.

Ajustes técnicos
(SEDUH)
**Dez/2021
Jan/Fev/2022**

Processo de Revisão do PPCUB – continuidade

Minuta de Projeto de Lei Complementar

Câmara Temática do Conjunto Urbanístico de Brasília – CT-CUB no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN, criada pela Resolução Administrativa N°2/2022, de 03/02/2022
Início 11/03/2022

Recebimento de demandas da Câmara Temática até **16/09/2022**

Trabalho Técnico interno (SCUB/SEDUH) até OUT/2022

- análise demandas da CT-CUB;
- análise demandas de processos do SEI;
- realização de força tarefa da equipe DIPRE/COPLAB;
- ajustes, padronização e reestruturação da Lei e das PURP.

Reunião apresentação alterações IPHAN 18/10/2022

Convocação Audiência Pública 20/10/2022

Reunião devolutiva CT-CUB 27/10/2022

Apresentação inicial CONPLAN 03/11/2022

Audiência Pública 19/11/2022

Reunião final CONPLAN 24/11/2022

Estrutura PPCUB



PPCUB

SEDUH
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Minuta do Projeto de Lei Complementar

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

PROPOSTA DE MINUTA PLC PPCUB (2020)

Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

TÍTULO I DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO DO CUB

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei Complementar dispõe sobre o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, nos termos do que estabelece a Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, e o Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT e seus sucedâneos.

Art. 2º O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB é o instrumento das políticas de preservação, de planejamento e de gestão da Unidade de Planejamento Territorial Central, conforme definido pelo PDOT e seus sucedâneos.

§1º A área de abrangência do PPCUB é delimitada a leste pelo limite do espelho d'água do Lago Paranoá; a oeste pela DF 003 – Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA, englobando o Parque Nacional de Brasília; ao sul pela DF 025 – Estrada Parque Dom Bosco – EPDB e pelo córrego Riacho Fundo; a norte pelo Ribeirão Bananal, conforme Anexo I desta Lei Complementar.

§2º O PPCUB compreende, simultaneamente, a legislação de preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, a lei de uso e ocupação do solo e o Plano de Desenvolvimento Local da Unidade de Planejamento Territorial Central, conforme estabelecido pelo PDOT e seus sucedâneos.

§3º Planos, programas, projetos e ações previstos para a área de abrangência deste Plano devem ser pautados no cumprimento desta Lei Complementar e incorporados aos demais instrumentos de planejamento e de gestão do Distrito Federal - DF.

Art. 3º Este Plano visa resguardar a singularidade da concepção urbanística e da paisagem urbana de sua área de abrangência e o ordenamento do território para o exercício das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, conforme dispõe o Estatuto da Cidade.

Art. 4º A área de abrangência do PPCUB corresponde à Unidade de Planejamento Territorial Central, estabelecida pelo PDOT e seus sucedâneos, compreendendo:

I – Conjunto Urbanístico de Brasília – CUB;

II – Espelho d'água do Lago Paranoá;

III – Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo – Área II;


IV – Parque Nacional de Brasília.


- Minuta do Projeto de Lei Complementar - 61 páginas
- 15 anexos


Minuta do Projeto de Lei Complementar - Da Preservação:

- * Conforme a Declaração Retrospectiva de valor Universal Excepcional da UNESCO o conjunto Urbanístico de Brasília – CUB “ (...) **constitui no principal artefato urbano produzido em consonância com os princípios urbanísticos e arquitetônicos do Movimento Moderno.**”
- * São diretrizes gerais do PPCUB **preservar, manter e valorizar** o CUB pela preservação das características essenciais dos **valores patrimoniais, dos atributos fundamentais, da configuração espacial e das escalas urbanas**, entre outras.
- * Os valores patrimoniais do CUB são os seguintes:
 - I – a concepção das quatro escalas urbanas: a residencial, a monumental, a gregária e a bucólica e as suas características;
 - II – os valores históricos resultantes:
 - a) do processo de implantação da capital no interior do país, representando a afirmação da sociedade brasileira e da sua identidade no cenário mundial;
 - b) da contribuição brasileira para a arquitetura e o urbanismo mundiais;
 - III – o valor paisagístico resultante da inserção da cidade no território;

Minuta do Projeto de Lei Complementar - Da Preservação:

-  Os atributos que conferem valor universal excepcional à Brasília, listados pela UNESCO são:
- cruzamento dos dois eixos e a hierarquia do sistema viário;
 - a setorização da cidade com seus respectivos gabaritos e usos, o sistema de espaços livres e verdes;
 - a Esplanada dos Ministérios e edifícios representativos que compõem o Eixo Monumental;
 - as superquadras organizadas nas unidades de vizinhança;
 - a arquitetura de Oscar Niemeyer para os edifícios mais representativos.

 A área de tombamento é de aproximadamente 120km².

 O CUB é protegido em nível distrital pelo Decreto nº 10.829/1987 que possui como Anexo I o texto “Brasília Revisitada”, de Lucio Costa, escrito em 1987.

Minuta do Projeto de Lei Complementar - Da Preservação:



Atualmente o CUB é protegido em nível federal:

- pela Portaria IPHAN nº 314/1992,
- Portaria IPHAN nº 68/2012 e
- Portaria IPHAN nº 166/2016 (alterada pela Portaria IPHAN nº 421/2018).



A Portaria IPHAN nº 166/2016 complementou e detalhou a Portaria IPHAN nº 314/1992. Delimitou duas zonas de preservação, Macroárea A e Macroárea B, de acordo com papel e importância de cada zona dentro da área de tombamento. Estabeleceu, conforme suas diretrizes de preservação, usos e limites de alturas para as edificações compatíveis com os setores.



A minuta do PPCUB foi elaborada em consonância com os critérios de preservação estabelecidos pela legislação de preservação federal e distrital. Principalmente em relação à manutenção dos seus atributos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos, que estão presentes nas escalas quatro urbanísticas monumental, gregária, residencial e bucólica.



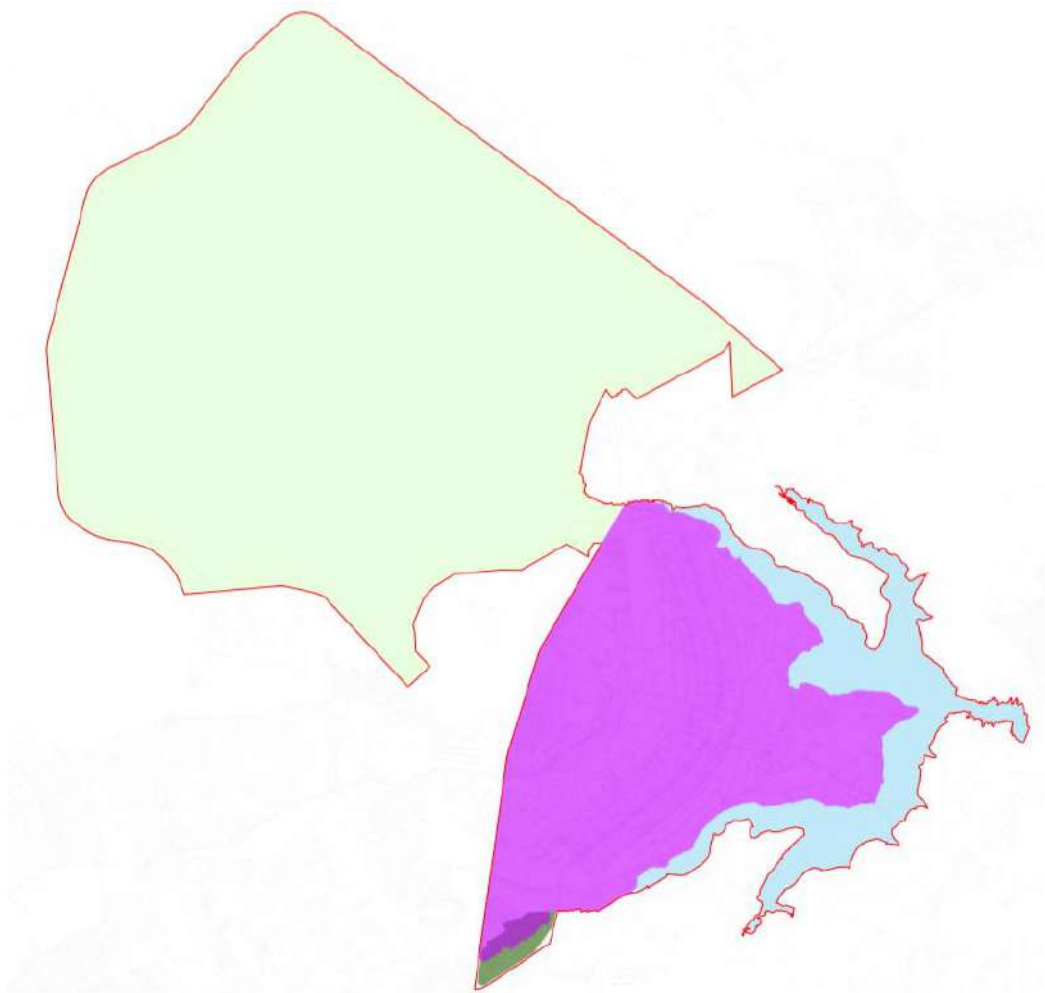
A minuta do PPCUB propõe uma atualização e flexibilização dos parâmetros de uso e ocupação do solo conforme os limites estabelecidos na Portaria IPHAN nº 166/2016.

Minuta do Projeto de Lei Complementar - Da Gestão Compartilhada do CUB:

- * A gestão compartilhada do CUB é feita pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano do Distrito Federal (SEDUH) e pelo órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural (IPHAN).
- * É feita a partir de um **Acordo de Cooperação Técnica** visando à **preservação**, à **promoção** e à **valorização** do CUB como patrimônio nacional e cultural da humanidade, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum.
- * O Acordo define a competência das partes na realização de ações conjuntas e constitui o **Grupo Técnico Executivo – GTE-CUB**, responsável pela implementação do Plano de Trabalho acordado.
- * No âmbito Federal o IPHAN coordena a implementação do **Comitê Gestor** que irá elaborar um plano de gestão para o CUB, alinhado ao PPCUB.

ANEXO I –

Mapa de Áreas de Abrangência do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

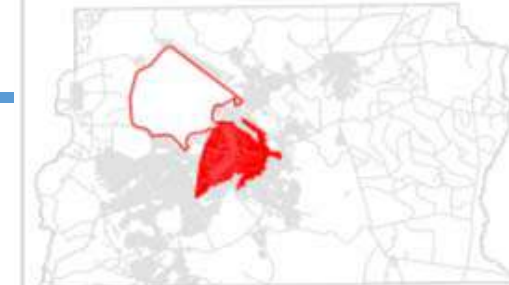


Legenda

- Poligonal PPCUB
- Poligonal CUB
- Parque Nacional de Brasília
- ARIE-Santuário da Vida Silvestre do Riacho Fundo (Área II)
- Lago Paranoá

Representação Audiência Pública (100343799) SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 259

LOCALIZAÇÃO



ANEXO II – Mapa de Setorização da Área de Abrangência do PPCUB



Legenda



SIGLA	NOME DO SETOR	SIGLA	NOME DO SETOR
AVPR 1	ÁREA VERDE DE PROTEÇÃO E RESERVA 1	SGAS	SETORES DE GRANDES ÁREAS SUL
AVPR 2	ÁREA VERDE DE PROTEÇÃO E RESERVA 2	SGMN	SETOR DE GARAGENS DOS MINISTÉRIOS NORTE
CAND	CANDANGOLÂNDIA	SGO	SETOR DE GARAGENS OFICIAIS
CES	CEMITÉRIO SUL	SHCAD	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ÁREAS OCTOGONAIS
EMI	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS	SHCES	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS ECONÔMICAS SUL - CRUZEIRO NOVO
EMO	EIXO MONUMENTAL OESTE	SHCGN	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS GEMINADAS NORTE
ERN	EIXO RODOVIÁRIO-RESIDENCIAL NORTE	SHCN	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NORTE
ERS	EIXO RODOVIÁRIO-RESIDENCIAL SUL	SHCNW	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS NOROESTE
ETO	ESPLANADA DA TORRE DE TV	SHCS	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUL
LAGO PARANOÁ	LAGO PARANOÁ	SHCSW	SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE
PFR	PLATAFORMA RODOVIÁRIA	SHIGS	SETOR DE HABITAÇÕES INDIVIDUAIS GEMINADAS SUL
PMU	PRAÇA MUNICIPAL	SHIP	SETOR HÍPICO
PQEB	PARQUE ESTAÇÃO BIOLÓGICA	SHLN	SETOR HOSPITALAR LOCAL NORTE
PQEN	PARQUE ECOLÓGICO NORTE	SHLS	SETOR HOSPITALAR LOCAL SUL
PTP	PRAÇA DOS TRÊS PODERES	SHLSW	SETOR HOSPITALAR LOCAL SUDOESTE
SAFN	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL NORTE	SHN	SETOR HOTELEIRO NORTE
SAFS	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL SUL	SHS	SETOR HOTELEIRO SUL
SAM	SETOR DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SHTN	SETOR DE HOTÉIS DE TURISMO NORTE
SAUN	SETOR DE AUTARQUIAS NORTE	SIG	SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS
SAUS	SETOR DE AUTARQUIAS SUL	SMAS	SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES SUL
SBN	SETOR BANCÁRIO NORTE	SMHN	SETOR MÉDICO-HOSPITALAR NORTE
SBS	SETOR BANCÁRIO SUL	SMHS	SETOR MÉDICO-HOSPITALAR SUL
SCEN	SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS NORTE	SMLN	SETOR DE MANSÕES ISOLADAS NORTE
SCES	SETOR DE CLUBES ESPORTIVOS SUL	SMU	SETOR MILITAR URBANO
SCLRN	SETOR COMERCIAL LOCAL RESIDENCIAL NORTE	SPO	SETOR POLICIAL
SCN	SETOR COMERCIAL NORTE	SPP	SETOR PALÁCIO PRESIDENCIAL
SCRN	SETOR COMERCIAL RESIDENCIAL NORTE	SPVP	SETOR DE PRESERVAÇÃO DA VILA PLANALTO
SCRs	SETOR COMERCIAL RESIDENCIAL SUL	SRES	SETOR DE RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS SUL - CRUZEIRO
SCS	SETOR COMERCIAL SUL	SRPN	SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA NORTE
SCTN	SETOR CULTURAL NORTE	SRPS	SETOR DE RECREAÇÃO PÚBLICA SUL
SCTS	SETOR CULTURAL SUL	SRTVN	SETOR DE RÁDIO E TV NORTE
SDC	SETOR DE DIVULGAÇÃO CULTURAL	SRTVS	SETOR DE RÁDIO E TV SUL
SDN	SETOR DE DIVERSÕES NORTE	STN	SETOR TERMINAL NORTE
SDS	SETOR DE DIVERSÕES SUL	STS	SETOR TERMINAL SUL
SEN	SETOR DE EMBAIXADAS NORTE	UnB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
SEPN	SETOR DE EDIFÍCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA NORTE	VILA TELEBRASÍLIA	VILA TELEBRASÍLIA
SEPS	SETOR DE EDIFÍCIOS DE UTILIDADE PÚBLICA SUL	VPLA	VILA PLANALTO
SES	SETOR DE EMBAIXADAS SUL	ZOO/ARIE	JARDIM ZOOLOGICO DE BRASÍLIA e ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO DO SANTUÁRIO DE VIDA SILVESTRE DO RIACHO FUNDO
SGAN	SETORES DE GRANDES ÁREAS NORTE		

ANEXO III – Mapa de Classificação do Sistema Viário, para fins de preservação



Legenda

- Nível 1
- Nível 2
- Nível 3

ANEXO IVa – Quadro de Bens Tombados ou com indicação de Preservação

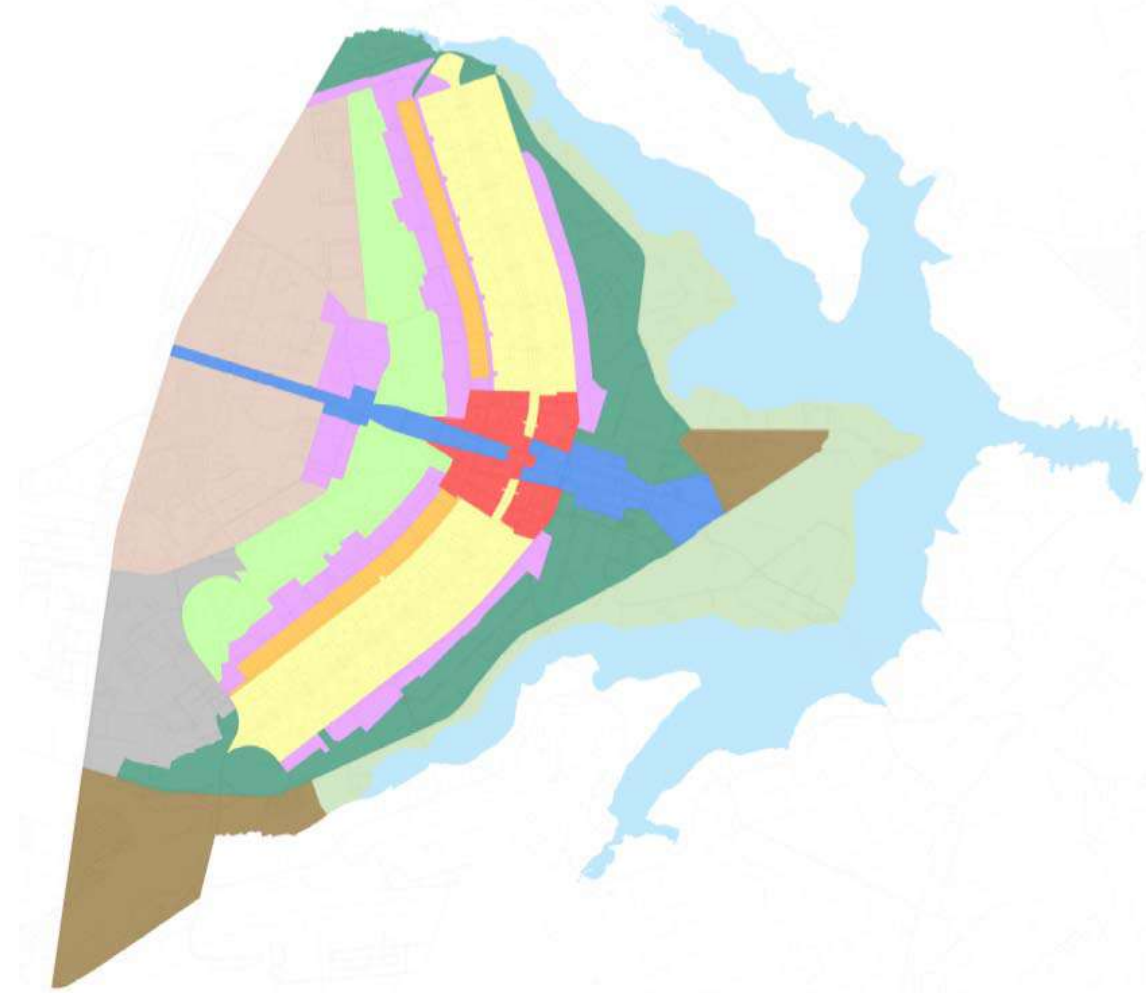
TP	UP	Nome/Objeto	Endereço	Tipo	Situação	Esfera
1	1	Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves	PTP Lt H	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	1	Espaço Oscar Niemeyer	PTP Área J	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	1	Parque Urbano Bosque dos Constituintes	-	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	1	Espaço Israel Pinheiro	SAFS Lt M	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	1	Mastro da Bandeira	-	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	2	Praça dos Três Poderes	PTP	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Congresso Nacional	PTP Área A	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Palácio do Planalto	PTP Área F	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Supremo Tribunal Federal	PTP Área C	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Casa de Chá	PTP Área E	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Espaço Lúcio Costa	PTP Área K	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Museu da Cidade	PTP Área D	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Pombal	PTP	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Palácio da Justiça	EMI Projeção 21	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Palácio do Itamaraty e anexo	EMI Projeções 13 e 14	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Blocos dos Ministérios	EMI Projeções 1 a 11 e 13 a 23	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Catedral Metropolitana de Brasília	EMI Projeção 12	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Jardins do Palácio do Itamaraty	EMI Projeção 13	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Jardins do Palácio da Justiça	EMI Projeção 21	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Jardins do Palácio do Planalto	PTP Área F	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	2	Placa comemorativa oferecida a Rui Barbosa	PTP Área A	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	3	Anexos dos Blocos Ministeriais	SAFS Quadra 1 Lts 1 a 8 e AEMN Lts 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17 e 19	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	4	Teatro Nacional Claudio Santoro	SCTN Lt 1	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	4	Touring Club do Brasil	SCTS Lt 1	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	4	Biblioteca Nacional Leonel de Moura Brizola	SCTS Lt 2	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	4	Museu da República Honestino Guimarães	SCTS Lt 2	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	4	Jardins do Teatro Nacional Claudio Santoro	SCTN Lt 1	Material	Tombado	Distrital
1	5	Feira de Artesanato da Torre de TV	EMO/O	Imaterial	Indicação de preservação	Distrital
1	5	Torre de TV	EMO/O Lt A - Torre de TV	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	6	Clube do Choro	SDC Lt 3	Material e Imaterial	Indicação de preservação (Material) e Registrado (Imaterial)	Distrital
1	6	Conjunto Cultural da Funarte: Teatro Plínio Marcos, Sala Cássia Eller, Galeria Fayga Ostrower e marquise	SDC Lts 1, 2 e 7	Material	Tombado	Federal e Distrital
1	6	Planetário	SDC Lt 4	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	6	Paradas de ônibus	SDC Eixo N1 e S1	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	7	Árvore do Buriti	PMU	Material	Tombado	Distrital
1	7	Palácio do Buriti	PMU Lt 3	Material	Indicação de preservação	Distrital
1	7	Tribunal de Contas do DF	PMU Lt 4	Material	Indicação de preservação	Distrital

ANEXO IVb – Quadro de Obras de Arte Móveis e Integradas

Obras de Arte

TP	UP	TÍTULO / DESCRIÇÃO	AUTOR	EDIFICAÇÃO	ENDEREÇO
1	1	Os Guerreiros ou Os Candangos (1959)	Bruno Giorgi	Praça dos Três Poderes	PTP
1	1	A Justiça (1961)	Alfredo Ceschiatti	Praça dos Três Poderes	PTP
1	1	Herma de Israel Pinheiro (1980)	Honório Peçanha	Praça dos Três Poderes	PTP
1	1	Cabeça do Presidente JK (1960)	José Pedrosa	Museu da Cidade	PTP
1	1	Vitral e esculturas (1986)	Marianne Peretti	Panteão da Pátria	PTP
1	1	A pomba (1980)	Marianne Peretti	Panteão da Pátria	PTP
1	1	Herma de Tiradentes (1986)	Bruno Giorgi	Panteão da Pátria	PTP
1	2	Meteoro (1967)	Bruno Giorgi	Palácio do Itamaraty	EMI Projeção 21
1	2	Herma de Heitor Villa Lobos (1960)	Armando Schnoor	Ministério da Educação	EMI Projeção 1
1	2	Os Evangelistas (1968)	Alfredo Ceschiatti	Catedral Metropolitana	EMI Projeção 12
1	2	Vitral em fibra de vidro	Marianne Peretti	Catedral Metropolitana	EMI Projeção 12
1	5	Era Espacial ou Berimbau (1962)	Alexandre Wakenwith	Torre de TV	EMO/O Lote A
1	7	Forma Espacial no plano (1980)	Enio Iommi	Palácio do Buriti	PMU
1	8	Estátua do Presidente JK (1981)	Honório Peçanha	Memorial JK	EMO Memorial Juscelino Kubitschek
1	8	JK e Dona Sarah Kubitschek (2007)	Roberto Sá e Chara Arthaud	Memorial JK	EMO Memorial Juscelino Kubitschek
1	8	Esferoides (2002)	Darlan Rosa	Memorial JK	EMO Memorial Juscelino Kubitschek
2	2	Painel em cerâmica (2015)	Francisco Brennand	Residencial Francisco Brennand	SQN 115, bloco A
2	5	Desdobramento (1988)	Mário Cravo Jr.	Edifício Gemini Center	SCLN 107, blocos B e C
2	5	Vitória Bahia (1988)	Mário Cravo Jr.	Conjunto Comercial Boulevard	SCLN 309
3	1	Busto de Zumbi dos Palmares (1995)	Mestre Saul	Praça Zumbi dos Palmares	SDS
3	3	Escultura em aço corten (2000)	Omar Franco	Brasília Shopping	SCN Q, 5 BL. A
3	3	Painel com pastilhas vitrificadas (1994)	Tomie Ohtake	Ed. Number One Business Center	SCN Q, 1 BL. B
3	5	Vitral (1972)	Lourenço Heilmer	Caixa Econômica Federal	SBS Lt 34
3	5	Escultura em aço corten (2000)	Omar Franco	Caixa Econômica Federal	SBS Lt 34
3	5	Estátua pedestre de D. Pedro II (1870)	Francisco Manoel Chaves Pinheiro	Caixa Cultural	SBS Lt 34
3	5	Mural em concreto (1977)	Martha Poppe	Sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	SBN Lt 31 ECT
3	5	Mural em mármore banco (1972)	Rubem Valentim	Secretaria de Fazenda – DF	SBN Q, 2 BL. A
3	5	Escultura em aço corten (2000)	Omar Franco	Edifício Via Capital	SBN Q, 2 BL. F
3	6	Forma no espaço (2000)	Oscar Niemeyer	Edifício-sede do Conselho Federal da OAB	SAUS Q, 5 Lt 1
5	2	Monumento à Cultura (1965)	Bruno Giorgi	Faculdade de Educação	UnB Área 1
5	2	Painel de Azulejos (1962)	Luis Humberto Martins Pereira	Faculdade de Educação	UnB Área 1
5	2	Bartira (1954)	Victor Brecheret	Faculdade de Educação	UnB Área 1
6	3	Dinamismo Olímpico (1972)	Bruno Giorgi	Ginásio Nilson Nelson	SAIN Centro Esportivo de Brasília
8	2	Monumento Galdino (1997)	Siron Franco	Praça do Compromisso	SHIG5 703/704
9	12	Conjunto escultórico em concreto aparente (1970)	Roberto Burle Marx	Praça dos Cristais	SMU

ANEXO V – Mapa dos Territórios de Preservação

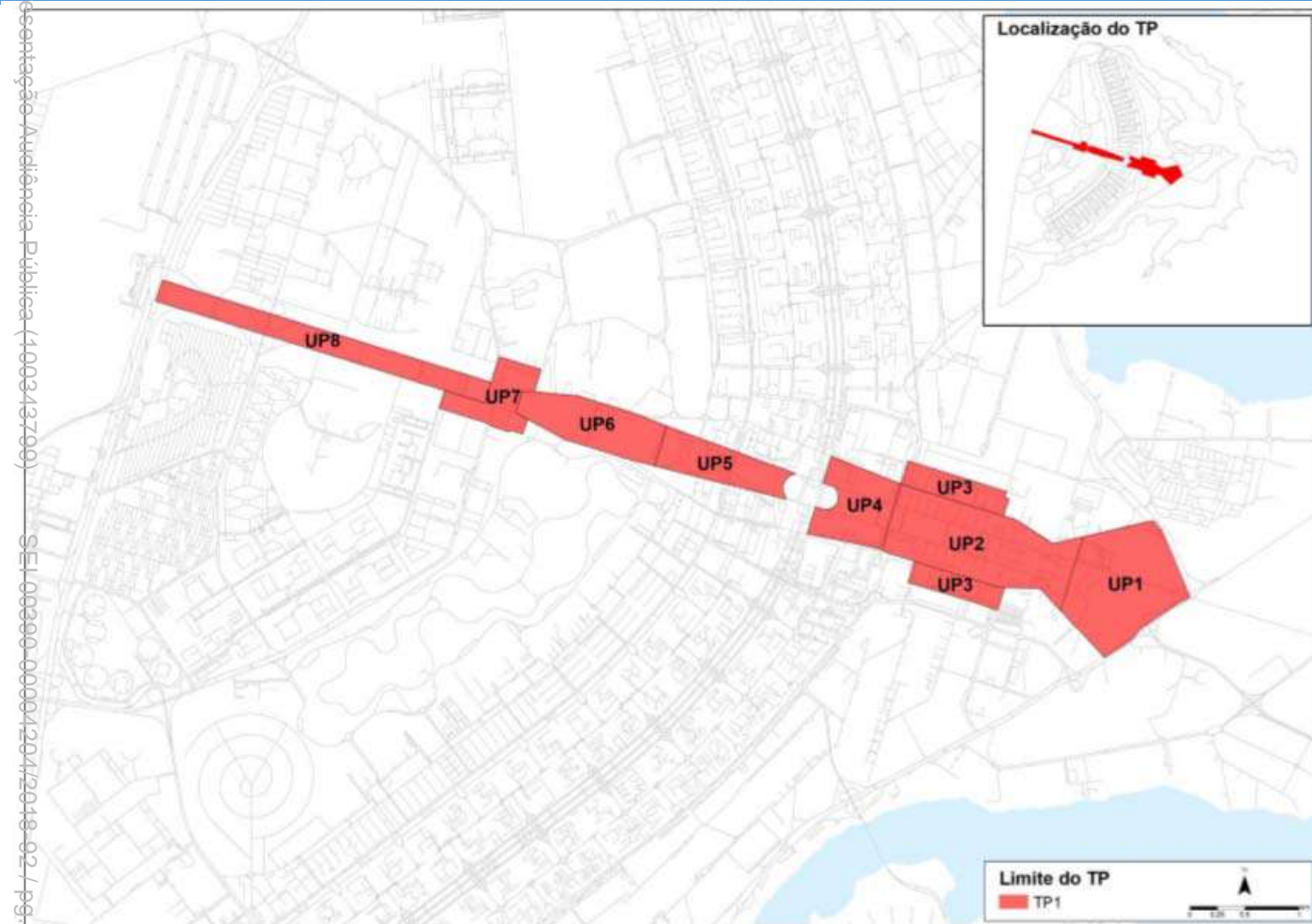


Legenda

- TP1-Eixo Monumental
- TP2-Superquadras e Áreas de Vizinhança
- TP3-Setores Centrais
- TP4-Orla do Lago Paranoá
- TP5-Setores de Embaixadas
- TP6-Grandes parques e outras áreas de transição urbana
- TP7-Espelho d'água do Lago Paranoá
- TP8-W3 Norte e W3 Sul
- TP9-Setores Residenciais Complementares
- TP10-Setores Complementares - Áreas Oeste e Leste
- TP11-Vilas Residenciais
- TP12-Setores de Serviços Complementares

Apresentação Audiência Pública (100343799) SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 264

Território de Preservação 1 – TP1 : Eixo Monumental

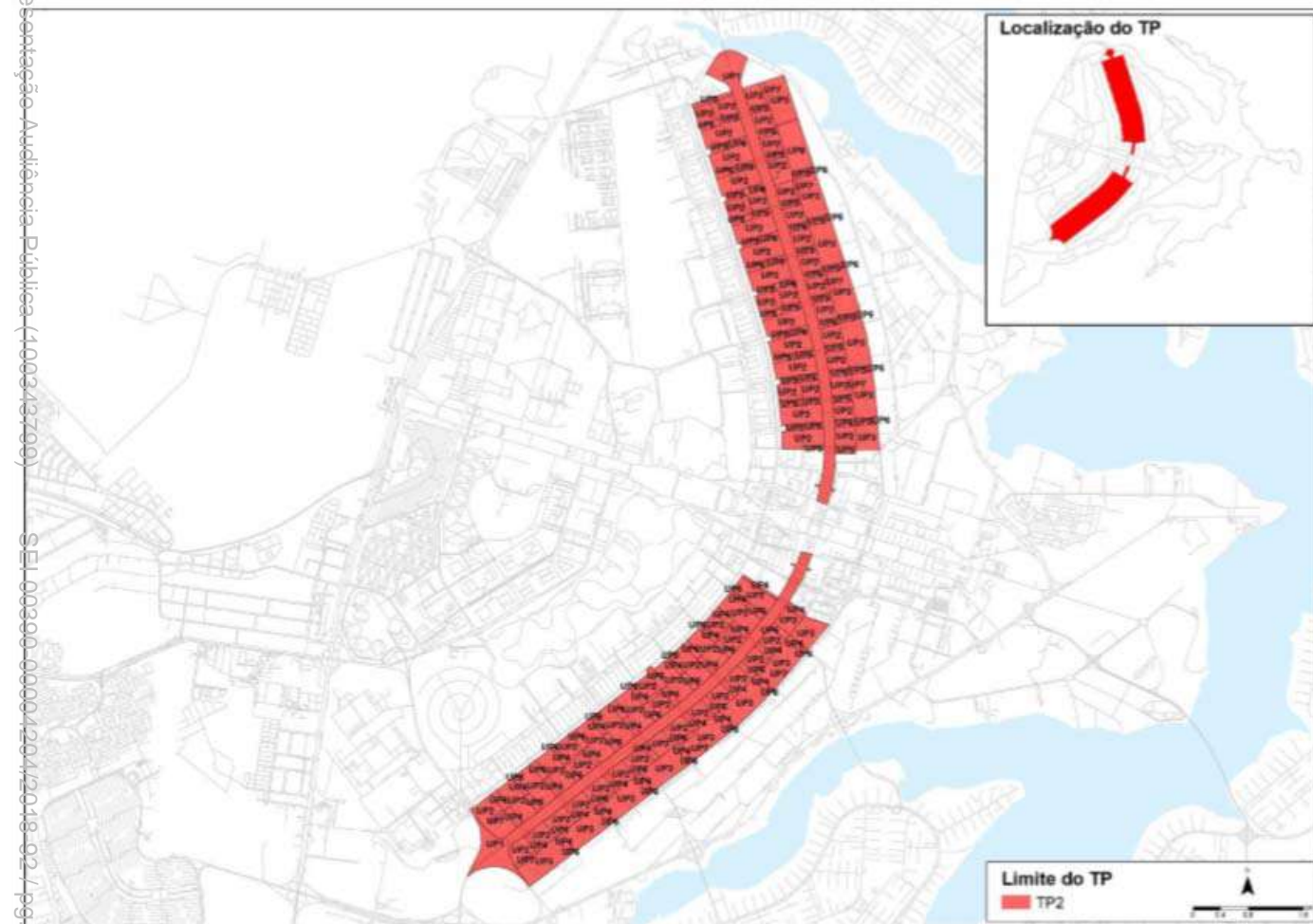


O TP1 compreende as áreas que configuram a escala monumental, o território que marca de forma expressiva e simbólica a imagem de Brasília e a função de sede do poder federal, na porção leste, e de sede do governo distrital, na porção oeste do Eixo Monumental.

O TP1 é composto por oito Unidades de Preservação – UP:

- UP1:** Área Verde de Proteção e Reserva 1 – AVPR 1 e Parque Urbano Bosque dos Constituintes;
- UP2:** Esplanada dos Ministérios – EMI e Praça dos Três Poderes – PTP;
- UP3:** Anexos dos Ministérios;
- UP4:** Setor Cultural Norte e Sul – SCTN e SCTS;
- UP5:** Esplanada da Torre de TV – ETO;
- UP6:** Setor de Divulgação Cultural – SDC;
- UP7:** Praça Municipal – PMU;
- UP8:** Eixo Monumental Oeste – EMO.

Território de Preservação 2 – TP2 : Superquadras e Áreas de Vizinhança

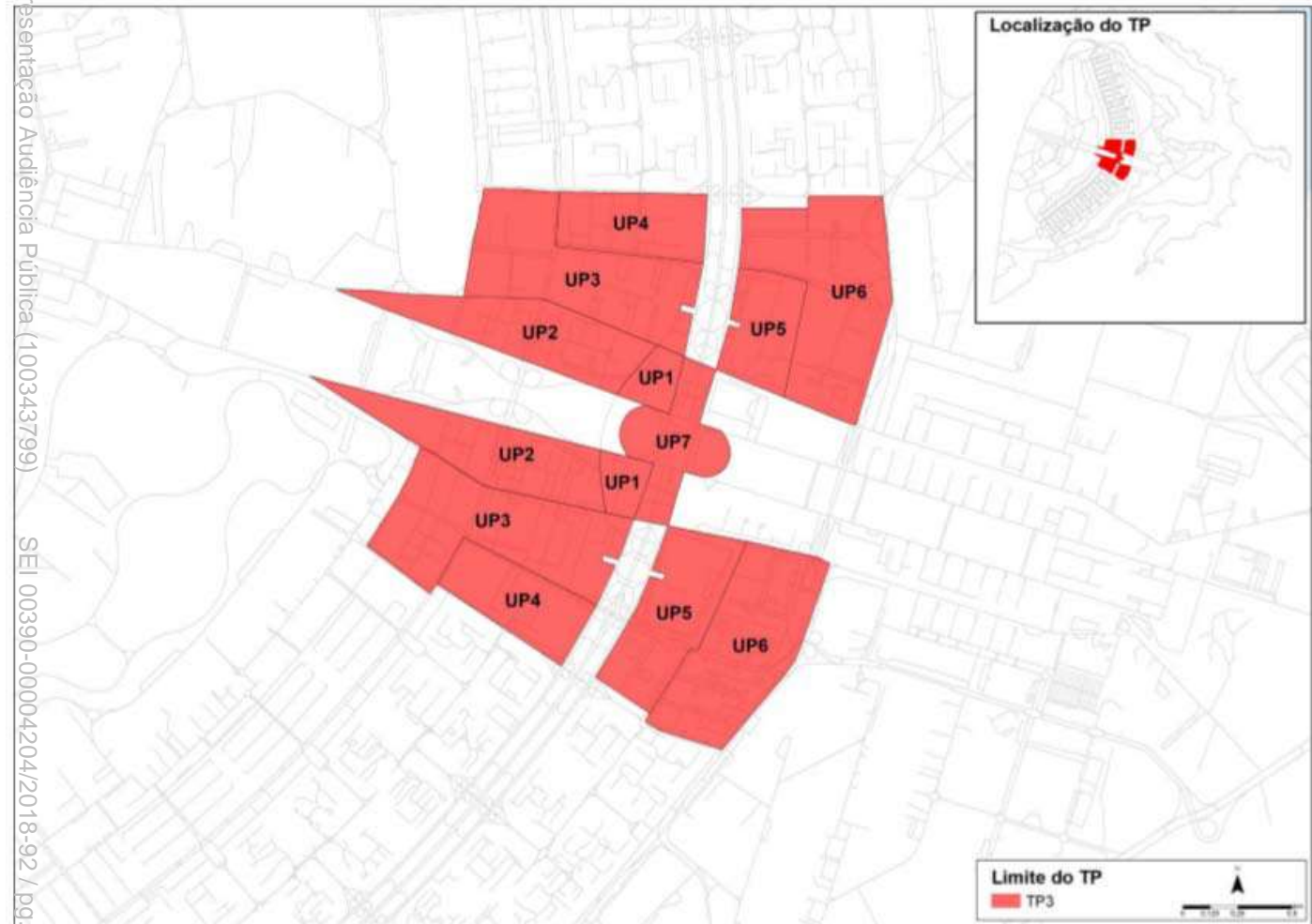


O TP2 compreende a escala residencial da concepção urbanística do Plano Piloto, onde se localizam as superquadras e as entrequadras, com comércios locais e equipamentos comunitários, constituintes das áreas de vizinhança.

O TP2 é composto por oito Unidades de Preservação – UP:

- UP1:** Eixo Rodoviário-Residencial Norte e Sul – ERN e ERS;
- UP2:** Superquadras 100, 200 e 300 Norte e Sul – SHCN SQN 100, 200 e 300; SHCS SQS 100, 200 e 300;
- UP3:** Superquadras 400 Norte e Sul – SHCN SQN 400; SHCS SQS 400;
- UP4:** Comércio Local Sul – CLS;
- UP5:** Comércio Local Norte – CLN;
- UP6:** Entrequadras 100, 200, 300 e 400 Norte e Sul – SHCN EQ 100, 200, 300 e 400; SHCS EQ 100, 200, 300 e 400;
- UP7:** Entrequadras 100/300 e 200/400 Norte e Sul – SHCN EQ 100/300, 200/400; SHCS EQ 100/300, 200/400;
- UP8:** Parque Ecológico Olhos d'Água.

Território de Preservação 3 – TP3 : Setores Centrais

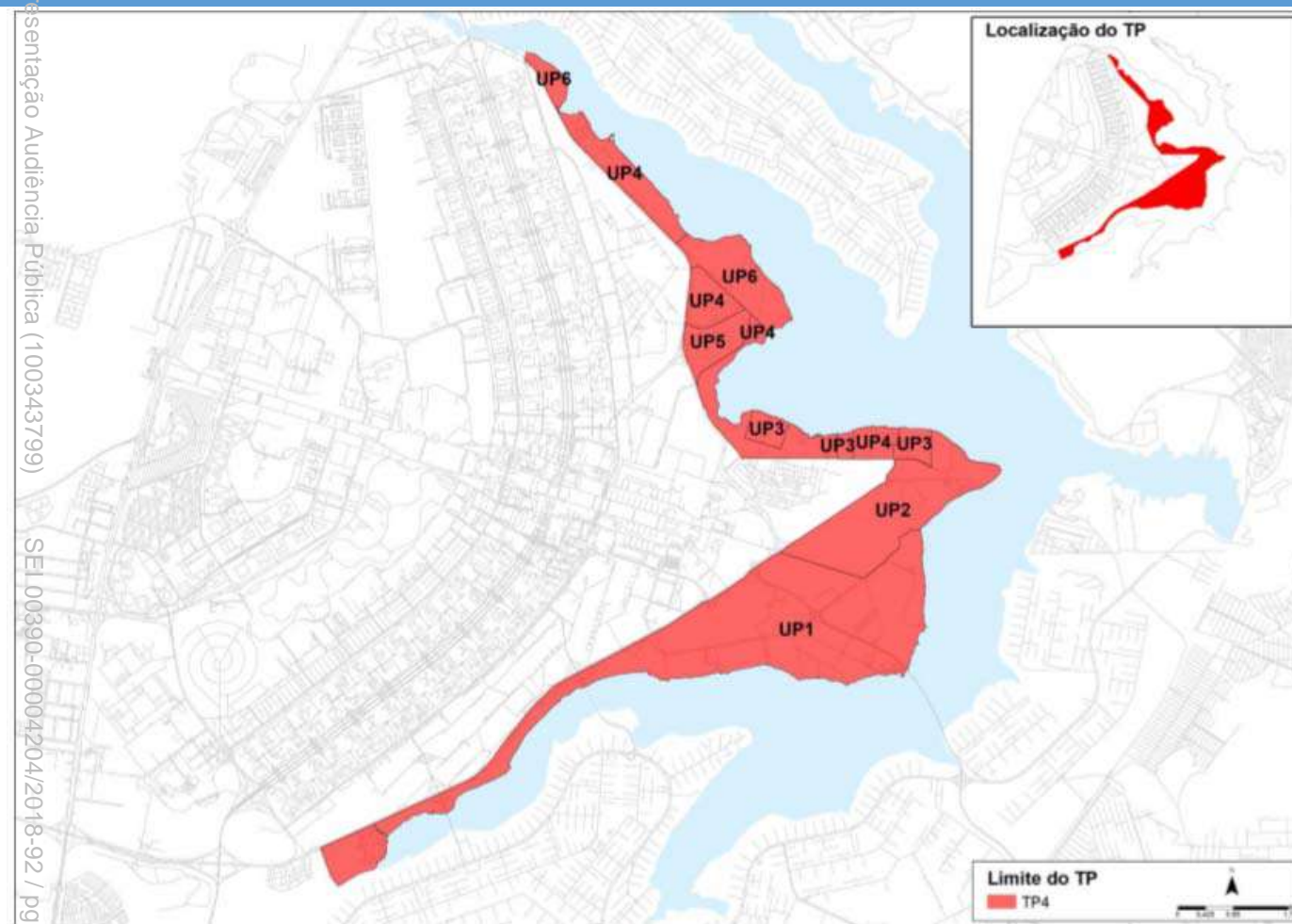


O TP3 compreende a escala gregária do plano urbanístico de Brasília e ao centro urbano da cidade, localizado no cruzamento dos Eixos Monumental e Rodoviário Residencial.

O TP3 é composto por sete Unidades de Preservação – UP:

- UP1:** Setor de Diversões Norte e Sul – SDN e SDS;
- UP2:** Setor Hoteleiro Norte e Sul – SHN e SHS;
- UP3:** Setor Comercial Norte e Sul – SCN e SCS, Setor de Rádio e TV Norte e Sul – SRTVN e SRTVS;
- UP4:** Setor Médico-Hospitalar Norte e Sul – SMHN e SMHS;
- UP5:** Setor Bancário Norte e Sul – SBN e SBS;
- UP6:** Setor de Autarquias Norte e Sul – SAUN e SAUS;
- UP7:** Plataforma Rodoviária – PFR.

Território de Preservação 4 – TP4 : Orla do Lago Paranoá



O TP4 compreende a orla oeste do Lago Paranoá e seu entorno imediato e possui papel relevante na estruturação da imagem da escala bucólica.

O TP4 é composto por seis Unidades de Preservação - UP:

UP1: Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES;

UP2: Setor Palácio Presidencial – SPP e Área Verde de Proteção e Reserva 2 – AVPR 2;

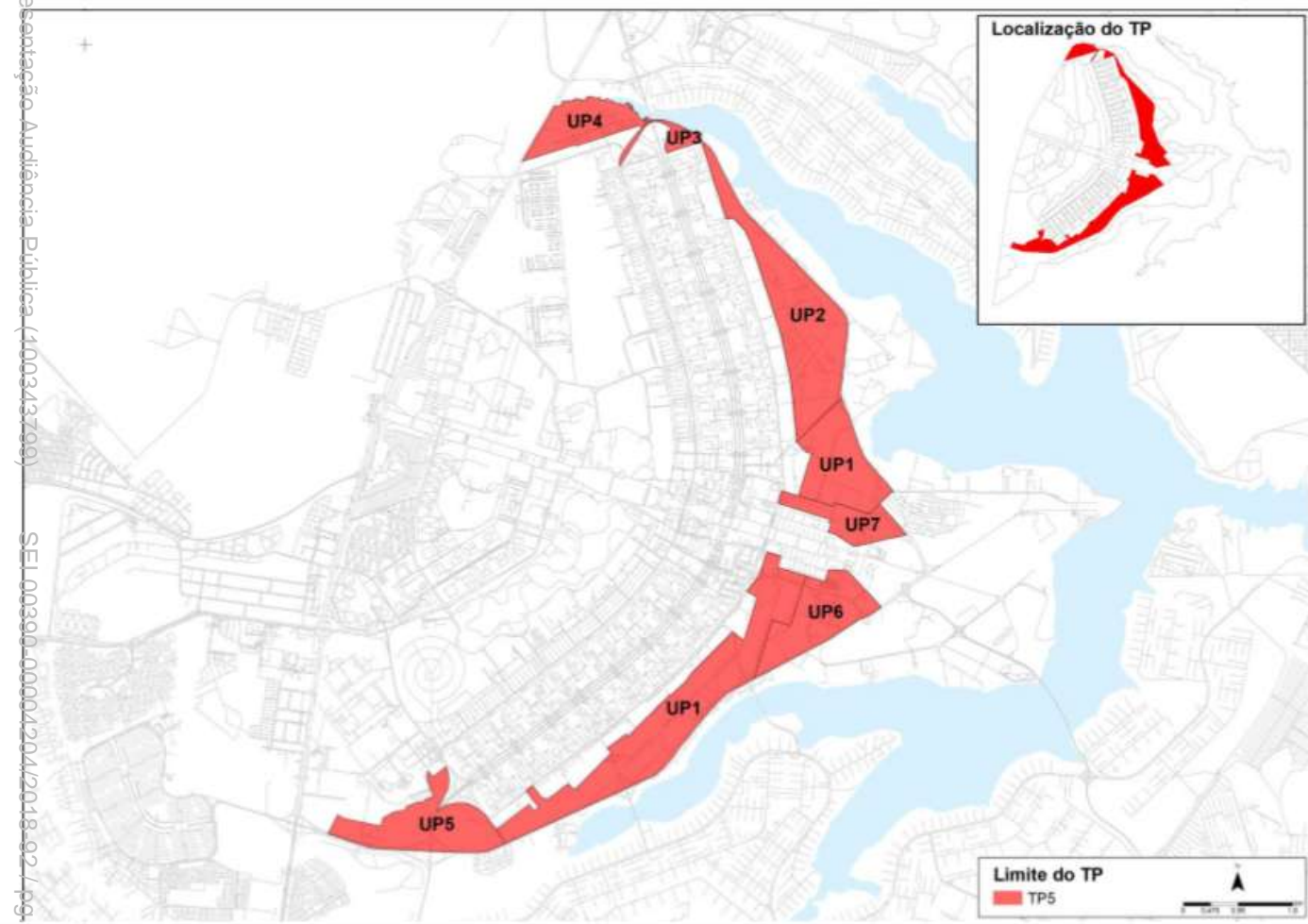
UP3: Setor de Hotéis de Turismo Norte – SHTN e lote 24 do Setor de Clubes Esportivos Norte – SCEN;

UP4: Setor de Clubes Esportivos Norte – SCEN e lotes 5 a 18 do Trecho 1 do SHTN;

UP5: Setor de Mansões Isoladas Norte – SMIN;

UP6: Centro Olímpico da UnB e Estação Biológica da UnB – UnB.

Território de Preservação 5 – TP5 : Setores de Embaixadas

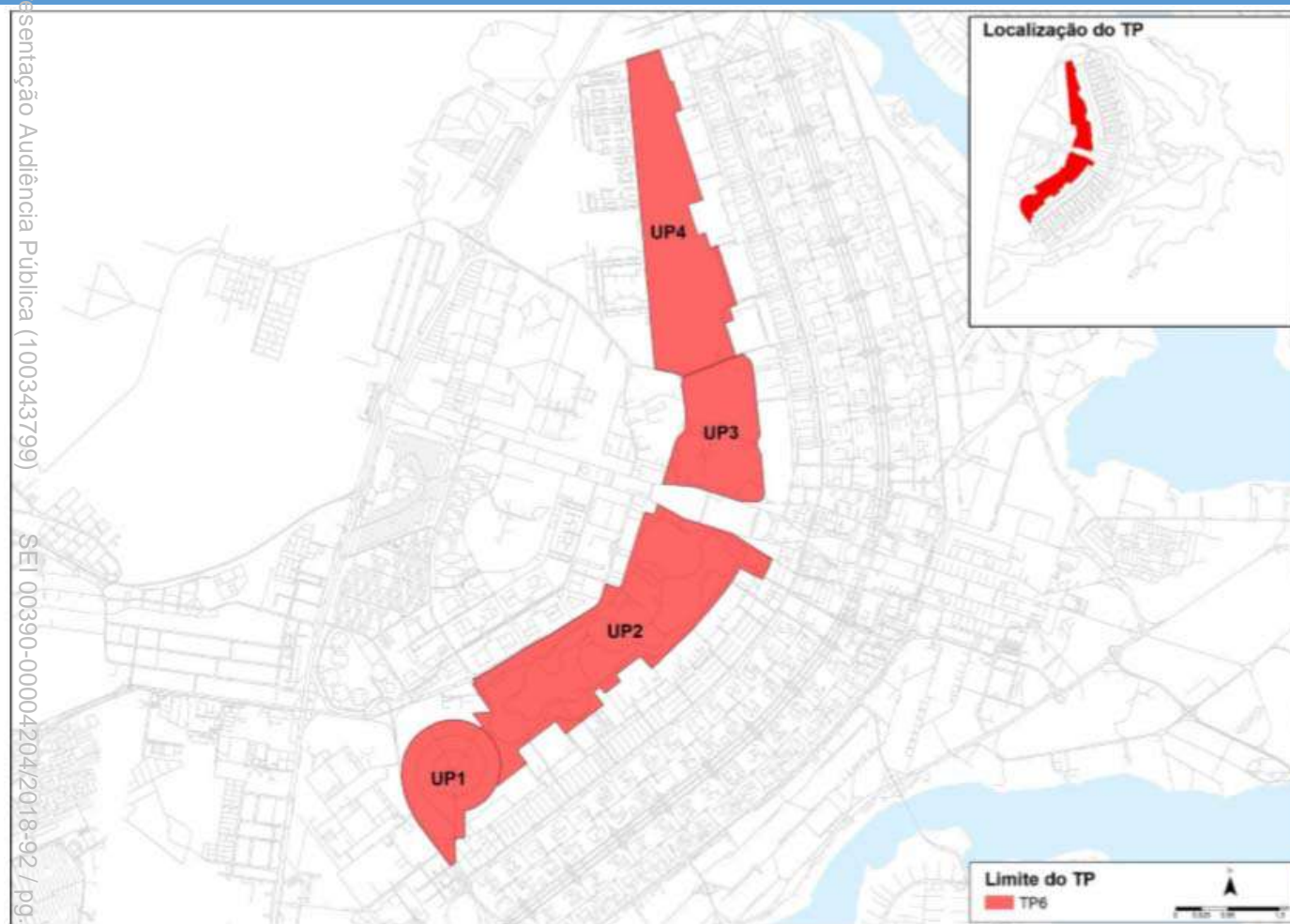


O TP5 compreende a área de transição entre a malha urbana principal do Plano Piloto de Brasília e a área de ocupação rarefeita das bordas do Lago Paranoá, contornando o Plano Piloto pelos quadrantes leste, sul e norte.

O TP5 é composto por sete Unidades de Preservação - UP:

- UP1:** Setor de Embaixadas Norte e Sul – SEN e SES e Parque Ecológico Asa Sul;
- UP2:** UnB - Campus Universitário;
- UP3:** Ponta do Braghetto e área livre junto à SQN 216 e SQN 416;
- UP4:** Parque Estação Biológica – PqEB;
- UP5:** Parque Urbano dos Pássaros e área livre junto à SQS 216 e SQS 416;
- UP6:** Setor de Administração Federal Sul – SAFS;
- UP7:** Setor de Administração Federal Norte – SAFN e Setor de Garagens dos Ministérios Norte – SGMN.

Território de Preservação 6 – TP6 : Grandes parques e outras áreas de transição urbana



O TP6 compreende o Parque Dona Sarah Kubitschek, conhecido como Parque da Cidade, o Parque Ecológico Burle Marx, a área do Cemitério Campo da Esperança e o Setor de Recreação Pública Norte – SRPN.

O TP6 é composto por quatro Unidades de Preservação - UP:

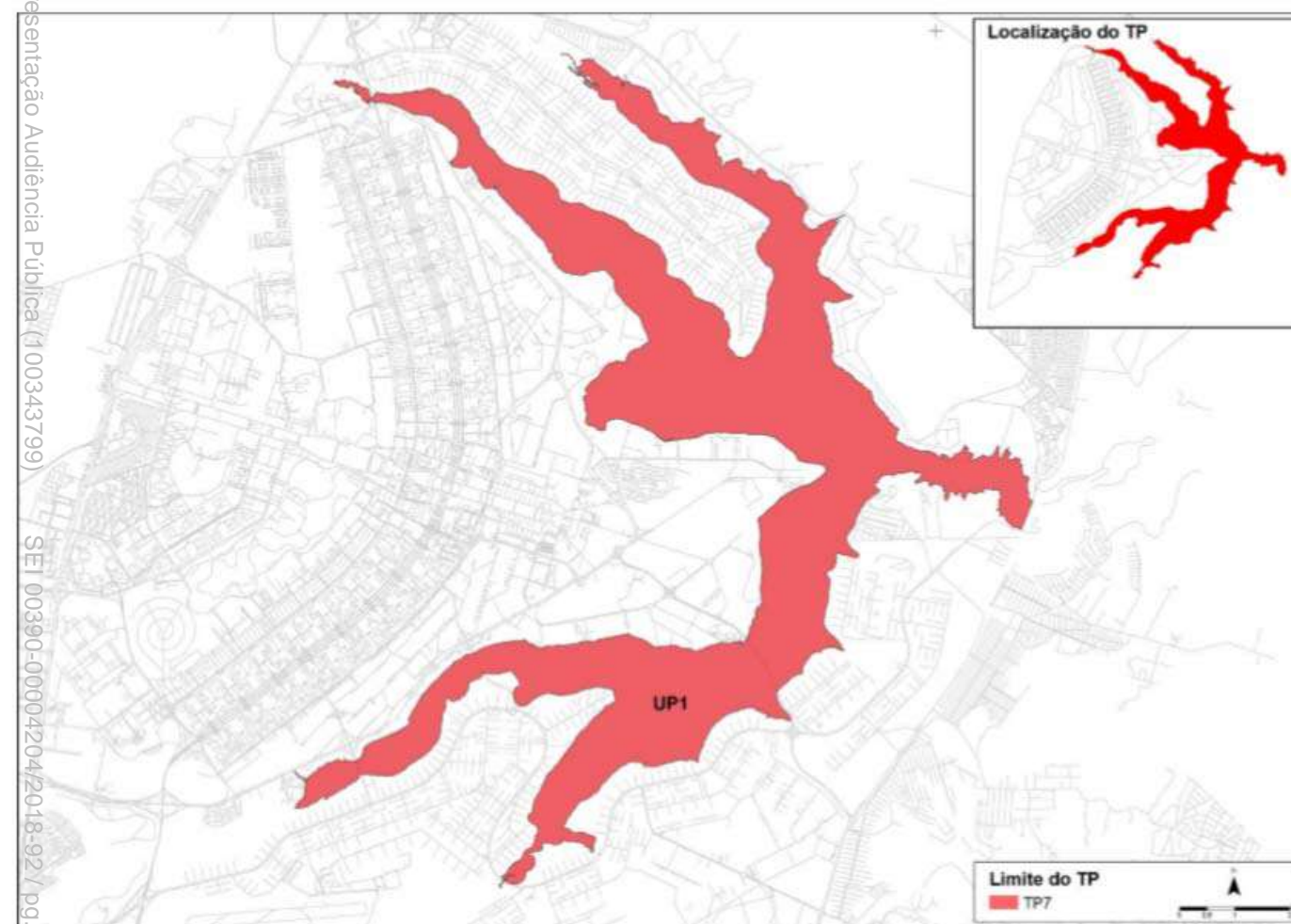
UP1: Cemitério Sul – CES;

UP2: Parque Dona Sarah Kubitschek – SRPS;

UP3: Setor de Recreação Pública Norte – SRPN;

UP4: Parque Ecológico Burle Marx.

Território de Preservação 7 – TP7 : Espelho d’água do Lago Paranoá

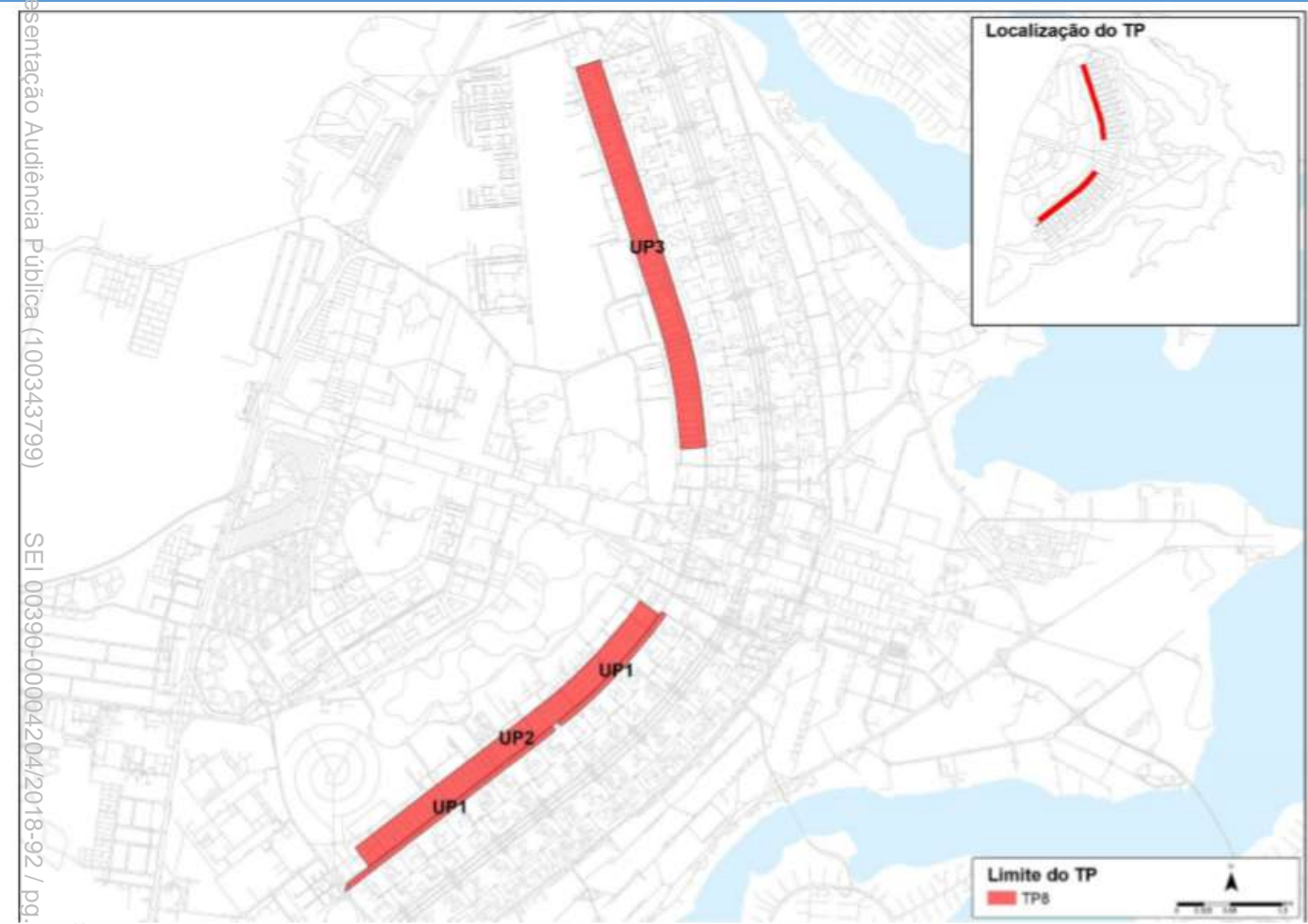


O TP7 compreende o espelho d’água do Lago Paranoá.

O TP7 é composto por uma única Unidade de Preservação – UP abrangendo o espelho d’água do Lago Paranoá.

Apresentação Audiência Pública (100343799) / SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 271

Território de Preservação 8 – TP8 : W3 Norte e W3 Sul



O TP8 compreende a transição morfológica entre as superquadras e os setores complementares à escala residencial inseridos no TP9, tendo a Avenida W3 como principal elemento, compreendendo grandes espaços abertos constituídos como praças ajardinadas entre conjuntos de habitação geminada das quadras 700.

O TP8 é composto por três Unidades de Preservação – UP:

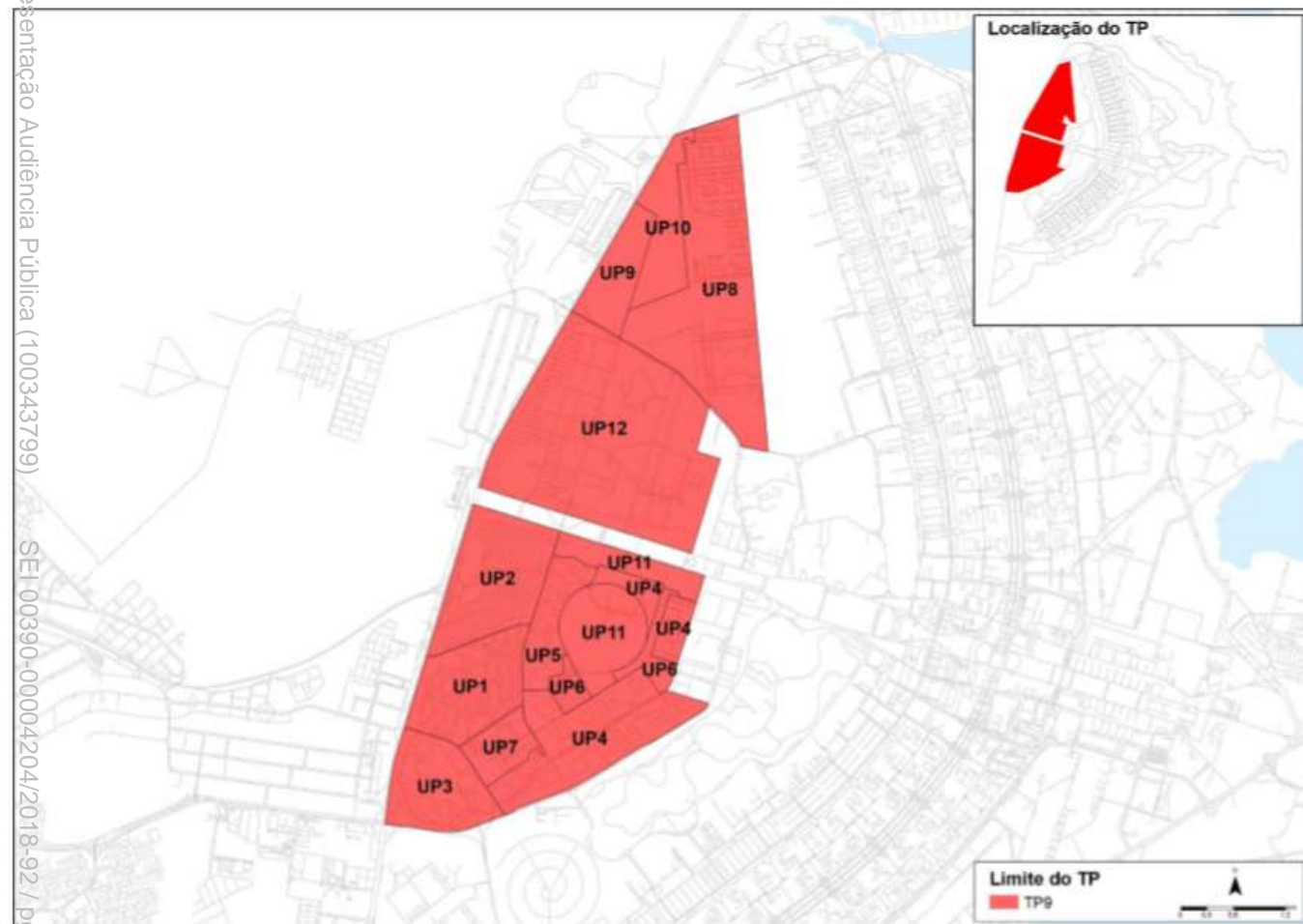
UP1: Setor Comercial Residencial Sul – SCRS e Entrequadras Sul 500 – EQS 500;

UP2: Setor de Habitações Individuais Geminadas Sul – SHIGS;

UP3: Setor de Habitações Coletivas e Geminadas Norte – SHCGN, Setor Comercial Residencial Norte – SCRN, Setor Comercial Local Residencial Norte – SCLRN e Entrequadras 700 Norte – EQN 700.

Apresentação Audiência Pública (100343799) SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 272

Território de Preservação 9 – TP9 : Setores Residenciais Complementares

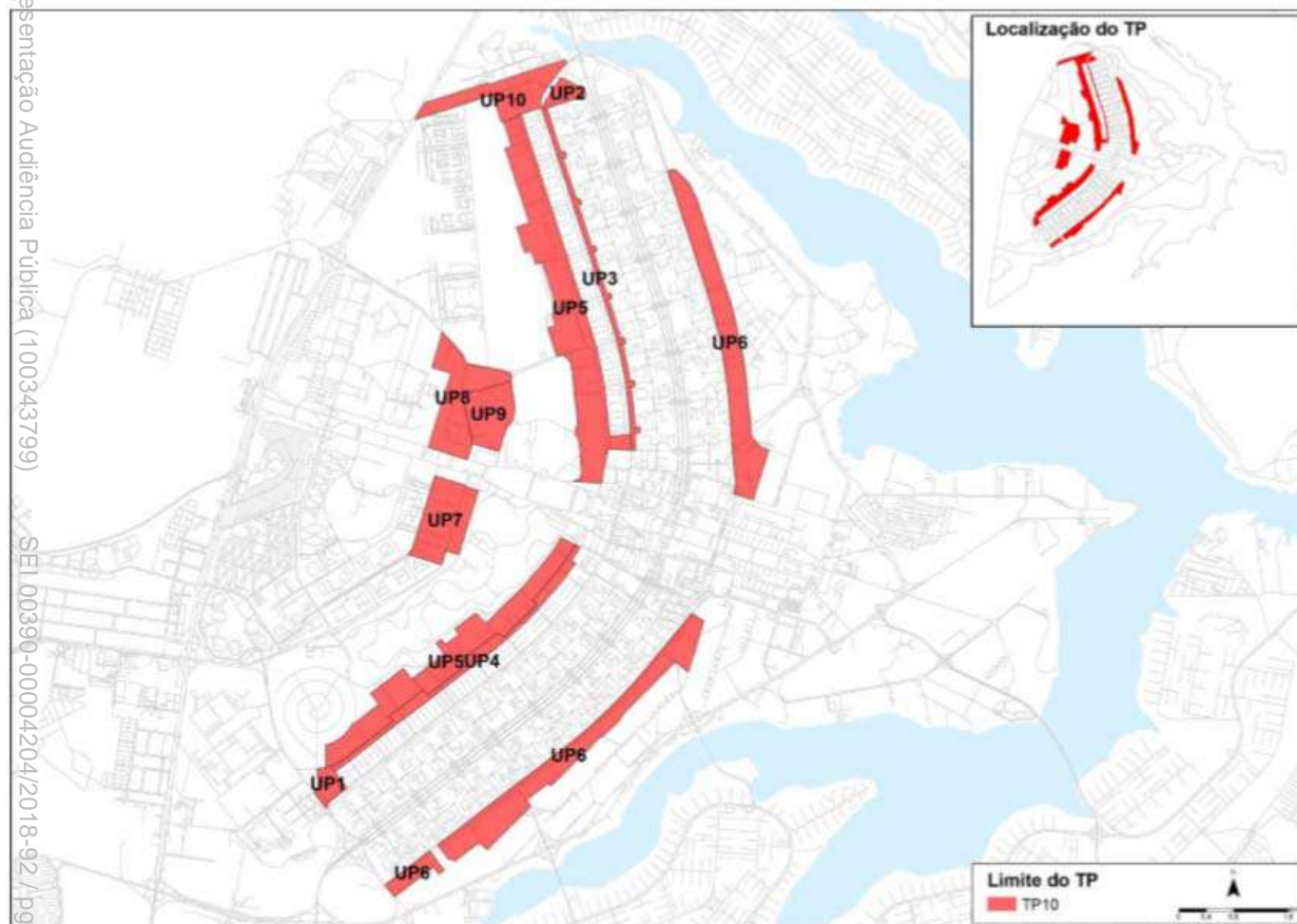


O TP9 caracteriza-se por tecidos urbanos diferenciados, compreendendo, fundamentalmente, os setores residenciais resultantes de propostas de expansão, adensamento e complementação do Plano Piloto.

O TP9 é composto por doze Unidades de Preservação – UP:

- UP1:** Setor de Habitações Coletivas Econômicas Sul – SHCES – Cruzeiro Novo;
- UP2:** Setor de Residências Econômicas Sul – SRES – Cruzeiro;
- UP3:** Setor de Habitações Coletivas Áreas Octogonais – SHCAO;
- UP4:** Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW – Superquadras – SQSW, Comércio Locais - CLSW e Entrequadras – EQSW;
- UP5:** Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW – Quadras Residenciais – QRSW e Entrequadras Residenciais – EQRSW;
- UP6:** Setor de Habitações Coletivas Sudoeste – SHCSW – Quadras Mistas – QMSW e Centro Comercial – CCSW;
- UP7:** Setor Hospitalar Local Sudoeste – SHLSW;
- UP8:** Setor de Habitações Coletivas Noroeste – SHCNW;
- UP9:** Área Institucional Noroeste – SHCNW;
- UP10:** Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE CRULS – SHCNW;
- UP11:** Parque Ecológico das Sucupiras, Parque Urbano Bosque do Sudoeste e Instituto Nacional de Meteorologia – INMET;
- UP12:** Setor Militar Urbano – SMU.

Território de Preservação 10 – TP10 : Setores Complementares Áreas Oeste e Leste

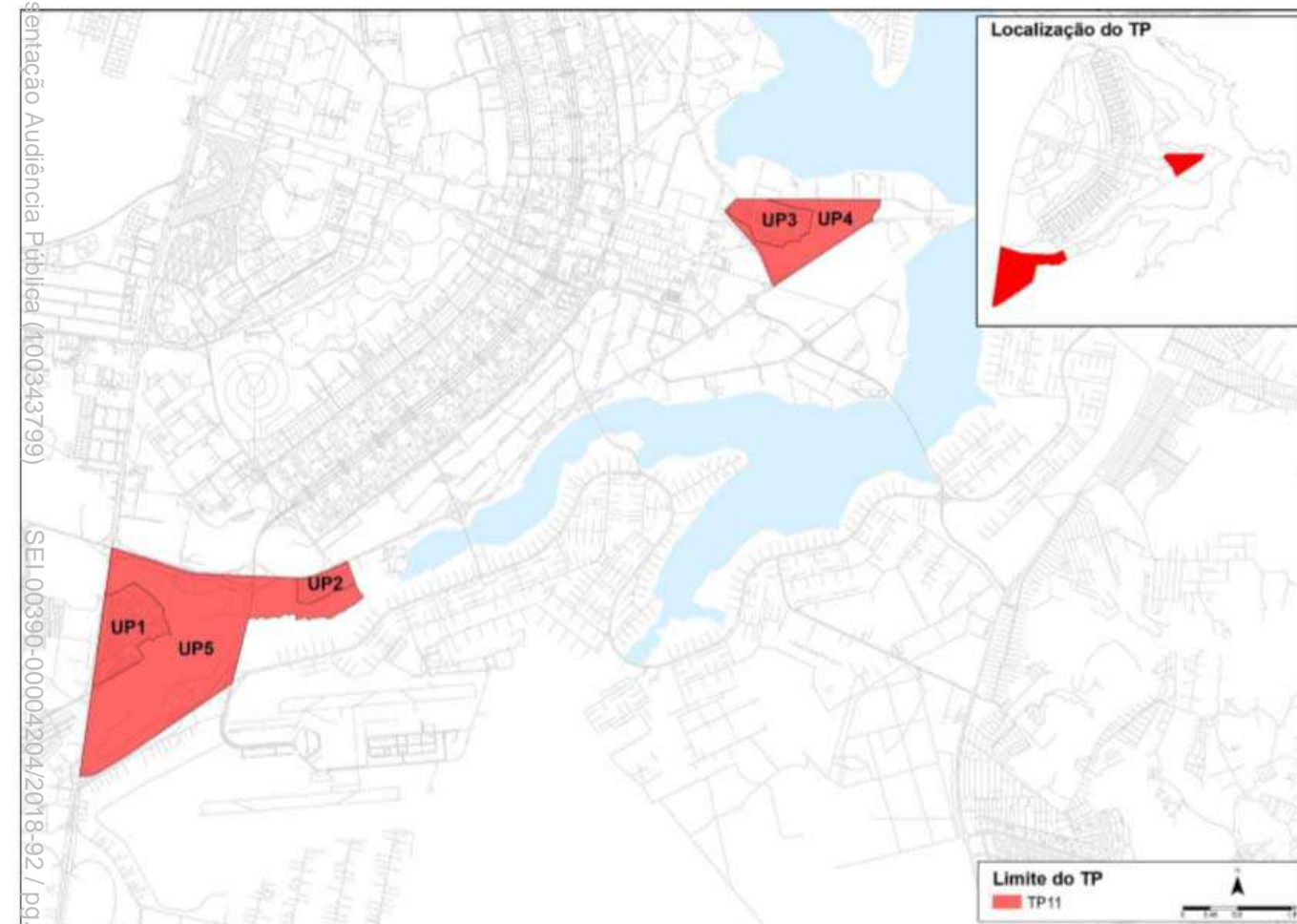


O TP10 compreende, predominantemente, às áreas que limitam a cidade a leste e oeste das Asas Norte e Sul, prevalecendo a ocorrência de atividades múltiplas, institucionais e de serviços complementares, de escalas local e regional.

O TP10 é composto por dez Unidades de Preservação - UP:

- UP1:** Setor Hospitalar Local Sul – SHLS;
- UP2:** Setor Hospitalar Local Norte – SHLN;
- UP3:** Setor de Edifícios de Utilidade Pública Norte – SEPN, Setor Comercial Residencial Norte 502 – SCRN 502 e Entrequadras Norte 500 – EQN 500;
- UP4:** Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul – SEPS;
- UP5:** Setor de Grandes Áreas Norte e Sul – Quadras 900 – SGAN e SGAS, Entrequadras Norte 700/900 – EQN 700/900;
- UP6:** Setor de Grandes Áreas Norte e Sul – Quadras 600 – SGAN e SGAS;
- UP7:** Setor de Indústrias Gráficas – SIG;
- UP8:** Setor de Garagens Oficiais – SGO;
- UP9:** Setor de Administração Municipal – SAM;
- UP10:** Setor Terminal Norte – STN.

Território de Preservação 11 – TP11 : Vilas Residenciais



O TP11 compreende os núcleos urbanos resultantes da fixação dos acampamentos pioneiros representativos da memória da construção da Capital.

O TP11 é composto por cinco Unidades de Preservação - UP:

UP1: Candangolândia;

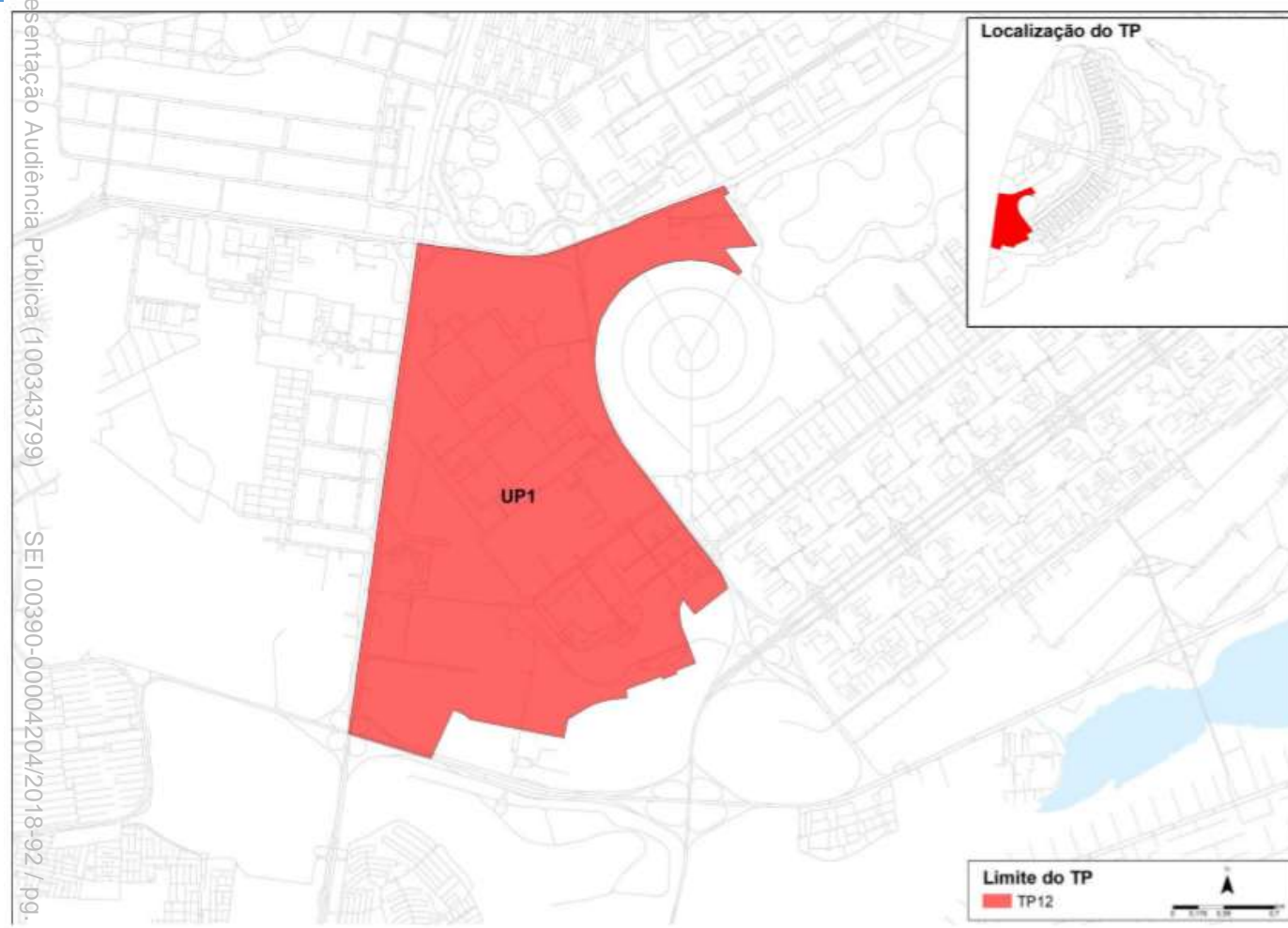
UP2: Vila Telebrasília;

UP3: Vila Planalto – VPLA;

UP4: Área de Tutela da Vila Planalto – SPVP e Parque de Uso Múltiplo da Vila Planalto;

UP5: Jardim Zoológico de Brasília – ZOO e Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo – ARIE.

Território de Preservação 12 – TP12 : Setores de Serviços Complementares



O TP12 compreende a fração urbana localizada a sudoeste do Plano Piloto, articulada à EPIA, abrangendo usos e atividades diversificados, de caráter regional.

O TP12 é composto por uma única Unidade de Preservação - UP, abrangendo o Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, Setor Hípico – SHIP, Setor Policial – SPO e Setor Terminal Sul – STS.

Apresentação Audiência Pública (100343799) - SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 276

Anexo VI – Poligonais e Quadro de Coordenadas das UPs

Lista de Coordenadas do Perímetro

- TP1 - UP1: Área Verde de Proteção e Reserva 1 - AVPR 1 e Parque Urbano Bosque dos Constituintes

TP1 - UP1		
VÉRTICE	NORTE	ESTE
1	8.251.495,48	194.275,39
2	8.251.403,39	194.355,70
3	8.250.794,95	194.613,44
4	8.250.747,91	194.518,87
5	8.250.520,89	194.179,94
6	8.250.493,11	194.148,19
7	8.250.459,52	194.120,86
8	8.250.433,58	194.104,53
9	8.250.400,24	194.065,64
10	8.250.241,65	193.830,90

Lista de Coordenadas do Perímetro

- TP2 - UP1: Eixo Rodoviário-Residencial Norte e Sul - ERN e ERS

TP2-UP1 (N1)		
VÉRTICE	NORTE	ESTE
1	8.258.570,63	190.173,37
2	8.258.531,98	190.160,20
3	8.258.370,16	190.105,08
4	8.258.327,01	190.090,38
5	8.258.289,92	190.082,54
6	8.258.271,26	190.079,76
7	8.258.252,16	190.079,30
8	8.258.240,68	190.078,48
9	8.258.236,81	190.078,41
10	8.258.229,17	190.078,27
11	8.258.225,47	190.078,39

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

Indicação do Território de Preservação e da Unidade de Preservação

PLANILHA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS E DE PRESERVAÇÃO			COMPONENTES DE PRESERVAÇÃO			PURP 10
TP2	UP2	SUPERQUADRAS 100, 200 e 300 NORTE E SUL - SHCN SQN 100, 200 e 300; SHCS SQS 100, 200 e 300	HISTÓRICO	FORMA URBANA	PAISAGEM URBANA	
			MAIOR VALOR	MAIOR VALOR	MAIOR VALOR	

Cada TP foi valorado em relação aos componentes de preservação, sendo indicada, em cada PURP, essa valoração e, na Lei Complementar, as diretrizes para a preservação desses valores.

VALOR PATRIMONIAL	A – PATRIMÔNIO CULTURAL:				
	Nome/Objeto	Endereço	Tipo	Situação	Esfera
	Unidade de Vizinhança 107/307 e 108/308 Sul	SQS 107, 108, 307 e 308	Material	Tombado	Distrital
	Paisagismo da Superquadra Sul 308	SQS 308	Material	Tombado	Distrital
	Escola Classe 308 Sul	SQS 308 EC	Material	Tombado	Distrital
	Projeções residenciais relevantes contidas nas superquadras	SQN e SQS (ver item b, de Planos, Programas e Projetos)	Material	Indicação de preservação	Distrital

A PURP é estruturada em três partes:

I – Valor Patrimonial:


Item A da PURP – Patrimônio Cultural: indica os bens efetivamente tombados e os exemplares com valor patrimonial a serem inventariados pelo órgão responsável pela política cultural do DF, nos termos do art. 36 da Lei Complementar.

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

Representação Audiência Pública (100343799)

SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 279

II – parâmetros de uso e ocupação do solo; Item B da PURP – Parâmetros de usos e atividades



PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	B – PARÂMETROS DE USOS E ATIVIDADES:	
	ENDEREÇOS	ATIVIDADES PERMITIDAS
	Projeções residenciais SQN 102 a 116, 202 a 216 e 302 a 316 SQS 102 a 116, 202 a 216 e 302 a 316	RESIDENCIAL Habitação multifamiliar
	EPC Escola Classe	INSTITUCIONAL 85-P Educação, apenas: 85.1 Educação infantil e ensino fundamental.
	EPC Jardim de infância	INSTITUCIONAL 85-P Educação, apenas: 85.1 Educação infantil e ensino fundamental.
PLL Lotes PLL 1 SQN 302, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 313, 314 e 315 SQS 302, 303, 305, 306,	<u>OBRIGATÓRIO</u> COMERCIAL 47-G Comércio Varejista, apenas: 47.3 Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores. COMPLEMENTAR	
TP2	UP2	Folha 3 / 9

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP



Os usos e as atividades para os lotes e projeções abrangidos pela Lei Complementar e discriminados no Anexo VII são organizados conforme Tabela de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal.



O regime de usos e atividades está especificado da seguinte forma:

I - Uso – sem codificação:

Ex.: COMERCIAL

II - Atividade – código numérico de dois dígitos, que corresponde à junção da Seção e Divisão da CNAE;

Ex.: 47 – G Comércio varejista, apenas

III - Grupo – código numérico de três dígitos, que corresponde à categoria de mesmo nome na CNAE.

Ex.: 66.1 Atividades auxiliares dos serviços financeiros

As atividades complementares, quando indicadas, estão condicionadas à existência de, pelo menos, uma das atividades obrigatórias definidas para o lote ou projeção

O uso obrigatório é atendido quando há inserção de, no mínimo, um dos usos indicados.

OBRIGATÓRIO

INSTITUCIONAL

59-J Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música;
90-R Atividades artísticas, criativas e de espetáculos;
91-R Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental;
93-R Atividades esportivas e de recreação e lazer.

COMPLEMENTAR

COMERCIAL

47-G Comércio varejista, **apenas:**

47.2 Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo.

47.6 Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

56 -I Alimentação;

66 – K Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde, **apenas:**

66.1 Atividades auxiliares dos serviços financeiros;

72-M Pesquisa e desenvolvimento científico;

79.9 Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente;

82-N Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas, **apenas:**

82.3 Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos;

93 – R Atividades esportivas e de recreação e lazer, **apenas:**

93.2 Atividades de recreação e lazer;

96-S Outras atividades de serviços pessoais, **apenas:**

96.0 Outras atividades de serviços pessoais.

INSTITUCIONAL

85-P Educação, **apenas:**

85.5 Atividades de apoio à educação;

85.9 Outras atividades de ensino;

8599-6/99 Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; 86-Q Atividades de atenção à saúde humana, **apenas:**

86.9 Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente;

88 – Q Serviços de assistência social sem alojamento;

94 –S Atividades de organizações associativas, **apenas:**

94.1 Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais.

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

* O detalhamento do regime de usos e atividades deve ser definido em regulamento próprio que especifique classe e subclasse de atividade para cada Unidade de Preservação – UP.

* O regulamento tratado deve ser elaborado pela SEDUH, analisadas as restrições, tanto do ponto de vista urbanístico e de preservação quanto de ordem ambiental, e deve obedecer ao seguinte:

I - apreciação pela Câmara Temática do Conjunto Urbanístico de Brasília – CT-CUB, instituída pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN;

II - apreciação na instância técnica executiva do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o GDF e o órgão de preservação federal para a gestão compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília – GTE/ACT;

III - aprovação pelo órgão federal de preservação – IPHAN.

COMPLEMENTAR

COMERCIAL

47-G Comércio varejista, **apenas:**

- 47.6 Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos.
- 4761-0/01 Comércio varejista de livros;
- 4761-0/02 Comércio varejista de jornais e revistas;
- 4761-0/03 Comércio varejista de artigos de papelaria;
- 4762-8/00 Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas;
- 4763-6/01 Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos;
- 4763-6/02 Comércio varejista de artigos esportivos;
- 4763-6/03 Comércio varejista de bicicletas e triciclos; peças e acessórios;
- 4763-6/04 Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping;
- 4763-6/05 Comércio varejista de embarcações e outros veículos recreativos; peças e acessórios;

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

55 I Alojamento, **apenas:**

- 55.9 Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente;
- 5590-6/99 Outros alojamentos não especificados anteriormente;

Classe e subclasse de atividade para cada Unidade de Preservação – UP detalhadas em decreto.


Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

II – parâmetros de uso e ocupação do solo; Item C da PURP – Parâmetros de Ocupação do Solo


C – PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO:					
Endereços	Taxa de Ocupação – TO	Afastamentos – AF e Galerias	Coefficiente de Aproveitamento – CFA B	Altura Máxima – H	Taxa de Permeabilidade – TP
Projeções residenciais SQN 102 a 116, 202 a 216, 302 a 316 SQS 102 a 116, 202 a 216, 302 a 316 (8)	TO: 100%; Pilotis: 30%; Cobertura: 30% (1) (2) (3) (4) (5) (7)	AF: Pilotis com 3,00m das divisas laterais; 2,00m das divisas frontal e posterior. Cobertura com 2,50m em todas as divisas (9) (14)	-	24,00m (5) (6)	-
EPC Escola Classe (11)	TO: 100%	-	CFA B: 1,00	6,00m (10)	-
EPC Jardim de infância (11)	TO: 100%	-	-	6,00m (10)	-
TP2	UP2				

Folha 5 / 9

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP



As **NOTAS GERAIS** trazem especificações para toda a Unidade de Preservação – UP de que trata a PURP.

 As **NOTAS ESPECÍFICAS** são notas que incidem sobre lotes/áreas específicas.

NOTAS GERAIS:

- a) Em todas as superquadras, nas Asas Norte e Sul, a taxa máxima de ocupação para a totalidade das projeções residenciais é de 15% da área do terreno compreendido pelo limite externo da faixa verde de emolduramento *non aedificandi*.
- b) Somente 20% das áreas das superquadras poderão ser impermeabilizadas, de forma a viabilizar a implantação de garagens subterrâneas, acessos veiculares, quadras esportivas e outras áreas com pisos não permeáveis.
- c) É vedada a instalação de torres de telecomunicações nos blocos residenciais junto ao Eixo Rodoviário-Residencial Norte e Sul.
- d) Os critérios para a definição de vagas para veículos nos lotes e projeções estão determinados no corpo desta Lei Complementar, à exceção do previsto na nota 12.
- e) Os desníveis resultantes da topografia do terreno ou da implantação do subsolo, decorrentes ou não da aplicação da concessão de uso de área pública, serão solucionados por movimento de terra, com talude ou escalonamento associados à vegetação e com acessos por rampas e escadas.

NOTAS ESPECÍFICAS:

- 1) Nos **subsolos**, além da garagem obrigatória, são permitidos:
 - 1.1) Lavanderia; compartimento para guarda de bicicletas; depósito de materiais de limpeza, conservação e manutenção; vestiários para funcionários; torres de circulação vertical; reservatório de água.
- 2) No **pilotis**, são permitidos:
 - 2.1) Portarias, zeladorias, compartimentos técnicos e cômodos de uso coletivo exclusivo do condomínio; torres de circulação vertical - constituídas, no máximo, pela caixa de escada e seus patamares, rampas e seus patamares, poços de elevadores e seus vestíbulos, compartimentos para lixo e compartimentos técnicos.
- 3) É permitida a ocupação máxima do pilotis em até 30% da área da projeção registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente, com a construção de pilares, compartimentos obrigatórios e opcionais. É permitida a ocupação máxima de até 5% da área da projeção com jardins e jardineiras, sem nenhuma configuração de cercamento ou barreira. É vedado o cercamento do pilotis. O perímetro das rampas de garagem (exceto a entrada/saída) deverá possuir guarda-corpo conforme definido em norma técnica específica.
- 4) Na **cobertura**, são permitidos:
 - 4.1) Compartimentos técnicos, equipamentos, cômodos e espaços de uso coletivo exclusivo do condomínio; piscina; terraço; torres de circulação vertical.
 - 4.2) A construção de cobertura para uso individual é condicionada à existência de cobertura para utilização coletiva de lazer.
 - 4.3) Nos afastamentos, é vedado qualquer tipo de construção ou elemento decorativo, inclusive toldos e pérgulas. Somente as caixas d'água, casas de máquinas e torres de circulação vertical poderão atingir o perímetro da cobertura.

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

DISPOSITIVOS DE PARCELAMENTO E TRATAMENTO DO ESPAÇO URBANO	D – INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS APLICÁVEIS:				
	ODIR: NÃO		ONALT: NÃO		OBSERVAÇÕES: -
	E – PARÂMETROS DE PARCELAMENTO DO SOLO:				
	Padrões previstos de parcelamento urbano	Permitido (S/N)	Lote mínimo (m ²)	Lote máximo (m ²)	Observações
	Parcelamento	N	-	-	-
	Desdobro	N	-	-	-
	Remembramento	N	-	-	-
F – ESPAÇO PÚBLICO:					
a) Uso como parque, praça, gramados e estares com tratamento paisagístico.					

III – dispositivos de parcelamento e tratamento do espaço urbano, que estabelecem:

- Item D da PURP – Instrumentos Urbanísticos Aplicáveis: indica a incidência de Outorga Onerosa do Direito de Construir – ODIR e Outorga Onerosa de Alteração de Uso – ONALT;
- Item E da PURP – Parâmetros de Parcelamento do Solo: áreas passíveis de parcelamento e suas alterações, desdobro e remembramento, e dimensões mínimas e máximas de lotes para cada caso;
- Item F da PURP – Espaço Público: diretrizes gerais para o tratamento dos espaços públicos, referentes a paisagismo, mobiliário urbano e sistema viário;

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

G – VAGAS PÚBLICAS PARA VEÍCULOS:
a) Estacionamentos públicos, em superfície previstos nos projetos de urbanismo das superquadras, observadas suas características definidas no corpo desta Lei Complementar.
H – PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS:
a) Implantar arborização na faixa verde de emolduramento <i>non aedificandi</i> nas superquadras onde ainda não foram implantadas.
b) Indicação de preservação com o fim de aplicar instrumento de Identificação, do tipo Inventário de Conhecimento, de projeções residenciais relevantes construídas nas décadas de 1950, 1960 e 1970, localizadas em projeções nas SQN 103, 104, 105, 106, 107, 108, 113, 202, 203, 206, 302, 304, 306, 307, 308, 312 e 315 e nas SQS 102, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 202, 204, 206, 208, 209, 210, 214, 215, 216, 303, 304, 305, 306, 309, 313, 314, 315 e 316, podendo evoluir para os devidos procedimentos de Reconhecimento e Proteção, conforme o caso, como especifica esta Lei Complementar.
c) Implementação do projeto urbanístico da SQN 207.
d) Levantamento dos revestimentos dos pilotis e determinação da sua relevância como valor patrimonial para inclusão no Programa de Acervo Urbano de Obras de Arte, nos termos desta Lei Complementar.
e) Realizar estudos para avaliar a possibilidade de ampliação das atividades dos lotes PLL.
f) Elaborar estudo para verificar a possibilidade de aumento da densidade das superquadras, a partir da revisão do cálculo da quantidade máxima de unidades imobiliárias – UD por projeção.
g) Elaborar estudos de travessia para pedestres e ciclistas nos eixos rodoviários sentido leste-oeste.
h) Elaborar estudo para regulamentação da concessão de uso não onerosa para os lotes utilizados para educação pública.
i) Elaborar estudo para regulamentação da concessão de uso onerosa para os lotes de PLL.

III – dispositivos de parcelamento e tratamento do espaço urbano, que estabelecem:

- Item G da PURP – Vagas Públicas para Veículos;
- Item H da PURP – Planos, Programas e Projetos: diretrizes e recomendações para os planos, programas e projetos previstos neste PPCUB.

Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação - PURP

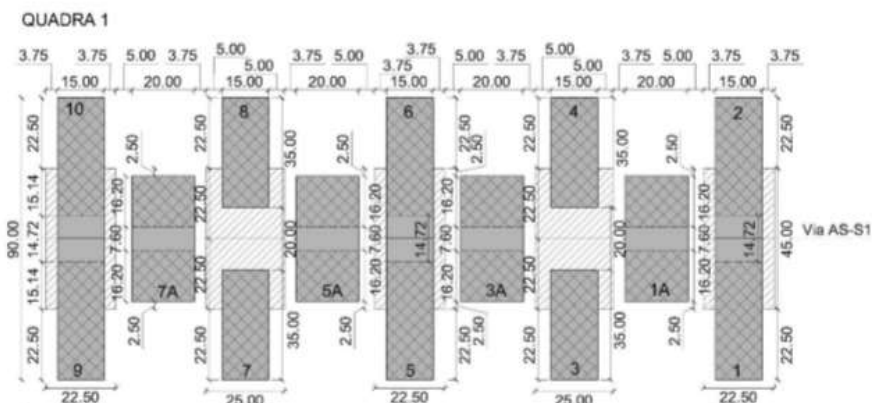
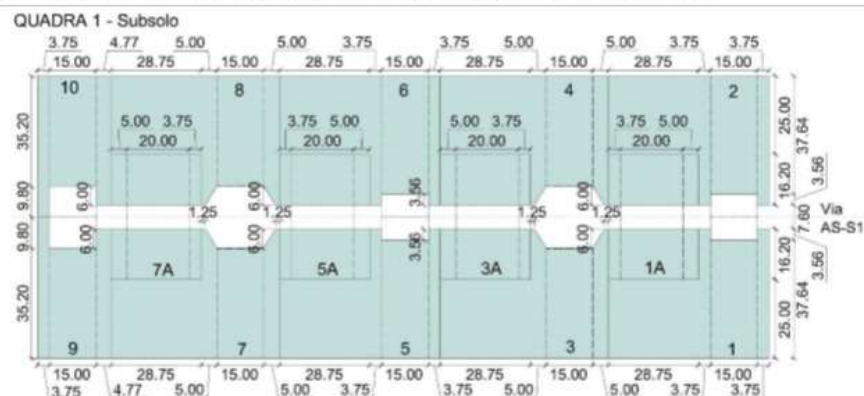
PLANILHA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS E DE PRESERVAÇÃO			COMPONENTES DE PRESERVAÇÃO			PURP 22
TP3	UP6	SETOR DE AUTARQUIAS NORTE E SUL – SAUN; SAUS	HISTÓRICO	FORMA URBANA	PAISAGEM URBANA	
			MAIOR VALOR	MAIOR VALOR	MAIOR VALOR	

SAUS – Parâmetros de ocupação, de concessão de direito real de uso e concessão de uso



CROQUIS – Parâmetros de ocupação, de concessão de direito real de uso e concessão de uso

Consolidam os parâmetros de ocupação e estabelecem os limites de ocupação de área pública, do tipo concessão de direito real de uso e concessão de uso, conforme definidos na legislação de uso e ocupação do solo vigente e legislações específicas.



LEGENDA:	
	Subsolo
	Lote
	Ocupação terreno
	Marquise/Terraço



TP3	UP6		Folha 13 / 18
-----	-----	--	---------------

Anexo XIV – Desafetação de Área Pública e Alteração de Parcelamento

- * O Anexo XIV traz croquis de regularização previstos em Planos, Programas e Projetos, como os exemplos selecionados:

Criação dos lotes destinados ao Batalhão de Polícia Militar - PMDF, à Administração Pública Federal, ao 1º CBM - Corpo de Bombeiros Militar e ao Pavilhão de Metas. Ampliação do Lote PTP Anexo do Palácio do Planalto e desconstituição do Lote 3 do SAFN Quadra 4.



Anexo XIV – Desafetação de Área Pública e Alteração de Parcelamento

Apresentação Audiência Pública (100343799)

SEI.00390-00004/2018-92 / pg. 288



Criação do lote destinado à Estação 11 do Metrô.
Ampliação do Lote 22 do Setor Hípico – SHIP e
do Lote 1 do SPO.



Criação do Lote P, situado ao longo da via STN,
destinado ao Terminal de Integração Asa Norte –
TAN.

Temas relevantes



PPCUB

SEDUH
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

Concessão de Uso:

Recepção das legislações específicas sobre cada tipo de ocupação (puxadinhos, quiosques e trailers, LC nº 755/08, entre outros) e complementação em casos específicos.

Concessão de Direito Real de Uso:

Recepção da legislação específica de Concessão de Direito Real de Uso - Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, para todo o CUB e proposição de alterações e complementações pontuais, de acordo com a norma vigente específica para cada lote.

EMI_PTP_Esplanada dos Ministérios - Praça dos Três Poderes:

Previsão de regularização dos blocos dos Ministérios.

PAG - Postos de Abastecimento de Gasolina:

Os usos e atividades foram flexibilizados permitindo, como atividade complementar à venda de combustível, a instalação de loja de conveniência, borracharia, lubrificação, lavajato e lanchonete. Em relação aos parâmetros de ocupação foi permitida a construção da cobertura com altura máxima de 6,00m, enquanto a norma vigente permite 5,00m.

Seção V – do Saneamento Ambiental:

Inclusão de seção que trata da política de saneamento ambiental, estabelecendo que deve ser considerada a importância do conceito de paisagem na configuração espacial do CUB; a garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado; o desenvolvimento econômico sustentável; a preservação das características da escala bucólica do plano urbanístico do CUB; a observância ao Zoneamento Econômico-Ecológico do Distrito Federal - ZEE e demais legislações ambientais aplicáveis à região. Os serviços de saneamento ambiental devem ser oferecidos de forma universal e eficiente, com qualidade, equidade e continuidade, visando garantir condições de acesso aos serviços para toda a população.

SMIN – Setor de Mansões Isoladas Norte:

Proposta de desdobro e inclusão de atividades de comércio, prestação de serviços e industrial de pequeno porte.

Quadras 700 – manutenção de uso exclusivamente residencial:

SHIGS e SHCGN: manutenção do carácter residencial exclusivo, sem permissão para instalação de alojamentos, pensões ou atividades comerciais e de prestação de serviços tipo MEI nas residências.

901 Norte:

Está prevista em Planos, Programas e Projetos a elaboração de projeto urbanístico de parcelamento futuro para o SGAN 901 objetivando a criação de novos lotes, com área média entre 3.000m² e 6.000m².

Vila Planalto:

Ampliou-se a permissão para os usos de comércio e prestação de serviço, simultaneamente ao uso residencial, bem como foram englobadas outras atividades econômicas que complementam a vocação de polo turístico da Vila.

❑ Previsão de habitação nos setores do CUB:

Uso residencial permitido nas PURP a partir da publicação:

- SHCN – Comércio Local Norte – CLN;
- Setor de Edifícios de Utilidade Pública Sul - SEPS;
- Setor de Grandes Áreas Norte E Sul – SGAN/SGAS;

Condicional à elaboração de EIV com análise e aprovação de estudos pelo órgão gestor de planejamento urbano e territorial (SEDUH), aprovação do órgão responsável pelo licenciamento ambiental, do órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural (IPHAN) e do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN; Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, trechos 3 e 4.

Demais setores serão objeto de estudos futuros, a partir da previsão dos Planos, programas e projetos.

A minuta do PLC traz ainda:

1. O **PPCUB** deve ser revisado, no máximo, **a cada dez anos**.
2. Os **planos, programas e projetos** definidos devem ser revistos a cada **cinco anos** a fim de ajustá-los à dinâmica de desenvolvimento da cidade.
3. Criação do Comitê de gestão compartilhada.

PPCUB 2022 – Equipe SEDUH

Mateus Leandro de Oliveira - Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH

Janaína Domingos Vieira - Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território – SEGESP

Ricardo Augusto de Noronha - Subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB

Patrícia Veiga Fleury - Coordenadora de Planejamento e Monitoramento do Conjunto Urbanístico de Brasília - COPLAB

Scylla Watanabe Mazzoni - Diretoria de Preservação – DIPRE

Érika Castanheira Quintas – Assessora da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB

Lídia Adjunto Botelho - Assessora da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB

Mariana Freitas Priester - Assessora Coordenação Planejamento e Monitoramento do CUB - COPLAB

Rayelli Bárbara Miranda Ribeiro - Assessora da Diretoria de Preservação – DIPRE

Otamá Dantas Barreto - Analista da Diretoria de Preservação – DIPRE

Renata Marchini Loureiro - Analista da Diretoria de Preservação – DIPRE

Roberta Ribeiro – Analista da Diretoria de Preservação – DIPRE

Raquel Roland Vila Nova - Coordenadora de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília - COGEB

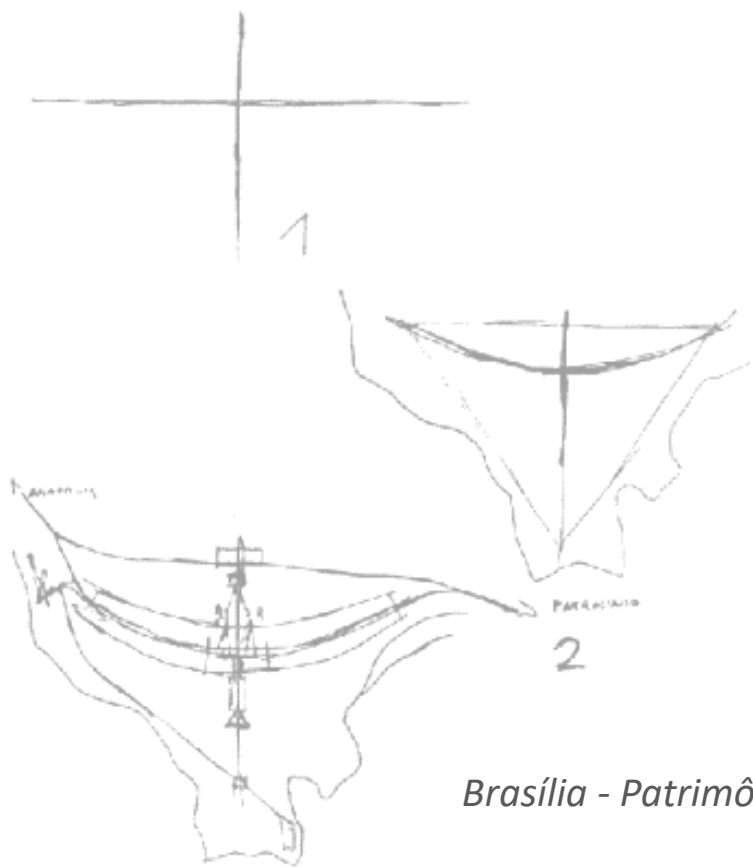
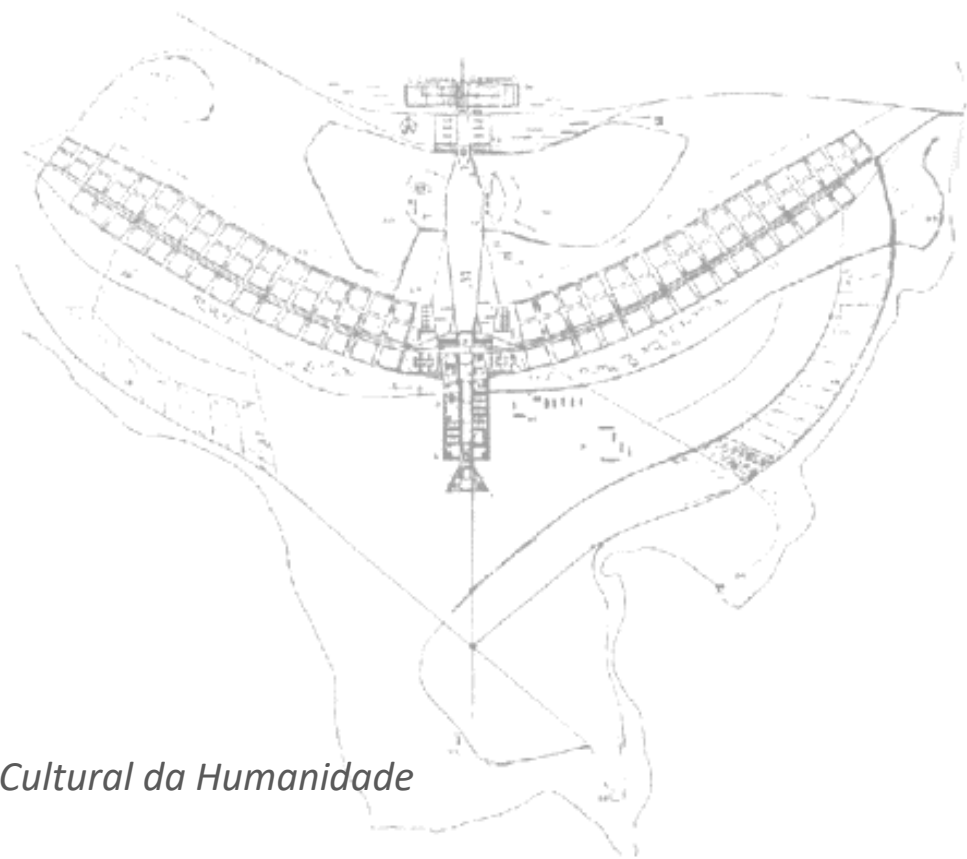
Artur Leonardo Coelho Rocci – Assessor da Coordenação de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília - COGEB

Maysa Ribacionka Góes de Araújo – Assessor da Coordenação de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília - COGEB

Tayná Aguiar Serafim – Assessor da Coordenação de Gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília - COGEB

SEDUH

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO



Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
1	SANIL JOSIL LOPES	ASBV	SANILLOPES@GMAIL	999493722
2	William Rafael do Nascimento	SEDUH	WILLIAMRAFAEL16@GMAIL.COM	99213-2852
3	Luiz Carlos de Oliveira	Hosp. Vet. SF	lcooliveira@terra.com.br	996681288
4	André Leonardo	SEDUH	ANDRE.RUAS@SEDUH	981700266
5	Renato Lima	Setor Hoteleiro	renatolima1970@uol.com.br	99976-7372
6	Carlos César S. Botelho	AMOT008uf	carloscezar@igmail.com.br	99999-8229
7	JOSÉ AMÉRICO SANTOS	CCAS AMOT008UC.	ZEAMENCOS@YAHOO.COM.BR	998317976
8	ANGELA MARIA GALVÃO	MORADORA 704 Sul.	angemagal@yahoo.com.br	99616.5290
9	Bomício Alencar Junior	HAMP9	DAMALVES6-	981289123
10	Leandro Luciano	SEDUH	leandro.luciano@seduh.df.gov.br	986355012

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
11	Gabriel MAZARIN Mendonça	ADVOGADO	GAMAZARIN@GMAIL.COM	(61) 999328771
12	Raquel Maria da Barros	SEDUH-SCUD	RAYELLI_9@GMAIL.COM	(61) 995333253
13	Mario Fernando Souza		condanypolantomarijsousa@gmail.com	61 99994-3525
14	Edna Mota Fernandes		condanypolantomarijsousa@hotmail.com	61-98510-2454
15	Adriana Rosa Savite	SEDUH	ADRIANA.SAVITE@SEDUH.DF.GOV.BR	(61) 992757394
16	Honório A. Crispim	BOMBSI 20	HCRISPIM@GMAIL.COM	(61) 993276363
17	Arleinda Salgado de Oliveira		gafafa.02@mail.com	61 999233236
18	Antonio Soares	AMPES SEDU	Mag-Br@hotumail.com	99984-3993
19	Mario Fontes	SESDF	simpra@saude.df.gov.br	61 993989085
20	Maria Prudente	AMPAS		61 999358582



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
21	Scylla Watanabe	DIPRE/SEDUH	scylla.mazzoni@seduh	4088
22	ALVARO G. BRUNO	OMNI COM. SERV.	ALVARO@OMNIDF.COM.BR	3441-3100
23	ADELMO S. GOMES	OMNI COM. SERVIÇOS	adelmorgomes@gmail.com	984189900
24	Pablo S Xavier		pablo.salgedonovos@gmail.com	998452022 9845
25	Tania Battella	Horadora 208 Sul	Taniales@terra.com.br	99987.3747
26	Reinaldo Rios Maciel	AM0700	macielreinaldo@yahoo.com.br	983694089
27	Jose Wilson da Silva	AMPA		998617930
28	Rosmire Lainez	Clube dos Bombeiros	rosmire.lainez@gmail.com	99123-3518.
29	Rios Rodrigues da Silva	Mão Forte	RIOSRSILVA@gmail.com	9984318812
30	CELESTINO FRACON JUNIOR	ADEMI-DF	CELESTINO@HABITADF.COM.BR	99982-7592

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022



LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
31	Elza Maria Moreira Cavalcini	AMPES		99341-1595
32	Armen de Lencastre	Seduh	Armen.Lencastre@seduh.df.gov.br	
33	Michelle Zomero F. de Sá	AMPES	ampes.df@gmail.com	61 98424-9014
34	Pablo César Maciel FONSECA	CLDF GAB DE	fonsecapcm@gmail.com	99984 7747
35	Luis GONZAGA DA SILVA FILHO	ASES/SINZAZER	luisgspfilho@gmail.com	99966-1716
36	Josely Cristina da Cunha	Seduh	joselycristina.bsb@gmail.com	98196 0404
37	Kelly de F. Souza Cezário	PMDF	6bpmoperacaond@gmail	99666-6019
38	Renilson Francisco Azevedo	AMPES	renimdl@yahoo.com.br	99973 5687
39	Allen Arzujo	UNIEURO	allenarzujo61@gmail.com	981311518
40	Helio ORCINO	FECOMERCIO	HEBRASILIA@gmail.com	99897795

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
41	LEONARDO SECCA ROSSIOLINI VICIARI	DAS/DF	LEONARDO@VICIARISECCA.COM.BR	38175-6996
42	OVIDIO MAISA FILHO.	FELCOMERCIO-	OVIDIO@OVIDIOMAISSA.COM.BR	99982.7061.
43	RICARDO A. NORONHA	SEDUH/SUB	RICARDO.NORONHA@SEDUH-DF.GOV.BR	32144157
44	MATEUS SILVA DE OLIVEIRA	AMPES	GRAFICAPILOTO.DF@GMAIL.COM	981985492
45	Ué da Luz Campos	ASPU	mlkgonb@gmail.com	61.999668075
46	Karine Jampaio Campos	ASPU	Karine.ksc@gmail.com	61.99571.6012
47	Altair Rosa de Sá	ASPU.	Altair.rosadesa@gmail.com	959275170
48	Laura Laurence B. Lisboa	ASPU	lauralaurine@gmail.com	06199666989
49	ROSIMERE OLIVEIRA BARRETO	SHIGS 715	ROSEBARRIS@gmail.com	61999725113
50	Francisco Jovim	FID-DF	FranciscoJovim@fid.df.gov.br	91191075



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
51	Adail Jose M. Pereira	Precontat	Adail@502Hotmail.com	985001808
52	JAMES B. SOARES	CICLOUISTIVA	ciclouistiva@gmail.com	993303900
53	ANTONIA A. LOPES-SILVA	Comunidade	antunina@Hotmail.com	998250723
54	EDUARDO M. CLARK	ARENA F. CLUB	edu-arena@hotmail.com	984165226
55	FERNANDO MENCINI	ARENA F.C	FERNANDA@yahoo.com.br	999165550
56	Robson Bruno dos Santos	"	jlbrunno@gmail.com	981144519
57	DAVY S. A. RAPOSO	-	RAPOSO.DAVY@GMAIL.COM	984158845
58	Dinaldo Domingues S. FILHO	SSP-DF	dinaldossp@gmail.com	(61) 98230.6501
59	Roni EDISON DI LATTI	Clube Vizinhança	roni.dilatti@terra.com.br	(61) 98185-7513
60	Patrícia Larvalho dos Santos	CCAS	ccas.comunidade@gmail.com	98570-6996



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
61	MARCONTO MONTEZUM	SINDUSCON		999844499
62	Guariva M.A.S.B.	Via Leplia ASSOCIADOS	Frankikoment@yoi.com	999735097
63	DIONYZO A.M. KLAVDIANOS	SINDUSCON	dionyzos@iteb.com.br	999837624
64	RENATA M. LOUREIRO	SEDUH	RENATA.LOUREIRO@SEDUH.DF.GOV.BR	52144109
65	Tatiane Biende A. Vieira de Lima	SEDUH	tatiane.lima@seduhdf.gov.br	981231545
66	MARCO JULIO B. DO CARMO		MARCOJULIO@ME.COM	996435881
67	CLÉOMIDES DE SOUSA G.	CREDT	- 67	99879-17-25
68	Paulo Tarvan	SINDICOMUNICATIVIS	PT.PAULO@TERRA.COM.BR	999819263
69	Paulo Roberto Bungs	Shantara	PauloRBF Trindade @shantara	991551155
70	JOSE DALDEGAN	CCAS	CCAS.COMUNIDADE@GMAIL.COM DAE	99962-8864



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
71	BARTOLOMEU RODRIGUES	SECEC	BARTRO1957@GMAIL.COM	
72	VELVA VITONILMO DE AMARAL MOUSICA		VELVA.V.ABREU@GMAIL.COM	98577-5795
73	Mariana F. Priester	SEDUH		
74	KRIST BRUNNER	—	—	—
75	ADRIANO ANTONIO OLIVEIRA AMORAS	COMUNIDADE	ADRIANO.13AST@GMAIL.COM	61.986245249
76	Anna Carolina Almeida da Silva	conf. 17	anna.carol.oliveira74@gmail	61.996723977
77	SILVIA DE LAZARI	SEDUH	silvia.lazari@seduh.df.gov.br	3214 - 4127
78	Glauce Maria Montalvão	Adm. Sudoeste	Glaucemontalvaoo@gmail.com	985822781
79	Artur L. C. Coelho	SEDUH	artur.coelho@seduh.df.gov.br	987756267.
80	Artur L. C. Coelho	CURBE VICINHOÇA		



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
81	EDIVAL CURINGA	AMPES	LUDIGRAF@YAHOO.COM.BR	61-991290278
82	Lina Lucia de Sompain Lima	ASPU	linalucia.sompain@gmail.com	6199984258
83	Mayara do Amoral Braga	Ara Norte	mayabrag@gmail.com	61 98254-8969
84	Selen Noronha Lima	Ara Norte	selennoronha@gmail.com	6198187-5048
85	GLAUCO LIMA	EMPRESÁRIO	GLAUCOLIMA@GMAIL.COM	981033334
86	CLAUDIO PEZAR DIXEIA OLIVEZ	SECRETARIA DE RELACOES INST.	CLAUDIOPEZAR@GMAIL.COM	61-994796218
87	CLAUDIO COSTA SANTOS	RA XXII SUDOESTE	claudiocostas14@gmail.com	61 995811855
88	Valney Silva Pereira	Sudeste	valneypereira21	984716984
89	Rafael Soares	FISCAL	RAFAELSOARES@GMAIL.COM	98171-9122
90	Wiz Carlos B. FERREIRA	SESGRU-DF	WIZCBFERREIRA@GMAIL.COM	981702621



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
91	LÍDIA ADJUTO BOTEELHO	SEDUH	lidia.adjuto@seduh.df.gov.br	3214-4108
92	João Paulo Almeida	PMDF	JPALMEIDA678@gmail.com	99633 0880
93	Caulilia Pinto de Sousa	Ampes	moreulilia@yahoo.com.br	61-996980266
94	Anderson Bispo Santos	Assoc. Moradores Vila Planalto	distinspans@gmail.com	61-99676-9600 61 911 0738-85
95	Angela Lucie Mendes Cabral	Chacara DF	lucia cabral 2002@	
96	Mathias Junior Almeida	Hospit/ Home	junior02@homehospital.com.br	(61) 99519-3050
97	Natalia Dutra de Sousa	SEDUH/CAP	natalia.sousa@seduh.df.gov.br	981151693
98	MURILDO DA SILVA CARVALHO	CACI	MURILDO.CARVALHO@CLOF.GOV.BR	
99	Oswaldo Vasconcelos Jr			996287659
100	CLOVIS GOLFETTO	ASPV	clovisgolfetto@gmail.com	99982-4950

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.**Local:** Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF**Data:** 19 de novembro de 2022**LISTA DE PRESENÇA**

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
101	Miliete José de Oliveira	Conf. D	milieteoliveira@hotmail.com	61-98461-3789
102	Liliana Angelina González Torres		LILIANAGELI@GMAIL.COM	(61) 383000038
103	Alina Ferrari	Secuc	alinferrari@cultura.gov.br	984739619
104	Penélope Oliveira	CSUV-J	psq.penelope@hotmail.com	98461-1383
105	Neir Abusto Pires	LOGISTA	NEIRO@GMAIL.COM	61 991111454
106	Joaquim Edeval Reis Moraes - Morador 700 Sul		JOAQUIM.EDEVAL@GMAIL.COM	61-999706533
107	Celso dos Reis Gonçalves	CONJUNTO D	CAMPFCAISUDOMITR@HOTMAIL	61 984390921
108	Mª do Socorro Alves Brito	SCUB/SEDUH	MARIA.ALVES@SEDUH.DF.GOV.BR	3214-4105
109	Romário Romay Braga Alves	Vem ConVincida	Romario.Alves@vemconvincida.com.br	(61) 99846-2184
110	FELIPE LAGO	ECOTECH	flago@ecotechamb.org.br	(61) 951537515



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
111	Renilda G. de Oliveira	Comp. D	Renilda.oliveira@gmail.com	992397930
112	João G.C. Accioly	SINUSCON DF	jgaccioly@hotmail.com	99288.7435
113	Giovanni Jo B. Guimarães	CLUBE LIZIANGA	GiovanniJB01@hotmail.com	(61)985285973
114	LAURENT MANT-	CDPF	LAURENTME@GMAIL.COM	98129252
115	Thiago Perpetuo	IPHAN	thiagoperpetuo@iphan.gov.br	992659508
116	Silvia	IPHAN	SILVIA.DASIS2@IPHAN.GOV.BR	
117	Edneia Ferreira Silva		edneia@rahov.com.br	
118	Ramires do Amaral Filho	Comp. D	RamiresdoAmaral@gmail.com	983052685
119	Anna Paula B. Moncaio	SEDUH	cmps.pp@gmail.com	981754055
120	ERIK ALESSANDRO SANTANA FERREIRA	SEDUH	erik.ferreira@seduh.df.gov.br	983342317



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
121	LINCOLN FRUTUOSO CERRVEIRA		lincoln.frc@med.com.br	(61) 9 0234-6936
122	Marcos Demian P. Magalhães	AMO 700 Sul	MDEMIAN21@GMAIL.COM	61 98454 5809
123	Hermes do Amaral Araújo	COMERCIO COMEX	HERMES.QUEIROZ@HOTMAIL.COM	61 98337-8893
124	Leandro Gregorini Alves	Setor Elétrica/VIAP	GREGORINE.ALVES@GMAIL.COM	61 99881-8969
125	ANTÔNIO SOBRAL	VIBRA ENERGIA S/A	SOBRAL@VIBRAENERGIA.COM.BR	61-99965-5036
126	Selma Afonso Nazari	R. 712 Sul.	selmanazari@gmail.com	61.999947033
127	Diane Sousa	ARQUITETA	dianesousa@terra.com.br	61.9996.16714
128	Lelise Longhi	ARQUITETA	leliselonghi@hotmail.com	61.999763796
129	FREDERICO Flosculo	FNUVAB	flosculo@gmail.com	992113565
130	Helio R Borges	CCL5	Helio.R.Borges@gmail.com	777644832



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
131	ADEMIR S FOGUINI	LEGISTA		99993 8673
132	ILKA TEODORO	RA PP		
133	Sebastião Pereira Assis RUA	COM-CO2 D	Tina branco Junior@gmail.com	991522022
134	Flávia de Amparo Landeira	Lejeste	ampancendite@gmail.com	98659147
135	Selene Gomes Gomes do Silveira	ASPU MORADORA	sciselene@gmail.com	999188969
136	Rômulo Bowelli	FARE	romulo@arquitectura.com.br	984275927
137	RAQUEL ROLAND VILA NOVA	SEDUH	raquel.roland@seduh.df.gov.br	3214-4180
138	Eunice Souza Ferrera	Aparentada	eunice674@gmail.com	996069954
139	Ismael dos Santos	U. TELEB -	Ismael.dos.santos@gmail.com	999831523
140	Paulo Roberto Silva	AMP?	PAULO@CAL-DETRAIL	984863707



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
141	Solanda de Paula ferreira	Setor Chacamar vila Normalto		(61) 3381-6491
142	Everaldo R. Cavazzo	Fórum Vila Planalto	CAVAZZO@hotmail.com	986537670
143	MARIA GABRIELA TOMAZ DA COSTA	VEM CONVENIENCIA SA AMPM - SPIRANCA GRUPO NOS	maria.gabriela@vemconveniencia.com.br	(21) 96778-2697
144	Seino Augusto de O. meire	MPDFT/PROURB	denio@mpdft.mp.br	(61) 3343-9789
145	ROBERTA A. G. PEREIRA	UNICA	robertagpereira@hotmail.com	(61) 996281335
146	Antonio Albert dos Santos	Telebrasilio	antonio.monitoramento@gmail.com	199 993488668
147	Jorge Gomes Martins	CLDF	jorgedgmartins@gmail.com	(61) 982028771
148	ma Beatriz Vasconcelos	Prefeitura 204501	prefeitura204@gmail.com	(61) 99664.4878
149	Marilda dos de Lenc	ASSOCIAÇÃO		(61) 9.8652-1671
150	Walter Silva Duarte	ASSOCIAÇÃO		



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
151	Carlos Vitor Paulo	seduh/ASL	carlos.paulo@seduh.df.gov.br	- 991398583 68
152	Márcio Antonio Marques	VIBRA	marcio@vibra.org.br	99666-7007
153	Antonio Vitor Souza	Qm 5 w 2 CONT D	NEWFORMDF@gmail.com	61 984184072
154	Betty Daniela	SEDUH/GAB	betty.cornea@seduh.df.gov.br	61 97411611
155	Melleython Ribeiro do Nascimento	Ases	Melleython.ribeiro@gmail.com	98492-7413
156	Maria Rosineide F. de Sousa	Vita Beleza Associação		98185-7989
157	Cristiane Jobim	ADVOGADA		982941244
158	Angela Duz	Adv. URB		981772538
159	Washington da Silva Jr	ASSOC. V.P.	Washingtonsilvasjr@gmail.com	984338010
160	José Maria Barbosa	ASS. V.P.	JBORBA@GMAIL.COM	985070313



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
161	EDSON SAUZA SOBRINHO		BRASIL.L.EDSON@GMAIL.COM	98131-9905
162	FELIPE GOIS SOUZA		gois-fj@hotmail.com	99239-7808
163	André Luiz Beraed		andreberaed@gmail.com	99646-3103
164	Marcia Araújo de Oliveira	ASPU		98171-2957
165	Francisco de C. D. Lima	ASPU	MARCELIANA@GMAIL.COM	98555-1811
166	Júnia Gomes Saad	RA SUDO	saad.junia92@gmail.com	993744600
167	CERIZATO FRANKLIN SILVA	ASPV	5416 FRANKLIN@GMAIL.COM	998053137
168	Isabella Santos Rezende	mov. Social	isorezende@gmail.com	99991-2498.
169	Samuel Augusto Dias dos Santos	SEDUH/ASL	sdmml.santos@SEDUH-DF.GOV.BR	98418-7347
170	Maria de Fátima Passos Cavalcanti	Morada Nova 715 Sul	fat.comercio@hotmaul.com	9.9953.9072

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022



LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
171	JOSÉ RODRIGUES BUTRAGO	SSP/DF	BUTRAGO.RODRIGUES@GMAIL.COM	61 999701337
172	Mayssa Rubacionke G de Araujo	SSP SEDUH	mayssa-araujo@seduh.df.gov.br	61 9-9974-5665
173	PAULO PEREIRA Lima	SSP/DF	PaulalimaDF@Hotmail	61- 38289-28-15
174	Raissa Rossiter	PSB/DF	raissa.rossiter@hotmail.com	61- 93265-5678
175	Leo Randa	MOV. SOCIAL	MNLH.BSB@GMAIL.COM	99811-5157
176	Ivana Kirkings	MPDFT	ivanac@mpdft.mp.br	3343 6424
177	Adely Assencão	Complan	adely.assencao@datai.gov.br	9280-6067
178	Éfigênia Fernandes	V. Planalt	efignichdo@hotmail.com	999703054
179	DANIEL ORREGO	VILA PARAZO	d.orrego.guayado@gmail.com	98143-3354
180	Ellen de Boudes T. Mates	Vila Planalt	ellentelentine@gmail.com	98143 3354.

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
181	Antonio Marco Rizzo de Silva	Mov. Social	fmarcos.uzos@gmail.com	61 998657405
182	Alba Rodrigues Inês	-	alba@dhagelo.com.br	61 981099889
183	Vantuil P. Santana	Vila Planalto	Vantuil.Santana@Policia.Civ.DF	986092466
184	Efêucia Foste S. Ribeiro	Chacaras Vila Planalto	70.ghomeira@gmail.com	61 985862233
185	Juliana de Almeida	Chacaras Vila Planalto	dra.juliana.de.almeida@gmail.com	61. 99976-9954
186	Helena Fernandes	CHACARAS	-	61 985 496363
187	Gabriel Senoz	BA-PP	-	61 984672006
188	Luiz Carlos M. F. ...	SSP MA	-	61 983692019
189	Daniel Costa	SEDUH	DanielCosta@seduh.com	61-996212929
190	Cezar Romell Bezerra	CBCE	Romell@CEBRANHO.com	61 981630853

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.**Local:** Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF**Data:** 19 de novembro de 2022**LISTA DE PRESENÇA**

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
191	ANTONIO CARLOS OSORIO FILHO	CAPITAL 1 CNC	DF@CAPITAL.COM.BR	61 984369581
192	ANDERSON Ivaque C.M. (26/11)	-	franche@br.com.br	(61) 9.9375-7335
193	JOÃO BATISTA FERRARO	RECANTO DO SABURU SECTOR DE CUCURAS da Vila Planalto	ESKORPIAO@GMAIL.COM	61 934852006
194	FABÍCIO LINDOSO	-		
195	ELAINE FERNANDES	RECANTO DO SABURU VILA PLANALTO	EFNASCIMENTO@GMAIL.COM	985252704
196	Ronaldo Siqueira	ACREDOB	Ronaldo.1010@igol.com	985349578
197	Giselle Mull Mascarenhas	CON/DF	gismul.wsl@brasil.com	99167-1674
198	Almura Cardoso F. Junior	OAB/DF	almura@almurajunior.com.br	999418105
199	Sâmia Walecka Pereira de Carvalho	OAB/DF	SWCARVALHO@YAHOO.COM.BR	BR. 61. 996027737
200	Carla de Teju		CARLAGBARAUJO@gmail.com	61. 93111.0629



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
201	Thyris Boaventura	comunidade		982266414
202	SERGIO DIAS ORSI	EMATER-DF	SERGIO.ORSI@EMATER.DF.GOV.BR	999590587
203	Elton Sontoz	comunidade	eltonudf@hotmail.com	984127466
204	RISOMAN CAVALHO	FACI-DF	SILVA.RISOMAN@GMAIL.COM	99144-6771
205	RODRIGO FERREIRA DA FONSECA	REARQUITETURA	RODRIGO@REARQUITETURA.COM	61981399390
206	Manuel Mendes Alves	UNB-	manuelalves@unb.br	61-999576833
207	Luiz F. Ferreira Magalhães	OAB	LUIZ.MAGALHAES@MAGALHAESESCOSTA.COM.BR	
208	FERNANDO MEDEIRO DE OLIVEIRA	SEMADF	FERNANDO.OLIVEIRA@SEMADF.GOV.BR	
209	ROSANA BAILO PEREIRA E SILVA	REDE BIKE AND DF (COMUNIDADE) REDE URBANIDADE	ROSANA@BAILO.COM	61984021986
210	GEOVANA L RESENDE	UNI'CA	GEOVANA.ARQUITETA@GMAIL.COM	61.996393160



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
211	LUIZ HUBERTO CRUZ FERNANDES	UNIA CNAC, RA PLANIT	Luiz.pescador@yahoo.	9 8433 687 2
212	Hanna Branga Franco	RAPP	francoshannabrange@gmail.com	936180674
213	FÁBIO CARDOSO	CAF/CLDF	FABIO.FUZINA@CL.DF.GOV.BR	98108.0061
214	Fernanda de Nascimento Oliveira	Comunidade	OliveiraFernanda@gmail.com	(61) 99817-3996
215	Flávia Demartini	Seduh	flavia.demartini@seduh.df.gov.br	
216	LUCIO MARCOS LOPES COBRIGUES	COMUNIDADE	LUCIOE KILL.ENG.BR	61 99971-1244
217	ERNESTO ROCHA TORRES	COMUNIDADE	ERNESTOROCATORRES@GMAIL.COM	61-999875177
218	Luciana B Rezende	SE du h		61 92054057
219	Rita Diniz de A	CNPC	ritocadinizad2@gmail.com	61.99637755
220	ROSANA LUCIA Alves de Souza	Mov. Habitacional	vidarosanna12@gmail.com	99123 7241

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.**Local:** Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF**Data:** 19 de novembro de 2022**LISTA DE PRESENÇA**

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
221	Luiz Dias Ribeiro	comunidade	lvribeiro@unb.br	3307-2547
222	RE JANE JUNG VIANNA	SEDUH	R.J.VIANNA@GMAIL.COM	999859922
223	Igor Wilson Rodrigues	comunidade	igorw12008@gmail.com	944163818
224	Muel M. Naziozero Saadi	SEDUH	muel.naziozero@seduh.df.gov.br	9891149882
225	Chris F. Butrago	SEDUH	_____	61 992634057
226	Veranne Magalhães	DAB/DF	cabdf.ceel@gmail.com	61 992876411
227	Lúcia Helena Moura	ABAP DF	abap.df@gmail.com	61.992893695
228	Vilente Bevilacqua	NG	VILENTEBEVILACQUA@HOTMAIL.COM	61-98160-4433
229	Elaine de Oliveira La Torre	SEGOV/SECID	elaine.torre@buriti.df.gov.br	99127-6127
230	Wanderson B. B. B. B.	Clube da Imprensa	wandersonb@gmail.com	(061)999831966



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
231	Tomás de Sousa Pereira	COCB/MDF	cocb.mdf@red.com.br	98625-7009
232	Joimão Alves de Jesus	SEPLAD	Joimao.alves@terra.com.br	98580-5563
233	Bianca Pires Veiga	AMO 700	biancapveiga@gmail.com	98131-9366
234	SERGIO PERES JR.	SEPLAD	sergio.peres@economia--	98133 8287
235	João Mano	INTERIOR SH 95 915	Joao.Cerqueira@terra.com.br	981434679
236	MARCIA BRANDÃO	ARQUITETA	sarah422@hotmail.com	981152736
237	BRUNA TABORA GASPAR	SEDUH		99900 2502
238	KENIA M. A. J BEZERRA	SEDUH	kenia.andrade@seduh.	
239	MARCO LUIZ ACCI	CCAS/AMO 700	quidacci@fems.com.br	61996822230
240	WILMAN JOSÉ DOS SANTOS	Associação	grafuassantos@gmail.com	6199820210



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal - Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília - DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
241	Daniel Lebrão Arruda	Procuradoria das Indústrias	daniellebrão@globa.com	61-984084550
242	William Fedeles Dos Santos	SEDUH	William.fedeles@seduh.com	61.921952483
243	Isabella de Oliveira Costa	ASPU		
244	MARCELO MOURA	CLDF	MARCELO.MOURA@cldf.com	61 998152880
245	Estuário Sousa Lopes	SEDUH	Estuario.Sousa@seduh.com	61. 92127-1175
246	Luciano Espinola	SEDUH	Luciano.Espinola@seduh.com	61 32112 8121
247	JOÃO MARCOS T. FERREZ		JoaoM.T.Ferrez@gmail.com	61 999891763
248	Karine Barbosa Pires	SEDUH	Karine.Pires@seduh.com	61 99476-3469
249	Dedee Moreira da Costa Ferreira	ANACOM	Dedee.moreira@anacom.gov.br	61-984678539
250	LUCIANO LAMPER MARTINEZ	ASPU	LUCIANO.LAMPER@GMAIL.COM	61 99618-7004

**Assunto:** Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.**Local:** Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF**Data:** 19 de novembro de 2022**LISTA DE PRESENÇA**

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
251	Marcelo Silva Gomes	9.º. ch. V. PLANALTO	Marcelosilva@guccil.com	98263-7370
252	Lucimara N. C. Gomes	9.º. ch. V. PLANALTO	Lucimara@guccil.com	98177-9052
253	Denize Silva Batista	Vila Planalto Setor de chácaras	denizedenize@gmail.com	981534890
254	EDUARDO AROEIRA ALMEIDA	ADEMI	eduardo@opexengenharia.com.br	98134-9630
255	BENNY SCHWARBERG	UUB	benny@uub.br	99963-0043
256	FRANCISCO SANT'ANNA	AMAC PARKWAY	AMACORREGO@guccil.com	999890277
257	ILSON DA SILVA BARRAS	COMUNIDADE	ALFA.ILSON@guccil.com	981429469
258	FERNANDA F. GUIMARAES	SEDUH	FER.FIG@GMAIL.COM	981735361
259	Luana Felim Rorero	Sindicato Arquiteto	SINARQ@gmail.com	
260	Paulo Amadeu	CCDF	fabianabranco@gmail.com	3348 8172



Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
261	José Albert Avila	Setor de Planejamento	Albert.Avila.73@gmail.com	99562-1841
262	Neilia B. Fomina de Almeida	Setor de Planejamento	NEILIA.BARROS@GMAIL.COM	984503141
263	Leilson Souza Oliveira	PMDF	leilson.souzaoliveira@hotmail.com	984460210
264	Lucas Régis Teixeira	PMDF	REGIS.LWONS@GMAIL.COM	98453-1708
265	VIRGINIA KLEIN	Pref. 208	VIRGINIA.M.BOMES@gmail.com	984157988
266	Flávia Diniz Mayrink	313 Sul	Flavia.mayrink@gmail.com	981380588
267	Filomena Dantas Credmann	Amo 700 Sul	fcredmann@gmail.com	61-991929511
268	Vanessa A. Barre	ASN	vanessa.2008@gmail.com	61-97001.4816
269	TEREZA CRISTINA ESMERALDO DA SILVA SEMA		TEREZACEO@GMAIL.COM	6161999750468
270	Maria Rosa da Raveli	UnB	—	992990731



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB.

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

Data: 19 de novembro de 2022

LISTA DE PRESENÇA

Nº	NOME LEGÍVEL	ÓRGÃO	E-MAIL	TELEFONES
271	Fábio Mascarenhas	ENF.	fabio.f.m.p.m@gmail	992005545
272	Rômulo do Oliveira Lima Júnior	SEDUH	ROMERIO71@GMAIL.COM	99663-9180
273	João Gabriel Gonzaga	SEDUH	JOAO.GONZAGA@SEDUH.DF.GOV.BR	99956-7669
274	JOSUE GERMANO RODRIGUES	—	JOSUEGERMANO@GMAIL.COM	992774671
275	Janaina Vieira	Seduh	Janaina.Vieira@seduh.df.gov.br	32144101
276	Mateus Oliveira	Seduh	mateus.oliveira@seduh.df.gov.br	
277	Karine S. B. Alarcão	Seduh	Karine.alarcão@seduh.df.gov.br	99869-4391
278	ARAÚJO ANDRADE	SEDUH		981594003
279	Anderson Gonçalves Monteiro	SEDUH		61984241625
280	Renato da Fonseca Pinto	SEDUH	Renato.da.Fonseca@seduh.df.gov.br	61985579300



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e
 Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Lista nº: _____

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB

Data: 19 de novembro de 2022.

Horário: 09:00h

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

INSCRIÇÃO DE FALA

ORDEM	NOME	ENTIDADE/COMUNIDADE
1	GABRIEL MAZARIN OK	ADVOGADO
2	STANISLAU JOSÉ LOPES OK	ASPV -
3	Edna Mota Emanoel OK	Condempalândia
4	Franz Carlos de Oliveira	HOSPITAL VETER. SÃO FRANCISCO
OK 5	RENATO LIMA OK	SETOR HOTELEIRO (PowerPoint)
OK 6	HONORIO REISAM	715 SUL.
7	Carlos Eger OK	AMO 700 sul
8	Jania Battella OK	208 Sul
9	Michelle Gomes OK	AMPES
10	Kelly Araújo OK	- TAMBÉM CORONEL PM DF
11	FRANCISCO DORION	FID - DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e
Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Lista nº: _____

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília - PPCUB

Data: 19 de novembro de 2022.

Horário: 09:00h

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal - Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília - DF

INSCRIÇÃO DE FALA

ORDEM	NOME	ENTIDADE/COMUNIDADE
12	Milwary - OK	FAHEJE - DF
13	ERNA OK	715 Sul
14	ADRIANO OK	MORADOR DE RUA SCS
15	DANIL OK	MORADOR ASA SUL
16	Lilia OK	Morador - asa sul
17	Pavlotavari OK	SINDICOMBUSTÍVEIS DF
18	JOSÉ DALDEGAN OK	CCAS - CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASA SUL
19	Stúcia Carvalho dos Santos	Conselho Comunitário da Asa Sul
20	Everaldo CAVALZO OK	VILA PLANALTO
21	JURQUEIRA	VIBRA ENERGIA
22	Rômulo Bonelli	INICIATIVA PRIVADA



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e
 Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Lista nº: _____

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB
Data: 19 de novembro de 2022.
Horário: 09:00h
Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

INSCRIÇÃO DE FALA

ORDEM	NOME	ENTIDADE/COMUNIDADE
23	MARIA GABRIELA TOMAZ DA COSTA OK	UM CONVÊNIO SA AMPM - IPIRANGA GRUPO NOS - SHELL
24	FREDERICO FIOSCULO OK	CONSELHO COMUNITARIO ASA SUL
25	EDUARDO M. CLARK OK	ARENA FUTEBOL CLUBE
26	ANTONIO C. OSÓRIO OK	CAPITAL 1 CNC
27	LEO REZENDE OK	MOV. SOCIAL HABITELT
28	Vantuil Santana OK	Associação dos Moradores Vila Planeta
29	EFIGÊNIA Egênia FONSECA OK	Vila planeta Ceche
30	RODRIGO FONSECA OK	REFAR ARQUITETURA
31	Giselle M. de Azevedo	CSU / DF
32	Saúl A. WALESCA PEREIRA OK	OAB / DF.
33	Veranir Magalhães	OAB DF



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e
 Habitação do Distrito Federal - SEDUH

Lista n°: _____

Assunto: Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB

Data: 19 de novembro de 2022.

Horário: 09:00h

Local: Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal – Complexo da PCDF s/n SPO 23 A, Brasília – DF

INSCRIÇÃO DE FALA

ORDEM	NOME	ENTIDADE/COMUNIDADE
34	Rito Molins de OK	CNPC - Conselho Cultura Cila Planalto
35	Livia Helena Mour lviahfmour@gmail.com OK	ABAP DF - CEAU DF.
36	ROSINA BHOCCO FERREIRA E SILVA OK	REDE BKE ANJO DF
37	Wanderlei Porzendorf	Grube da Imprensa - CANCELADO
38	Curico Sant'Anna OK	AMAC PARK WAY
39	Luciana Gomes OK	Sin di co to dos Anqui to
40	Prof. Benny - OK	UNB. ANDAR 4 PÉ RODAS DA PAZ
41	José Accidy OK	SINDUSCOM OK
42	ZENITSON SOUZA	PM DF cancelado.
43		
44		























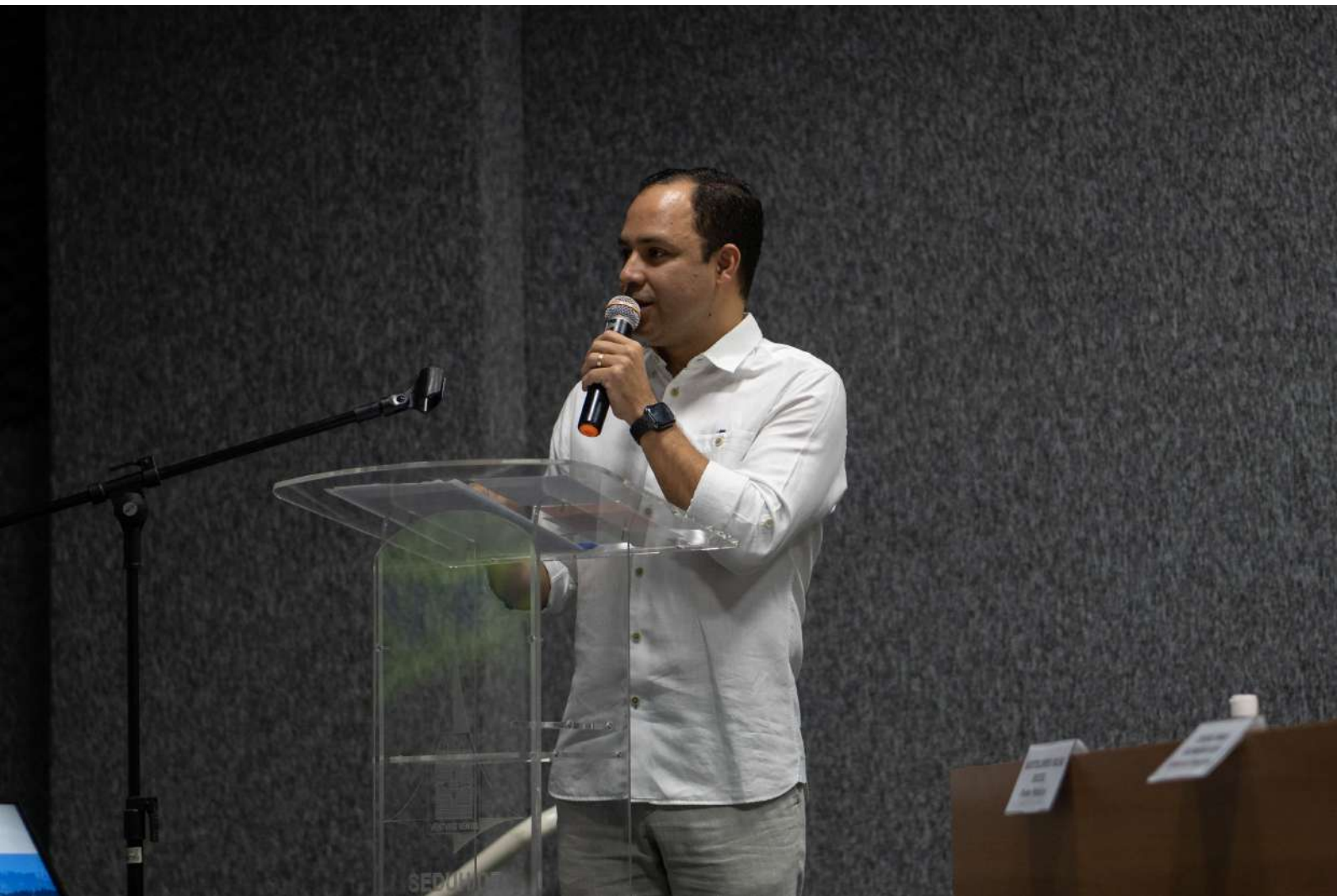




















































II) DESCRIÇÃO DO OBJETO

Previsão do período de execução da parceria:	Início	___/___/___	Término	___/___/___
Descrição do objeto:	[DESCREVER SUCINTAMENTE O QUE SE PRETENDE COM A PARCERIA]			
Relação do objeto com a OSC:	[DIAGNOSTICAR A REALIDADE QUE SE PRETENDE MODIFICAR, APRIMORAR OU DESENVOLVER COM O PROJETO E RELACIONAR COM AÇÕES JÁ REALIZADAS PELA OSC OU COM A SUA FINALIDADE ESTATUTÁRIA]			
Relação do objeto com a SECEC:	[INDICAR A POR MEIO DOS SEGMENTOS CULTURAIS OU OBJETIVOS A SEREM ATINGIDOS]			
Público alvo:	[IDENTIFICAR O PÚBLICO-ALVO DA PARCERIA]			
Estimativa de público:	[ESTIMAR O PÚBLICO ATINGIDO]			
Valor global da parceria:	[INDICAR O VALOR GLOBAL]			

III) MODALIDADE DE FINANCIAMENTO

Tipo de financiamento: [MARCAR X NA OPÇÃO]	Emenda Parlamentar à Lei Orçamentária [INDICAR O PARLAMENTAR AUTOR DA EMENDA, ASSIM COMO PROGRAMA DE TRABALHO, NATUREZA DE DESPESA E VALOR DE REPASSE]
	Justificativa de Dispensa ou Inexigibilidade, de acordo com Decreto MROSC nº 37.843, de 13 de dezembro de 2016: [EXPLICAR A SITUAÇÃO CONCRETA]

IV) RECURSOS COMPLEMENTARES

O projeto contará com outras fontes de recursos além dos recursos repassados nesta parceria? [MARCAR X NA OPÇÃO CORRESPONDENTE]	Outros mecanismos de fomento da SECEC (Ex.: FAC, LIC, etc)
	Cobrança de ingresso [EM CASO POSITIVO, INFORMAR O VALOR QUE SERÁ COBRADO]
	Outros mecanismos de fomento de outras secretarias (Ex.: Termo de fomento com outra secretaria)
	Patrocínio privado de empresas ou pessoas físicas (Ex.: uma empresa vai pagar parte do cachê, oferecer estrutura ou qualquer insumo mediante publicidade no projeto)
	Recursos próprios da OSC (Ex.: a OSC vai arcar com pagamento de cachês, contratação de insumos, com recursos próprios).
	Serviço voluntário (Ex.: artistas que se apresentarão sem pagamento de cachê).
O PROJETO NÃO CONTA COM NENHUM RECURSO COMPLEMENTAR	

Obs.: Em caso de utilização de recursos complementares na execução da parceria, a informação da sua utilização é obrigatória, sob pena de sanção à OSC que se omitir quanto a essa informação.

V) CONTRAPARTIDA

Existência ou ausência de contrapartida: [MARCAR X NA OPÇÃO]	Não existência de contrapartida
	Existência de contrapartida em bens ou serviços oferecida: [DESCREVER OS BENS OU SERVIÇOS E INDICAR A ESTIMATIVA DE VALOR MONETÁRIO A ELAS CORRESPONDENTE]

VI) ANEXOS (OBRIGATÓRIOS)

[PARA A SECRETARIA MARCAR X AO CONFERIR]	Ofício do Parlamentar [NECESSÁRIO NOS CASOS DE EMENDA]
	Plano de Trabalho de Termo de Fomento conforme Anexo VI da Portaria MROSC Cultura
	Cópia do estatuto registrado e suas alterações
	Comprovante de que o CNPJ da Organização tem mais de dois anos
	Comprovante do endereço de funcionamento da Organização
	Portfólio da OSC

VII) DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE

A Organização, por meios de seu representante, declara, sob as penas da Lei Penal, que: A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019/2014 (Lei MROSC).

A Organização não remunerará com recursos da parceria o cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de: I - administrador, dirigente ou associado com poder de direção da organização da sociedade civil celebrante da parceria ou, nos casos de atuação em rede, executante; II - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela execução da parceria no órgão ou entidade pública; ou III - agente público cuja posição no órgão ou entidade pública distrital seja hierarquicamente superior à chefia da unidade responsável pela execução da parceria.

A Organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das situações previstas no art. 8º do Decreto Distrital nº 32.751/2011 (Decreto de Vedação ao Nepotismo), A Organização não possui restrição no CEPIM ou no SIGGO.

Prezará pelo atendimento da política cultural de acessibilidade disposta no Decreto 43.811/2022, por meio da acessibilidade cultural (condição para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, materiais, atividades, mobiliários, equipamentos, eventos e serviços culturais, bem como a monumentos e locais de importância cultural nacional, por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida).

Possui existência superior a 2 (dois) anos e experiência prévia, capacidade técnica, instalações e condições materiais para desenvolver o objeto da parceria, inclusive quanto à salubridade e à segurança necessárias para realização do objeto.

Respeita a vedação ao trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Prezará pela utilização de práticas e critérios sustentáveis em todas as etapas do projeto especialmente quanto a gestão de resíduos sólidos em atenção Lei Distrital nº 5.610, de 16 de fevereiro de 2016, e de seu decreto regulamentar, Decreto nº 37.568, de 24 de agosto de 2016.

Somente realizará atos previstos no cronograma de execução (inclusive a pré-produção) após assinatura do instrumento.

Declaro que as informações aqui prestadas são verdadeiras, e que a falsidade das informações sujeitará o subscritor às penas da legislação pertinente.

Data: ___/___/___

Assinatura do dirigente da OSC: _____

ANEXO XXV

RELAÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO E DA EQUIPE ARTÍSTICA

Nome completo	Nome social ou artístico, se houver	Função na parceria	Profissional será remunerado com recursos da parceria? Se sim, informar o item correspondente da planilha orçamentária. Se não, informar como o profissional será remunerado	Profissional é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau de administrador, dirigente ou associado com poder de direção da OSC da parceria?	Profissional é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau de agente público com cargo em comissão ou função de confiança lotado na SECEC?

Declaro sob as penas da lei que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL DA OSC

ASSINATURA

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA COM VISTAS À APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA – PPCUB

No dia dezanove do mês de novembro do ano de dois mil e vinte dois, no Auditório da Polícia Civil do Distrito Federal, SPO 23 A, Complexo da Polícia Civil, Brasília – DF, foi iniciada a primeira Audiência Pública com vistas à apresentação da proposta de Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB, pelo Senhor Mateus Leandro de Oliveira, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, que neste ato substitui o Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, Senhor Ibaneis Rocha. Inicialmente, o Senhor Orlando Dias Pereira, Assessor Técnico de Órgãos Colegiados – ASCOL/SEDUH, deu início a Audiência Pública, cumprimentando a todos os presentes. Convidou para compor a mesa

o Senhor Mateus Leandro de Oliveira, Secretário de Estado da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, o Senhor Bartolomeu Rodrigues Silva, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa – SECEC, a Senhora Janaina Domingos Vieira, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território – SEGESP, o Senhor Ricardo Augusto de Noronha, Subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília – SCUB, a Senhora Ilka Teodoro, Administradora da Administração Regional do Plano Piloto, o Senhor Saulo Santos Diniz, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, os Relatores do Processo no âmbito do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – CONPLAN; o Senhor Ovídio Maia Filho, Representante da Federação de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal – Fecomércio-DF e o Senhor Dionyzyo Antonio Martins Klavdianos, Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal – Sinduscon-DF. Informou que o primeiro aviso de convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 198, de 20 de outubro de 2022, e em jornal de grande circulação no mesmo dia. O segundo aviso de convocação foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 208, de 07 de novembro de 2022. Todavia, houve a publicação de um terceiro aviso de convocação, em jornal de grande circulação, no dia 16 de novembro de 2022, bem como foi dada publicidade na página oficial da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), no mesmo dia, em conformidade ao que dispõe a Lei nº 5.081, de 11 de março de 2013. Anunciou que a Audiência Pública tratará sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Apresentação do vídeo de abertura; 1.2. Abertura dos trabalhos; 2. Apresentação Técnica; 3. Debates e respostas às perguntas realizadas; 4. Encerramento. Abordou que a Audiência Pública possui caráter consultivo e tem como objetivo debater e recolher contribuições. Discorreu que a ocasião estava sendo registrada por gravação de vídeo e áudio, sendo que o material produzido comporá a memória do processo, bem como será publicada na página eletrônica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) através do link “Audiência Pública” e a Ata será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) em até trinta dias a contar da realização dessa Audiência Pública. Apresentou as condições para manifestação oral do público presente, exigindo, para tanto, a prévia inscrição, no momento oportuno. Solicitou que as manifestações respeitassem a ordem de inscrições e explicou que as falas seriam organizadas pela Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados (ASCOL), bastando que o interlocutor levantasse a mão para efetuar sua inscrição. Instruiu a todos que se restringissem ao tema da Audiência Pública em suas manifestações e que o tempo de duração das falas seria o de cinco minutos, quando se tratasse de Representantes de entidades e o de dois minutos, em caso de manifestações individuais. Finalizou ressaltando que a Audiência Pública estava sendo transmitida através do canal “Conexão SEDUH”, no Youtube. Dito isso, seguiu ao Item 1. Apresentação do vídeo de abertura: Apresentado o vídeo de abertura, passou-se ao item 1.1. Abertura dos trabalhos: O Senhor Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), Mateus Leandro de Oliveira, deu início a reunião, cumprimentando a todos e desejando-lhes um bom dia. Manifestou alegria ao receber todos para realizar a apresentação da proposta que perdurou longos dez anos de desenvolvimento, onde no ano de 2013 a última minuta do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), esteve em debate na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e que nesta ocasião seria apresentada um novo texto a ser debatido juntamente com a sociedade. Cumprimentou nominalmente o Senhor Bartolomeu Rodrigues Silva, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC) que vinha acompanhando e zelando pelo processo e trabalho desenvolvido pelo atual governo, no que tange ao patrimônio cultural, ao Senhor Saulo Santos Diniz, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que juntamente com sua equipe se empenharam para que a reunião fosse realizada, reconhecendo e agradecendo por todo o trabalho desenvolvido pelo grupo, o que fez na pessoa do Senhor Thiago Pereira Perpétuo, Coordenador Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), presente na ocasião. Registrou os seus cumprimentos à Senhora Ilka Teodoro, Administradora Regional do Plano Piloto agradecendo a presença e reconhecendo todo o trabalho empenhado ao longo de quatro anos à frente da Administração Regional ouvindo as demandas da população e buscando soluções junto a todo o Governo. Manifestou os seus agradecimentos aos Conselheiros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) pelo empenho ao longo de seis meses na discussão e apreciação da minuta que seria apresentada na Audiência Pública, reconhecendo e registrando gratidão aos Senhores Ovídio Maia Filho, Representante da Federação de Bens, Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF) e ao Senhor Dionyzyo Antonio Martins Klavdianos, Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF). Saudou a Senhora Janaina Domingos Vieira, Secretária Executiva de Gestão e Planejamento do Território (SEGESP), reconhecendo e consignando o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido juntamente com o Senhor Ricardo Augusto de Noronha, Subsecretário do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB). Registrou as presenças do Senhor Luiz Carlos Brito Ferreira, Assessor Técnico, que na ocasião representou o Senhor Candido Teles, Secretário de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (SEAGRI-DF), do Senhor Leonardo Cesar Vieira, Representante da Ordem dos Advogados do Distrito Federal (OAB/DF) na Câmara Temática do CONPLAN, do Senhor Celestino Fracon Júnior, Representante da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (ADEMI-DF) na Câmara Temática do CONPLAN, do Senhor João Accioly, Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF) no Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), da Senhora Roberta Pereira, Representante da União dos Condomínios Horizontais e Associações de

Moradores do Distrito Federal (Única DF) e membro atuante do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN). Efetou destaque quanto as presenças: do Senhor Dênio Augusto de Oliveira Moura, Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e da Senhora Ivana Teresa Jinkings Campelo, Assessora Técnica da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), do Senhor Paulo César da Silva Rego, que na ocasião representou o Deputado Distrital, Senhor João Cardoso, do Senhor Paulo Roberto Correa Tavares, Presidente do Sindicato de Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF) e do Senhor Carlos Cezar Batista, Presidente da Associação de Moradores da Quadra 700 Sul (AMO 700 Sul). Saudou a todos os dirigentes de entidades, membros do meio acadêmico, do setor produtivo e da sociedade, bem como a todos e todas presentes naquela oportunidade. Discursou brevemente alegando ser um momento de celebração pela apresentação de uma proposta que levou mais de nove anos sendo formulada, tendo em vista que demandou o trabalho de duas gestões que se passaram para culminar na proposição que seria apresentada. Julgou importante anunciar que a minuta disponibilizada há trinta dias não se tratava de uma nova redação, mas o acúmulo de discussões do trabalho desenvolvido nos últimos oito anos, bem como de inúmeras reuniões, discussões, estudos e empenho vigoroso exercido pelas duas gestões anteriores no qual, apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo dos últimos quatro anos, como por exemplo o enfrentamento da pandemia e o ano eleitoral, resultou naquela oportunidade de apresentar uma proposta viável e tangível a todos. Reconheceu o trabalho desempenhado por todos os servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como de todas as Secretarias de Estado e de Governo, registrando, ainda, os nomes da Senhora Giselle Moll Mascarenhas, Arquiteta e Urbanista, que coordenou o projeto enquanto esteve servindo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e a Senhora Izabel Cunha Borges, ex-Subsecretária do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB/SEDUH), no qual iniciou esse projeto nos primeiros quatro anos enquanto gestora da pasta. Estendeu o reconhecimento a toda equipe da Subsecretária do Conjunto Urbanístico de Brasília, em especial a Senhora Scylla Watanabe, a Senhora Raquel Roland e a Senhora Lidia Adjuto Botelho, ambas servidoras da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) pelo trabalho incansável. Abordou a respeito das questões de ordem suscitadas e ainda sobre as orientações emitidas pela Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que solicitou o adiamento da Audiência Pública, em razão de dois pontos: (i) a disponibilização dos estudos técnicos que embasam a proposta em tempo hábil e (ii) a complexidade do assunto que demandava mais tempo de apreciação pela sociedade, citando, inclusive, a orientação para que novas audiências públicas fossem feitas. Todavia, analisando atentamente as orientações apresentadas, no dia de ontem foi realizada uma reunião, sendo todas as colocações ponderadas e das demais questões importantes, se concluindo, para tanto, pela manutenção da presente reunião. Os seguintes critérios benéficos foram elencados para a manutenção da reunião: a ampliação do debate para que os esclarecimentos fossem feitos e o recolhimento direito das sugestões apresentadas pela sociedade civil a partir da apresentação da proposta. Contudo, pontuou que caso a preocupação residisse no fato de a Audiência Pública fosse realizada com o intuito de atropelar, aqodar ou aprovar o projeto no corrente ano, destacou que não seria esse o propósito. Nesse sentido, anunciou que haveria outra Audiência Pública no ano que vem, a fim de promulgar o debate do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) para o início de 2023, com a disponibilização de todas as informações previamente à convocação da nova audiência. Reforçou acerca do compromisso do Governo do Distrito Federal (GDF) com a construção coletiva de uma proposta que estava à mesa não para ser imposta, mas proposta e discutida dentro de uma lógica de construção colaborativa de cidades e não de embates. Asseverou que o propósito seria o de realizar a oitava de todos para que juntos fosse conferida essa conquista a Brasília, tendo em vista que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) se trata, acima de tudo, daquilo que não poderá ser modificado. Ressaltou que no Distrito Federal (DF) não havia uma lei que consolidasse todo o entendimento firmado a respeito do tombamento da cidade, mas somente legislações esparsas sem critério único, construídas ao longo do tempo e em atendimento as demandas setoriais, o que sinalizava a urgência de se estabelecer um verdadeiro Plano de Preservação consolidando todas as normas para que as futuras gerações dissessem tudo aquilo que será preservado. Compreendeu que a proposta obedecia fielmente às linhas definidas pelas Portarias do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), as orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e aquelas diretrizes impostas pela Câmara Temática do CONPLAN, instituída e composta por diversas entidades representativas que se dedicaram ao estudo e atuam na área de preservação e desenvolvimento urbano, que ao longo de seis meses discutiu sobre o assunto, contudo, pontuou que isso não impedia que demais contribuições fossem ofertadas. Indicou que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) possuía três pilares importantes, dentre os quais: (i) tratar de um Plano de Preservação, (ii) disciplinar as normas de ocupação do solo, a partir dos usos permitidos e das legislações de parâmetros urbanísticos e, por último, (iii) o estabelecimento de planos, programas e projetos para o futuro, cujo Governo do Distrito Federal (GDF) denomina como “Plano de Desenvolvimento”, explicando, para tanto, se tratar de um norte para que o Governo, ao longo dos próximos anos, com o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) aprovado, se debruce em matérias que são importantes

para o futuro, contudo, asseverou sobre a dependência de realização de estudos, de novas audiências e de novas discussões e, em alguns casos, de um novo projeto de lei para alcançar esse objetivo central. Nesse sentido, ressaltou ser importante que todos tenham essa compreensão a respeito dos pilares do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), sendo compreensível que os projetos para o futuro não possuem aplicação imediata, mas a representação daquilo que o Governo não poderia deixar de enfrentar. Por derradeiro, desejou a todos uma boa reunião e reafirmou o compromisso de que essa, portanto, seria a primeira Audiência Pública em que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) seria discutido e que na sequência seriam disponibilizados os estudos técnicos, os levantamentos e todo o acúmulo de trabalho produzido ao longo de dez anos e atualizados na medida em que a proposta foi sendo construída nos últimos anos e que outra Audiência Pública seria convocada ao final de janeiro, a fim de que fosse realizada ao final de fevereiro ou início de março de 2023, para que após concluída essa etapa seja submetida ao Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), para que no primeiro semestre de 2023 fosse encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para votação. Destacou sobre a importância das contribuições feitas pela sociedade com o compromisso construtivo e colaborativo de uma sociedade que se interesse e está preocupada com a preservação de Brasília, patrimônio cultural e Capital do Brasil. Agradeceu a oportunidade e passou a palavra. O Senhor Saulo Santos Diniz, Superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), iniciou cumprimentando a todos e, em especial, aos membros da mesa e os representantes da Promotora de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística, do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) presentes na reunião. Discursou brevemente sobre o trabalho e a responsabilidade que envolvem a preservação de Brasília, destacando, contudo, que logo quando assumiu a superintendência do órgão se deparou com algumas situações interessantes, porque antigamente ouvia-se muito a expressão: “O IPHAN não deixa” e que hoje o posicionamento havia mudado. Alegou que quem foi autor do tombamento da cidade foi o Governo do Distrito Federal (GDF) e que a responsabilidade pela preservação da maior área tombada do mundo, com 120 Km² (cento e vinte quilômetros quadrados) era mútua, asseverando, todavia, que o posicionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) era a favor do desenvolvimento, mas de forma sustentável. Cumprimentou nominalmente o Senhor Thiago Pereira Perpétuo, Coordenador Técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Senhor Maurício Goulart, Arquiteto e Urbanista, que auxiliaram na análise de páginas e páginas de trabalho técnico. Frisou que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) não se tratava de um órgão de controle, porque possuía portarias e normativas próprias e que o trabalho desenvolvido no âmbito do Plano de Preservação se limitou a apenas contribuições de melhoria. Agradeceu a oportunidade de efetuar uma singela contribuição técnica a redação da proposta e expressou a seguinte frase: “tudo passa, mas o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília é uma obrigação de todos nós”, agradecendo e assim finalizando a sua fala. Na sequência, a Senhora Ilka Teodoro, Administradora Regional do Plano Piloto, iniciou a fala cumprimentando toda a população do Distrito Federal (DF) e, em particular aos moradores e residentes do Plano Piloto, bem como as lideranças e representantes, parabenizando a todos por demonstrarem interesse na matéria. Cumprimentou a todos os componentes da mesa pelo trabalho hercúleo feito durante toda a gestão no sentido de viabilizar o início da discussão do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), sendo um instrumento necessário para realizar a gestão do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB). Registrou seus cumprimentos a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), no qual acompanhou de perto sobre a dificuldade e o desgaste, e ao mesmo tempo, significante com a entrega da proposta que seria apresentada. Parabenizou especialmente ao Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, Senhor Ibaneis Rocha pela coragem de pautar a respeito do assunto e trazer a público uma minuta que, efetivamente, seria discutida por todos e levada à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para votação, a fim de que, finalmente, Brasília tivesse um Plano de Preservação aprovado para nortear não somente o trabalho de preservação, mas aquele empenhado pela gestão regional para os próximos anos. Cumprimentou os membros da Câmara Técnica do PPCUB presentes, alegando que participou de várias reuniões do Colegiado em que foi discutido artigo por artigo da proposta e ressaltou que o texto foi trabalhado com muito carinho e dedicação em atenção a todas as leis que foram elencadas na minuta, cada qual especificando sobre as questões sensíveis e dinâmicas acerca da cidade. Parabenizou a participação intensa de todos os setores pertencentes a sociedade civil, fazendo um destaque ao setor empresarial que esteve fortemente presente nas discussões da Câmara Técnica e das organizações que estiveram presentes ou se fizeram representadas nas reuniões, contribuindo, de forma necessária, para a construção do documento. Parabenizou pela presença da sociedade civil na construção de políticas públicas de desenvolvimento da cidade e agradeceu o trabalho exercido pelas lideranças comunitárias que representam as demandas dos moradores e residentes auxiliando a gestão na construção e desenvolvimento de melhores políticas. Salientou que foi acertada a decisão de expandir, em mais de uma reunião, a discussão envolvendo o Plano de Preservação e trouxe à baila algumas reflexões que deveriam ser ponderadas por todos, principalmente pela população, quanto a discussão que estava sendo colocada e sobre a importância de todo o processo. Explicou que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) se tratava de uma exigência legal prevista na legislação do Distrito Federal (DF) para fornecer limites e diretrizes não somente para a preservação, mas para a gestão da cidade. Pontuou que ante a inexistência desse dispositivo, a Administração Regional enfrentava muitos problemas, especificamente quanto as lacunas deixadas quanto as competências do Gestor Público,

assim, o Administrador Regional ficava limitado quanto as suas atribuições, porque não possuía uma legislação que o disciplinasse. Desse modo, se fazia necessário a promulgação de um dispositivo com o intuito de possibilitar o trabalho da gestão pública. Asseverou que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) deveria ser pensado como uma ferramenta versátil, ao passo que, além de ser um Plano de Preservação, também poderia ser utilizado como Plano Diretor, Lei de Uso de Solo e um Plano de Desenvolvimento. Outra questão mencionada foi sobre a forma, alegou que o dispositivo supramencionado se apresentava como uma Lei e pelo fato de se tratar de uma norma específica, necessitava de um rito a ser seguido para a sua aprovação. Desse modo, sendo aprovado o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) serviria para o direcionamento e regimento para toda a coletividade e por se tratar de uma norma especial, somente poderia ser elaborada pelo Poder Executivo, no qual possui competência de iniciativa, o que não limitava a participação popular, justamente para que a construção coletiva fosse efetuada. Em relação ao conteúdo, ponderou sobre a complexidade e amplitude da matéria, citando as dimensões antropológicas, sociológicas, culturais, jurídicas e ambientais, o que representava a razão de o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) ser composto por diversas entidades dos diversos setores da sociedade civil, a fim de que setores não fossem privilegiados ou esquecidos em detrimento de outros. Convocou a toda a população a participar do debate e desejou a todos uma excelente reunião. Logo em seguida, o Senhor Orlando Dias Pereira, Assessor Técnico de Órgãos Colegiados (ASCOL/SEDUH) registrou a presença do Conselheiro do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), Senhor Almiro Cardoso, Representante da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB/DF) no CONPLAN. Na sequência, o Senhor Bartolomeu Rodrigues Silva, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), iniciou a oportunidade cumprimentando a todo público em geral, aos representantes da sociedade civil e as autoridades presentes. Efetou breves colocações enaltecendo o posicionamento adotado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) pela reunião representar a primeira discussão com o propósito de colher informações, sugestões e críticas para a construção do documento a “muitas mãos”. Abordou que a reunião representava um momento histórico para Brasília, tendo em vista ser o maior perímetro tombado do mundo e a terceira cidade mais importante do País, representando, para tanto, um impacto forte. Pontuou a respeito dos problemas encontrados em Brasília desde a ocupação irregular à questões ambientais, destacando, que cidade precisava de socorro e ansiava por instrumentos que a socorresse, a exemplo do Plano de Preservação. Cumprimentou a iniciativa do Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, Senhor Ibaneis Rocha por trazer à baila o assunto que estava se arrastando por um longo período diante de tantas outras questões, em especial no que diz respeito ao patrimônio que a Subsecretaria do Patrimônio Cultural (Supac-DF) componente da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), manipulava e o trabalho hercúleo realizado para a recuperação de patrimônios preciosos de Brasília que foram abandonados. Por fim, manifestou orgulho por ser morador de Brasília, convidou a todos a efetuarem suas contribuições, agradeceu e passou a palavra. Suscitando questão de ordem, a Senhora Tânia Bartella, Arquiteta e Urbanista, solicitou que a recomendação emitida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a representação distribuída solicitando a suspensão da presente Audiência Pública fossem disponibilizadas para o conhecimento de todos. Destacou que a Lei Orgânica do Distrito Federal não permitia a multifuncionalidade do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), o que não autorizava a abordagem do Plano de Usos e Ocupação do Solo no dispositivo, sendo inconstitucional essa previsão no documento. Em seguida, o Senhor José Daldegan, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS), pela ordem, sugeriu converter a Audiência Pública em reunião pública. Em sede de esclarecimentos, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira explicou que a recomendação oferecida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) estava disponível no sítio eletrônico do órgão e solicitou a equipe técnica que disponibilizasse o link de acesso na página oficial da SEDUH. A respeito da representação, lamentou que a demanda tenha sido primeiro encaminhada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e não à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), tendo em vista que a última poderia ter encaminhado uma resposta aos pontos suscitados no requerimento em tempo hábil. Entretanto, a partir do conhecimento, alegou que todos os pontos constantes no documento seriam respondidos, bem como todas as questões suscitadas seriam catalogadas e comporiam o material do processo do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), bem como todas as informações recebidas ao longo de todo o processo. Sobre o caráter multifuncional do Plano de Preservação, no que tange a abordagem de que seria inconstitucional prever ou dispor sobre o Plano de Usos e Ocupação do Solo, afirmou que a alegação seria encaminhada à Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), com o intuito de formular um Parecer sobre o assunto. Julgou importante destacar que o Plano de Preservação passou pelo crivo de diversas entidades e órgãos, no qual não houve nenhum questionamento a respeito, compreendendo, para tanto, que não havia nenhuma inconstitucionalidade sobre o ponto mencionado. Todavia, reforçou que a questão de ordem seria apreciada pela assessoria jurídica competente. A respeito da denominação “Audiência Pública” ou “reunião pública” esclareceu entender a preocupação, contudo, a nomeação da reunião não era um problema, tendo em vista que outra Audiência Pública seria realizada posteriormente, mas seria salutar somente o debate a respeito do mérito exposto, finalizando, assim, os esclarecimentos quanto as questões de ordem suscitadas. Logo em seguida, o Senhor Orlando Dias Pereira,

Assessor Técnico de Órgãos Colegiados (ASCOL/SEDUH) registrou a presença do Senhor Benny Schvartsberg, professor da Universidade de Brasília (UnB). Nessa perspectiva, passou-se ao item 2. Apresentação Técnica: A Senhora Janaina Domingos Vieira, iniciou a apresentação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Preliminarmente, agradeceu a toda a equipe da Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB) pelo trabalho desenvolvido e expressou ser um momento histórico para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), tendo em vista todo o trabalho desenvolvido com amor e carinho ao longo de um ano e pela felicidade de observar que estava sendo concluído. Perquiriu a todos que refletissem em suas considerações sobre o destinatário final dessas ações, em especial a população. Expos brevemente sobre os pilares compreendidos pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), sendo estes: (i) o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), a partir das diretrizes para a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), tombado nas instâncias Distrital e Federal e considerado Patrimônio da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco); (ii) a legislação de uso e ocupação do solo do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), com a sistematização e atualização da legislação incidente sobre o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e (iii) o Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da área abrangida, composto pelos planos, programas e projetos para desenvolver, qualificar, modernizar e atingir a complementação desejável e sustentável do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB). Demonstrou a Minuta do Projeto de Lei Complementar (PLC) composta por 61 (sessenta e uma) páginas e 15 (quinze) anexos compostos por todas as diretrizes básicas para a construção da planilha que possui todo o detalhamento de cada situação. Em relação ao Plano de Preservação comentou sobre algumas diretrizes previstas no Projeto de Lei Complementar (PLC) sob comento, dentre elas a declaração da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em definir o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) da seguinte forma: "(...) constitui no principal artefato urbano produzido em consonância com os princípios urbanísticos e arquitetônicos do Movimento Moderno". Sendo diretrizes gerais do Plano de Preservação: preservar, manter e valorizar o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), a partir da manutenção das características essenciais, dos valores patrimoniais, dos atributos fundamentais, da configuração espacial e das escalas urbanas, dentre outras. Enumerou os valores patrimoniais do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), sendo estes: (i) a concepção das quatro escalas urbanas: a residencial, a monumental, a gregária e a bucólica e as suas características; (ii) os valores históricos resultantes: (a) do processo de implantação da capital no interior do país, representando a afirmação da sociedade brasileira e da sua identidade no cenário mundial; (b) da contribuição brasileira para a arquitetura e o urbanismo mundiais e (iii) o valor paisagístico resultante da inserção da cidade no território. Quanto aos atributos que conferem valor universal excepcional à Brasília, listou os seguintes: (i) cruzamento dos dois eixos e a hierarquia do sistema viário; (ii) a setorização da cidade com seus respectivos gabaritos e usos, o sistema de espaços livres e verdes; (iii) a Esplanada dos Ministérios e edifícios representativos que compõem o Eixo Monumental; (iv) as superquadras organizadas nas unidades de vizinhança e (v) a arquitetura de Oscar Niemeyer para os edifícios mais representativos. Destacou que a área de tombamento se aproximava de 120 km² (cento e vinte quilômetros quadrados) e que o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) estava protegido a nível Distrital pelo Decreto nº 10.829/1987, que possui como Anexo I o texto "Brasília Revisitada", de Lúcio Costa, escrito no ano de 1987 e a nível Federal pelas Portarias IPHAN nº 314/1992, nº 68/2012 e nº 421/2018, tendo a última detalhado e delimitado diretrizes nas quais a minuta do Plano de Preservação se baseou, a partir dos critérios de preservação das legislações, especialmente em relação à manutenção dos tributos urbanísticos, paisagísticos e arquitetônicos com a sua proposta de atualização e flexibilização dos parâmetros de uso e ocupação do solo definidos na Portaria IPHAN nº 166/2016. Informou que a gestão compartilhada do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) era feita pelo órgão gestor de planejamento territorial e urbano do Distrito Federal (SEDUH) e pelo órgão federal responsável pela preservação do patrimônio cultural (IPHAN), a partir de um Acordo de Cooperação Técnica que visou a preservação, promoção e a valorização do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) como patrimônio nacional e cultural da humanidade, mediante a implementação de ações conjuntas ou de apoio mútuo e de atividades complementares de interesse comum. Nesse acordo, foram definidas as competências dos órgãos federais na atuação de ações conjuntas e foi constituído um Grupo Técnico Executivo (GTE-CUB), responsável pela implementação do Plano de Trabalho objeto do acordo. Nesse aspecto, ressaltou que no âmbito Federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) coordenava a respeito da implementação do Comitê Gestor que elaboraria um plano de gestão para o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), alinhado ao Plano de Preservação. Em seguida, projetou a imagem dos anexos e dos Territórios de Preservação (TP), destacando, todavia, se tratar de áreas configuradas por Unidades de Preservação (UP), que estão inseridas nas planilhas que preveem usos, ocupações, planos e projetos para o futuro. No que diz respeito ao Anexo VII – Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (PURP) explicou que cada unidade possuía uma planilha e indicou didaticamente como realizar a leitura das informações referente ao valor patrimonial e os parâmetros de uso e ocupação do solo. Esclareceu que cada classe e subclasse de atividades para cada Unidade de Preservação (UP) seriam detalhadas via Decreto. Elencou acerca da existência de notas gerais e notas específicas, sendo a primeira contida por especificações para todas as Unidades de Preservação (UP) de que trata a Planilha de Parâmetros Urbanísticos e de Preservação (PURP) e a segunda como sendo notas que incidiam sobre lotes e áreas específicas. Indicou que a proposta elencou dispositivos que permitiam o parcelamento do solo e de tratamento do espaço urbano.

Abordou de forma sucinta o que eram os Parâmetros de Ocupação, de concessão de direito real de uso e concessão de uso (CROQUIS) previstos em planos, programas e projetos, como a constituição de alguns lotes, a exemplo do loteamento onde estava localizado a Catedral de Brasília. Enumerou alguns temas relevantes para o debate, sendo estes: (i) a concessão de uso com a recepção das legislações específicas sobre cada tipo de ocupação, a exemplo de puxadinhos, quiosques, trailers, dentre outros e a complementação em casos específicos; (ii) concessão de Direito Real de Uso com a recepção das respectivas legislações específicas ao tema, a exemplo da Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2088, para todo o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e a proposição de alterações e complementações pontuais, de acordo com a norma vigente específica para cada lote; (iii) a regularização dos blocos dos Ministérios localizados na Praça dos Três Poderes; (iv) os Postos de Abastecimento de Gasolina (PAG) a partir da flexibilização dos usos e atividades permitindo a venda de combustível, instalação de lojas de conveniência, borracharia, lubrificação, lava jato e lanchonete; (v) a inclusão da seção que trata da política de saneamento ambiental, a fim de ajustar a conexão das diretrizes com o Zoneamento Econômico-Ecológico do Distrito Federal (ZEE); (vi) a proposta de criação do Setor de Mansões Isoladas Norte (SMIN) a partir do desdobro e inclusão de atividades de comércio, prestação de serviços e industrial de pequeno porte; (vii) a manutenção do uso exclusivamente residencial nas quadras 700 Sul; (viii) a previsão de elaboração de estudos para a quadra 901 Norte disciplinado em planos, programas e projetos; (ix) a ampliação de usos de comércio e prestação de serviço na Vila Planalto; (x) previsões de habitação em alguns setores no Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), condicionando, entretanto, a elaboração de um Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) pelo órgão distrital gestor do planejamento urbano e territorial, a aprovação do órgão responsável pelo licenciamento ambiental e patrimônio cultural, bem como a aprovação pelo Conselho do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), em relação ao Setor de Múltiplas Atividades Sul (SMAS), nos trechos 3 e 4. Ademais, especificou que a minuta do Projeto de Lei Complementar (PLC) disporia sobre a revisão, a cada dez anos, do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), acerca da revisão, a cada cinco anos, dos planos, programas e projetos, a fim de ajustá-los à dinâmica de desenvolvimento de Brasília e a respeito da criação do Comitê de gestão compartilhada. Por fim, agradeceu a presença de todos, finalizou e franqueou a palavra. Em seguida, o Senhor Orlando Dias Pereira, Assessor Técnico de Órgãos Colegiados (ASCOL/SEDUH) registrou a presença do Deputado Distrital, Senhor Claudio Abrantes. Em seguida, passou-se ao Item 3. Debates e respostas às perguntas realizadas: inaugurando o momento, o Senhor Gabriel Mazarin Mendonça, Advogado, em primeiro lugar cumprimentou a todos os presentes e aos componentes da mesa. Parabenizou a todos os envolvidos pela confecção da minuta apresentada. Sugeriu que fosse considerado para o Setor de Indústrias Gráficas (SIG) uma regra específica para as empresas que possuem licença de atividades que foram emitidas antes da promulgação da Lei Complementar nº 965, de 19 de março de 2020, que define parâmetros de uso e ocupação do solo para a Região. Considerou que a mencionada legislação deixou de prever regras de transição e explicou que as empresas que desempenham suas atividades pelo período superior ao de 20 (vinte anos), ainda que possuam licença de atividades emitida antes da entrada em vigor da supramencionada legislação, caso advenha o período do encerramento de suas respectivas licenças antes da aprovação do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), ingressariam em um limbo jurídico, tendo em vista que a legislação em vigor não atenderia às necessidades dessas sociedades empresárias. Propôs que fosse incorporado ao artigo 152 um inciso para possibilitar a essas empresas consolidadas e localizadas no setor continuassem a exercer os usos e atividades estabelecidas nas licenças de atividades emitidas antes da Lei Complementar nº 965, de 19 de março de 2020, ante a omissão. Finalizou e passou a palavra. O Senhor Jardel José Lopes, Representante da Associação dos Produtores da Vila Planalto (Aspv), cumprimentou a todos e sugeriu a alteração da proposta de redação do artigo 84, no inciso II, alínea "c". Agradeceu a iniciativa de discussão do setor de chácaras da Vila Planalto e justificou alegando que a alteração visava a efetiva aplicação do que estava previsto no artigo subsequente. A respeito do grupo de trabalho previsto artigo 85, sugeriu uma quantidade mínima de componentes, agradeceu e assim finalizou a fala. A Senhora Edna Mota Fernandes, moradora e Presidente da Associação de Moradores da Candangolândia, iniciou abordando sobre a história de criação da Candangolândia, parabenizou a iniciativa de inserção do local no Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) e discursou sobre as dificuldades de residir em locais irregulares. Dessa forma, finalizou a fala e transmitiu a palavra. O Senhor Luiz Carlos de Oliveira, proprietário do Hospital Veterinário São Francisco (CVSF), cumprimentou a todos e parabenizou aos envolvidos na construção da proposta. Enalteceu o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e manifestou pela manutenção, ampliação e otimização das atividades no Setor Hípico Sul (SHIP), na qual foi encaminhada formalmente à Secretaria. Realizando uma breve intervenção no momento de fala, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira cumprimentou o Deputado Distrital presente na ocasião, Senhor João Cardoso reconhecendo o trabalho desenvolvido na aprovação de projetos de lei envolvendo matérias urbanísticas importantes para Brasília e registrou a presença do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), Senhor Eduardo Aroeira, Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal (Ademi-DF). Finalizada a intervenção, prosseguiu-se ao debate e inscrições para fala. O Senhor Renato Lima, Representante da Associação dos Empreendimentos de Pequeno Porte, cumprimentou a todos e realizou uma breve apresentação sobre os chamados "hotéis baixinhos". Defendeu a demanda sobre a ampliação da altura desses empreendimentos e afirmou que a proposta apresentada demonstrava

ser um retrocesso em comparação as sugestões anteriormente apontadas para integrarem ao Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Alegou que novamente distribuiria o robusto arcabouço documental para a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) atestando a viabilidade técnica e construtiva para a ampliação da altura desses edifícios componentes da atividade do setor hoteleiro, finalizou e franqueou a palavra. Em sede de esclarecimentos, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira indicou ser cediça a demanda apresentada pelo setor hoteleiro, contudo, afirmou que todos os documentos apresentados não foram suficientes para essa transformação, até o presente momento. Abordou que outras dinâmicas deveriam ser analisadas tanto do próprio setor como da hotelaria dentro de uma visão econômica devido a atual vacância, mas que havia uma visão dinamizadora frente a lógica da ideia original, onde existiam hotéis altos e baixos, por isso, afirmou que estariam sendo desenvolvidos estudos em momento posterior sobre a demanda. No entanto, com a presença do representante da Associação dos Empreendimentos de Pequeno Porte, se comprometeu a analisar a questão. Julgou ser natural a busca por mudanças, mas de forma cautelosa e ressaltou que persistia a preocupação com a vitalidade do setor hoteleiro tanto Sul quanto o Norte. Fez constar que a proposta inovava no sentido de permitir usos comerciais no térreo, a exemplo de bares e restaurantes, o que traria uma revitalização para o setor. Prosseguindo ao debate, a Senhora Kelly Souza Cesário, Tenente Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) iniciou cumprimentando a todos e enalteceu o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) no atendimento as demandas da corporação. Pleiteou a manutenção do espaço cedido para o estabelecimento do Batalhão da Polícia Militar onde encontra-se localizada próximo à Esplanada dos Ministérios e ao lado da Vila Planalto e questionou se o lote poderia ser vazado para as duas vias. Agradeceu e finalizou a fala. Em sede de esclarecimentos, a Senhora Janaina Domingos Vieira afirmou positivamente justificando que o lote seria vazado para as duas vias. Retomando a ordem de inscrições para a fala, o Senhor Honório Crispim, morador da Quadra 715 Norte, realizou uma breve fala a respeito da construção de uma Brasília moderna e legal, a partir do atendimento às demandas da população na elaboração de leis, finalizou e franqueou a palavra. O Senhor Carlos Cezar Batista, Representante da Associação dos Moradores da Quadra 700 Sul (AME 700), realizou uma breve apresentação abordando uma síntese histórica da Associação que foi criada a partir do processo de revitalização da Via W3 Sul, defendendo, para tanto, que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) deveria primar pelo respeito às legislações vigentes que normatizam o tombamento de Brasília. Sobre o Projeto de Lei Complementar (PLC) sugeriu a inserção no artigo 74, Seção VII, um dispositivo com o intuito de tipificar o Setor de Habitações Geminadas Sul (SHIGS), tendo em vista a confusão com o Setor localizado na Asa Norte e o incremento de um segundo parágrafo no mesmo artigo para garantir a importância histórica da concepção das Unidades de Preservação com as suas respectivas distinções e peculiaridades. Não obstante a isso, sugeriu a exclusão da menção do Setor SHIGS do artigo 153 da minuta do Projeto de Lei Complementar (PLC) do PPCUB, justificando se tratar de um erro material, em atenção a inexistência de previsão legal que autorize o funcionamento de atividade econômica no setor. Ademais, propôs a exclusão da previsão de realização de estudos para ampliação dos usos para os lotes voltados para a via W3 Sul, realizou a entrega formal das propostas, finalizando e transmitindo a palavra. Em sede de manifestação, o Senhor Bartolomeu Rodrigues Silva, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa (SECEC), convidou a Associação dos Moradores da Quadra 700 Sul (AME 700) para uma reunião para tratar sobre o corredor cultural da via W3 Sul. Prosseguindo na sequência de falas, a Senhora Tânia Battella, Arquiteta e Urbanista, realizou duas proposições. A primeira foi pela inclusão no Projeto de Lei Complementar (PLC) o conteúdo do inciso XI, do artigo 3º, da Lei Orgânica do Distrito Federal e a última foi sobre a elaboração de um quadro comparativo dos usos e normas em vigor atualmente daquelas que estavam sendo propostas. Justificou que os anexos estavam de difícil compreensão e observou que antes do tombamento de Brasília, a cidade foi tombada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), assim finalizando e passando a palavra. A Senhora Michele Lemos de Sá, Presidente da Associação dos Empresários do Sudoeste (AMPES), iniciou abordando sobre o histórico de criação do comércio no Sudoeste e enalteceu o trabalho desenvolvido pela equipe técnica da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). O Senhor Willian Roberto dos Santos, Representante da Federação dos Inquilinos do Distrito Federal (FID-DF), pleiteou que os espaços ociosos ao longo do Distrito Federal e pertencentes ao Estado fossem disponibilizados para o atendimento a demanda por habitação e interesse social, a fim de congregar as classes sociais, que atualmente eram segregadas pelo mercado imobiliário. Nesse diapasão, afirmou que encaminhar a proposta formal a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), com o propósito de inseri-la na minuta, agradeceu e transmitiu a fala. O Senhor Adriano Antonio Oliveira Amoras, Representante dos Moradores em Situação de Rua do Setor Comercial Sul, efetuou uma breve leitura do documento que seria protocolado como sugestão a minuta, alegando, em síntese, que o objetivo de sua fala seria o de trazer à baila determinados conhecimentos a todos aqueles que estavam envolvidos no Projeto de Lei Complementar (PLC), em especial em relação a extensão dos usos e atividades para o Setor Comercial Sul (SCS), quanto a questão da sustentação do CNAE nº 87/30, que trata dos albergues assistenciais. Finalizando a leitura do documento, passou a palavra. Realizando uma breve intervenção, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira em observância as falas anteriores com relação a habitação, afirmou que o tema era objeto de apreço pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e que a demanda

havia sido debatida no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) com o propósito de propiciar a implementação de moradia, contudo, o órgão compreendeu que estudos deveriam ser feitos para se chegar a essa conclusão. Destarte, informou que se tratava de uma discussão muito importante, demandando, assim, um debate mais amplo, mas que o tema era compreendido e salutar. Prosseguindo a ordem de inscrições, o Senhor David Raposo, morador da Asa Sul, observou que a proposta apresentada se remetia a muitos estudos futuros e sugeriu que fosse estabelecido prazos e maiores detalhamentos para a realização desses estudos. Recomendou que o texto fosse revisado, a fim de deixá-lo mais claro, tendo em vista haver contradições presentes na redação e que um leigo ficaria muito confuso na leitura, especialmente quanto ao capítulo referente ao uso do solo e por fim, aduziu que muitos setores estavam advogando em prol de seus setores e que todos deveriam refletir o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) como um todo de forma participativa e democrática, finalizando, assim, a oportunidade concedida. O Senhor Paulo Tavares, Representante do Sindicato dos Combustíveis do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), iniciou a fala lembrando sua trajetória enquanto morador e Prefeito Comunitário da Quadra 213 Norte. A respeito da apresentação, pontuou que os postos de combustíveis possuíam dois modelos que são o “PLL” e o “PAG”, sendo que na planilha disponibilizada constava apenas o “PAG”, o qual será objeto de encaminhamento de sugestões pelo Sindicato. Destacou sobre a necessidade de se estabelecer um consenso quanto a proposta, agradeceu ao Governo do Distrito Federal (GDF) por trazer a pauta o mais breve possível para sanear os problemas de irregularidade. Na sequência, o Senhor José Daldegan, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS), iniciou a fala ressaltando que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), solicitou ao Governo do Distrito Federal (GDF) um Plano de Preservação e não uma nova lei. Salientou que o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) se tratava de uma oportunidade de recomeço e início de uma organização de todas essas normativas existentes, para que se alcance uma clareza e respeito às leis da Cidade, de acordo com suas dinâmicas. Ressaltou que no caso de Brasília, seria necessário muito cuidado na manipulação e organização dessas legislações, em razão de os conflitos trazerem forças no sentido de contrariar o tombamento da Cidade sob o fundamento de que isso engessa a cidade. Alegou estar acompanhando o andamento do processo desde o ano de 2010 e todas as tentativas de avanços resultaram em erro, tanto que nenhum Governo havia conseguido aprovar o PPCUB. Nesse sentido, sugeriu que urbanistas e especialistas em tombamento fossem consultados, a fim de que erros não sejam cometidos, a exemplo da Senhora Vera Ramos e Senhora Tânia Battella, que possuem bagagem quanto ao assunto e que poderiam contribuir para a concepção do Projeto de Lei Complementar (PLC) proposto. Antes de prosseguir ao próximo inscrito, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira parabenizou a todos que acompanhavam a Audiência Pública tanto presencialmente quanto virtualmente e a todos que realizaram o uso da palavra e pela qualidade das contribuições oferecidas. Em relação a fala anterior, esclareceu que não havia pressa para a aprovação do Plano de Preservação, tendo em vista que outra Audiência Pública seria realizada para o aprofundamento do debate. Além disso, julgou importante abordar a respeito da continuidade da equipe a partir da sinalização realizada pelo Excelentíssimo Governador do Distrito Federal, Senhor Ibaneis Rocha quanto a sua permanência na condição de Secretário de Estado por mais quatro anos. Salientou que gostaria de ter alcançado a esse momento de discussão antes, todavia, em razão de problemas de força maior não havia sido possível. Entretanto, ter essa discussão ao final do ano, ao seu ver, foi coincidência e não pressa. A respeito da sugestão de incorporar as senhoras Vera Ramos e Tânia Battella, afirmou que ambas estavam convidadas, tendo em vista que a convocação era pública e que ninguém estava restrito ao debate. Logo em seguida, prosseguiu-se a ordem de inscritos. A Senhora Patrícia Carvalho dos Santos, Representante do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS), iniciou cumprimentando a todos e destacando que o título de patrimônio cultural de Brasília, conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), carecia de autêntico reconhecimento das autoridades responsáveis por sua progressão, tanto do ponto de vista local, como o que ocorreu em Belo Horizonte, quanto Federal. Asseverou que incumbia aos órgãos responsáveis pela preservação, a execução das legislações referentes ao tombamento da cidade e não a sua interpretação subjetiva provocada por fatos alheios que possam interferir. Nesse sentido, avaliou que a proposta apresentada estava eivada de inconsistências alejadas dessas normas e que não contemplava o princípio básico de uma linguagem acessível à população, por esses motivos, apontou pela inconformidade da presente Audiência Pública por não constar nenhum estudo que demonstrasse a preservação da visibilidade do horizonte, pela inexistência de um quadro comparativo de usos e normas urbanísticas e por não serem desenvolvidos os conceitos chave da preservação e memória e história, valores culturais e nacionais, concepção estética e autoral pelo evidente viés imobiliário da proposta apresentada. Acentuou a fala afirmando que a nova minuta deveria contar com a participação de um urbanista identificado com o bom andamento da cidade e que, evidentemente, alguns ajustes seriam necessários para que a proposta se adequasse a legislação local sem deixar de considerar as normas nacionais e internacionais pertinentes. Além disso, afirmou que o fortalecimento da fiscalização como sendo um fator fundamental para a preservação da área tombada se fazia necessário e propôs a criação do Instituto de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (IPCUB), composto por uma gestão participativa, a fim de retirar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) a função de guardião do patrimônio tombado, em observância ao conflito de interesse existente, tendo em vista que esta possui o foco no desenvolvimento. Por todo exposto, asseverou que o Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS) manifestava a sua discordância em relação a minuta apresentada e considerava passível de

nulidade a presente Audiência Pública, assim finalizou a fala e entregou o documento lido ao Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira, que o recebeu. Em seguida, o Senhor Everaldo Cavazzo, morador da Vila Planalto, inicialmente cumprimentou a todos, os membros da mesa, na pessoa do Senhor Mateus Leandro de Oliveira e ao Deputado Distrital, Senhor Claudio Abrantes que esteve presente no evento, no qual ressaltou ser um grande parceiro da Vila Planalto, especificamente nas questões envolvendo tombamento. Deixou claro e evidente que nesses quatro anos de gestão do Senhor Mateus Leandro de Oliveira o assentamento evoluiu e a comunidade agradece por isso. Reivindicou a pauta referente às normas de gabarito e do desdobro na Vila Planalto, justificando que a proposta era o instrumento para que esses assuntos fossem inseridos. Outra questão pontuada foi sobre o conjunto fazendinha, pontuou acerca da necessidade de restaurar a memória operária a partir da restauração desse local, finalizando, dessa forma, a oportunidade concedida. A Senhora Maria Gabriela Tomáz da Costa, Representante da rede de franquias de lojas de conveniências em postos de gasolina, iniciou alegando que houve uma divergência textual entre o Anexo VII e a minuta proposta, especificamente quanto ao item TP2, subitem UPI, onde a previsão contida no artigo 59, inciso V, previa a instalação de negócios complementares aos postos de combustíveis com a previsão de estudos e pesquisas de viabilidade, quando, na verdade, o Anexo VII pontuava sobre o mesmo texto, sendo necessário, somente, corrigir o erro material. Agradeceu e transmitiu a palavra. O Senhor Eduardo Megarine, Representante da Arena Futebol Clube, iniciou abordando brevemente sobre a sua trajetória de vida e como morador de Brasília. Apontou sobre a necessidade de que a legislação acompanhasse a atividade econômica, a fim de acompanhar a modernidade das atividades que são realizadas. Em nome dos empreendedores e do próprio Setor de Clubes Sul, solicitou que isso fosse levado em consideração até a realização da próxima Audiência Pública. Agradeceu, desejou a todos uma boa tarde e passou a palavra. O Senhor Frederico Flósculo, Professor e Urbanista da Universidade de Brasília (UnB), iniciou a fala tecendo uma série de colocações. Asseverou que o Governo deveria assumir o risco de inserir dentro das legislações a participação comunitária, especialmente a gestão urbana e a participação nas comunidades locais. Observou que a proposta apresentada mais uma vez incorria na tecnocracia, que negocia, em separado, vantagens para setores que privilegiadamente possuem acesso ao Governo. Ponderou que misturar assuntos envolvendo competência da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) com o Plano de Preservação se tratava de um grande equívoco e que toda a proposta merecia ser anulada por inteiro. Nessa perspectiva, iniciou-se uma discussão paralela à Audiência Pública insinuando graves acusações alheias ao assunto tratado. O Senhor Mateus Leandro de Oliveira sanou a discussão e passou a palavra ao próximo inscrito. O Senhor Antônio Carlos Osório Filho, Representante da Associação dos Proprietários do Setor de Mansões Isoladas, preliminarmente abordou sobre a sua trajetória de vida e discursou sobre a participação popular nas audiências públicas. Abordou que na primeira versão do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) houve a sugestão de uma equiparação do potencial construtivo do Setor Bancário Norte ao Setor Bancário Sul, tendo em vista que no último não existiam três terrenos previstos no seu subsolo como existe no primeiro, sendo proposto, para fins de equiparação, que no terreno ao lado do Setor Bancário Sul fosse construído edifícios. Naturalmente, pontuou que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Confederação Nacional do Comércio (CNC) eram as proprietárias desse terreno, o que, naturalmente, seriam beneficiados pela construção e que eventual benefício econômico seriam colhidos por estes, que cumprem uma finalidade pública. Nesse aspecto, apontou que a atual proposta eliminava essa previsão sem nenhuma explicação técnica e que foi estabelecido um proveito irrisório, apenas para que esses lotes tenham acesso pelo terreno. Em relação ao Setor de Mansões Isoladas, observou que a perda era maior, razão pela qual solicitou que fosse previsto usos mais diversificados para área. Por todo o exposto, solicitou com relação ao Setor Bancário Norte que se reestabelecesse a proposta original contida na primeira versão do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Finalizou e transmitiu a palavra. O Senhor Léio Rezende, Representante da Associação dos Inquilinos de Ceilândia, do DF e Região Metropolitana (Assinc DF/RM) iniciou recomendando que fossem realizadas duas audiências públicas com o propósito de esgotar o conjunto de interesses e discursou sobre a necessidade de elaborar um planejamento sem excluir as pessoas. Sinalizou sobre a possibilidade de ocupação dos prédios ociosos localizados no Setor Comercial Sul (SCS) a fim de instituir habitações de interesse social, ante a utilização dos edifícios para a venda de drogas por usuários, o que tornava o local muito perigoso de se trafegar a noite. Por fim, discorreu defendendo que um processo de preservação deveria ser feito com o olhar da inclusão social principalmente. Finalizou e passou a palavra. O Senhor Vantuil Santana, morador da Vila Planalto (DF), iniciou demonstrando felicidade pela continuidade do cargo do Senhor Mateus Leandro de Oliveira a frente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Introduziu o seu discurso abordando sobre a descaracterização da Vila Planalto, onde existiam casas com três ou quatro pavimentos construídos e culpou o Poder Público de ter se omitido em relação a orientar a população a respeito da altura de suas unidades familiares. Nesse sentido, solicitou a alteração da metragem de altura para doze metros com o propósito de controlar as obras de adequação das moradias. Chamou atenção para o fato de que à época do Governo do ex-Governador do Distrito Federal, Senhor Cristovam Buarque foram destinados determinado número de lotes, em área verde para a Vila Planalto a fim de que as pessoas construíssem suas residências, contudo, apontou que as famílias possuíam dificuldade de regularizar as edificações, em razão de as glebas não serem registradas em cartório. Alegou que aqueles que receberam o lote não tinham culpa e não deveriam ser responsabilizados pelo ato discricionário efetuado pelo governo e, assim, solicitou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e

Habitação do Distrito Federal (SEDUH) resolvesse esse problema. Demonstrou apoio a solicitação realizada pelo Batalhão de Polícia Militar do Distrito Federal (PCDF) e abordou, brevemente, sobre a situação das famílias que estavam residindo dentro da poligonal de tutela da Vila Planalto que não conseguiam escriturar suas residências. Por derradeiro, pontuou sobre a necessidade de o Poder Público criar meios de regularizar e incentivar a atividade gastronômica que ocorre atualmente na Vila Planalto, que vinha sendo conhecida como “Polo Gastronômico de Brasília” e solicitou a atenção do Poder Executivo quanto a isso. Agradeceu e parabenizou o trabalho desenvolvido pelo Senhor Mateus Leandro de Oliveira a frente da Secretaria. Finalizou e passou a palavra. A Senhora Efigênia Fernandes, moradora da Vila Planalto (DF), iniciou abordando sobre o histórico de sua família, justificando, assim, sobre a necessidade de se repensar acerca da taxa de ocupação do local onde reside. Além disso, chamou atenção para o cenário de cultura, em especial a área correspondente à fazendinha, a qual foi tombada e precisava de restauração incentivada pelo Poder Público. Agradeceu a todos, finalizou a fala e transmitiu a palavra. Em contrapartida, o Senhor Bartolomeu Rodrigues da Silva, Secretário de Estado de Cultura e Economia Criativa do Distrito Federal (SECE) afirmou que o conjunto fazendinha seria construído e que retornaria para a população com todo o seu valor histórico para a história de Brasília. Finalizou a fala e franqueou a palavra. Prosseguindo com a ordem de inscritos, o Senhor Rodrigo Fonseca, justificou que a atividade de armazenagem de papeis no Setor de Indústrias Gráficas (SIG) havia sido excluída pela proibição de armazenagem do produto naquela localidade, desse modo, solicitou a revisão dos usos para abarcar a atividade de armazenagem de papeis naquele setor. Outra questão pontuada foi sobre os lotes das quadras 400, das entre quadras localizadas na Asa Sul, que possuía um caso análogo aquele presente na quadra 510, nas entre quadras localizadas na Asa Norte. Por fim, discursou sobre a necessidade de que as pessoas que defendem o seu local, quer seja comerciante ou morador, que respeitem a Cidade enquanto tombamento, em especial as pessoas que ocupavam a quadra 700 da Asa Sul. Finalizou a fala e passou a palavra. A Senhora Sâmia Walesca Pereira Carvalho, Advogada, iniciou a fala se apresentando e cumprimentou a todos. No que tange ao artigo 84, item b, da proposta apresentada, no que dispõe a respeito da preservação da linguagem arquitetônica das edificações com predominância ao uso residencial, julgou que o dispositivo estava “meio vago”, tendo em vista que a situação fundiária, em especial da Vila Planalto (DF) não conseguiam regularizar suas residências. Discursou alegando que de nada adiantava se falar a respeito do aumento de gabarito se o problema raiz não fosse resolvido e sobre o impedimento gerado pelas normas de edificações do Distrito Federal MDE nº 9090 e NGB nº 164/90, sendo a última exigindo características antigas para o conjunto urbanístico. Acreditou que o maior desafio para o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) seria o de regularizar algumas áreas do Distrito Federal (DF). Chamou atenção para a questão ocorrida na Vila Planalto (DF) e encerrou, assim, a fala transmitindo a palavra. Em sede de considerações, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira elencou a respeito da necessidade de realizar uma reunião específica para debater a respeito das questões envolvendo a Vila Planalto (DF) e que, na ocasião, seria apresentado o plano de restauro do conjunto fazendinha. Observou que os pontos suscitados, de alguma forma, foram mencionados na proposta apresentada e nesse quesito se responsabilizou a realizar uma reunião na Vila Planalto para que fosse explicado, de forma mais detalhada, as diretrizes gerais, princípios e os pontos elencados nas planilhas. Finalizou e passou a palavra. Prosseguindo, a Senhora Rita Andrade, Conselheira do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) iniciou a fala chamando a atenção para o formato de apresentação de uma minuta tão importante para a cidade e nesse sentido, sugeriu que o próximo formato fosse o de seminário com o propósito de tratar os assuntos de forma mais setORIZADA em relação aos territórios e interesses. Ademais, ressaltou sobre a importância da Lei Complementar nº 933, de 14 de novembro de 2017, que autoriza a criação da Fundação das Artes do Distrito Federal e da Fundação de Patrimônio Cultural do Distrito Federal, ambas de suma importância para a cidade, em razão do caráter cultural, a qual padece de regulamentação e solicitou que houvesse o diálogo dessa normativa no âmbito do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB). Recomendou que, caso fosse adotado outro formato de debate, que fosse elencado a discussão, a proposta da Organização das Nações Unidas (ONU) para a agenda de 2030, a qual traz novas diretrizes e políticas ligadas a sustentabilidade. Agradeceu, finalizou e franqueou a palavra. A Senhora Lúcia Helena Moura, Representante do Colegiado de Entidades de Arquitetura e Urbanismo (CEAU), criticou o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) por não prever expressamente como elaborar planos, programas e projetos para o embasamento tanto do Poder Público quanto dos Particulares e assim, sugeriu que fosse incorporado a proposta um capítulo sobre um plano setorial que não se submeteria às regras de uso do solo. Justificou que esse dispositivo seria um pacto gestor, tendo em vista a preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), contudo, ressaltou sobre a necessidade de determinações legais em todos os níveis. Além disso, sugeriu a criação de uma gestão complementar com a criação do Conselho Gestor do Conjunto Urbanístico de Brasília, o qual foi exigência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Nesse sentido, elencou as principais recomendações a proposta, como sendo: estabelecer hierarquias e modos de manutenção das áreas verdes, garantir a infraestrutura do sistema de mobilidade e acessibilidade universal e fomentar o equilíbrio funcional para a plenitude das atividades urbanas. Finalizou e passou a palavra. O Senhor Benny Schvasberg, Representante da Associação Rodas da Paz, iniciou sugerindo que a próxima reunião poderia ser realizada no Museu da República pela maior centralidade e ainda que o enfrentamento da proposta se desse capítulo por capítulo. Recomendou que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) trouxesse a discussão uma suscita avaliação prévia da proposta apresentada para a próxima audiência, sobretudo

em relação aos pontos de maior sensibilidade, a exemplo da revitalização da Via W3 Sul e reforçou uma sugestão anterior a respeito da elaboração de um quadro comparativo das principais alterações de uso e destinação de atividades, bem como outros critérios adotados que foram passíveis de alteração. Registrou a sugestão da imprescindível articulação do PPCUB com o Plano de Ordenamento Territorial (PDOT) e o Plano Diretor de Transporte Urbano e Mobilidade (PDTU). Ademais, elencou outras sugestões, a exemplo da incorporação das operações urbanas, das transferências de direito de construir, parcelamento e edificações compulsórias. Finalizou alegando que todas as contribuições feitas pela Entidade à proposta foram focadas na mobilidade urbana e sustentável, em especial a mobilidade ativa de pedestres e ciclistas e passou a palavra. Na sequência, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira comentou a respeito da impossibilidade de utilização do Museu da República para a realização da próxima Audiência Pública pela ausência de estrutura de internet para a transmissão via youtube da reunião, mas pontuou que estava procurando um local central da cidade para a realização do evento. Agradeceu os apontamentos ofertados, finalizou e passou a palavra. Prosseguindo na ordem de inscrições, o Senhor Chico Santana, Representante da AMAC Park Way, iniciou abordando sua história como morador de Brasília e chamou a atenção para alguns pontos. Pontuou a respeito da poligonal eleita pela atual gestão da Secretaria em comparação a poligonal eleita pelas gestões anteriores que englobava a área do terreno atrás da Rodoferroviária, onde o Exército Brasileiro possui a propriedade, pontuou que a proposta da gestão anterior se tornava a melhor, tendo em vista que retirar essa mancha de terra da poligonal a ser preservada significaria abrir as portas para a construção de um paredão de prédios ao final do Eixo Monumental. Outra questão suscitada foi sobre a flexibilização da existência de cabeamento aéreo em diversas áreas do Plano Piloto, exceto na Via W3 Sul e quadras residenciais, a proposta apresentada permitia que outras áreas poderiam ter cabeamento aéreo, que ao seu ver, significava um convite para a instalação de corredores de filiação ao longo da Via W5, pela Via W4, atravessando a Via L2 até alcançar o Eixo Monumental, resultando, assim, em um contrassenso. Preocupou-se ainda, com a fórmula a ser utilizada na Quadra 900 da Asa Norte, tendo em vista que deixar em aberto a definição de uso para um concurso, sem parâmetros definidos, seria "deixar a porta aberta". Por fim, questionou qual era a visão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) com relação as mudanças fundiárias nos terrenos localizados atrás do Cine Brasília, na 106 Sul, antes destinadas a instalação de Clubes de Vizinhança. Finalizou a fala e transmitiu a palavra. Em sede de esclarecimentos, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira esclareceu que a poligonal foi definida na proposta apresentada a partir da Portaria IPHAN nº 166/2016, cujo entendimento da equipe e do próprio órgão fiscalizador seria pela impossibilidade de se existir dois instrumentos com poligonais diferentes, em razão da dificuldade de manejo dessas diferenças. Explicou que a Portaria supramencionada estabeleceu uma poligonal que foi incorporada no documento exposto e, caso a preocupação fosse com o pátio ferroviário, indicou que o local estava sendo regulamentado por meio da Portaria IPHAN nº 68/2012, a qual estabelece regras rígidas para o entorno da poligonal de tombamento. Nesse caso, explicitou que nenhum empreendimento poderá ser estabelecido no pátio ferroviário sem a observância dos critérios elencados na Portaria mencionada. A respeito do projeto na propriedade do Exército Brasileiro, noticiou que houve a celebração de um convênio entre a força militar com o Governo do Distrito Federal (GDF) para a construção e contribuição a partir de estudos, mas que isso ainda demoraria para ocorrer, tendo em vista que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ainda não havia se posicionado conclusivamente a respeito, porque os projetos e estudos não havia sido feito. Assim, tranquilizou a todos que não haveria prejuízo para o pátio ferroviário a definição da poligonal. Sobre o cabeamento aéreo, acreditou que houve algum equívoco com relação a minuta ou a informação que havia chegado ao interlocutor da fala anterior, porque não houve permissão de cabeamento. Entretanto, ressaltou que talvez fosse uma questão a detalhar de forma pormenorizada, tendo em vista que a Portaria IPHAN nº 166/2016 veda a instalação de cabeamentos aéreos, contudo, afirmou que verificaria a questão. Acerca das preocupações envolvendo a Quadra 901 da Asa Norte, pontuou que a área seria sujeita a um futuro projeto de parcelamento do solo para a criação de lotes, sendo os estudos ainda padecerem de apreciação pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), todavia, mencionou que foi definido um teto de construção limitado a oito pavimentos. Solicitou ao interlocutor anterior que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) fosse consultada antes de ser divulgada matéria jornalística envolvendo a sua competência, assim como preleciona a ética jornalística, com o propósito de manter uma relação de informação com a população de forma mais concreta. Finalizou e passou a palavra. A Senhora Rosana Pereira, Representante da Rede Bike Anjo, frisou sobre a importância de que a cidade contemple a mobilidade urbana ativa e sustentável em seu Plano de Preservação e a respeito da importância de se reduzir a velocidade das vias. Chamou a atenção a respeito do estado de conservação do transporte público coletivo ofertado em Brasília e mencionou sobre continuidade das calçadas interrompidas, justificando, para tanto, que os pedestres não conseguiram chegar as paradas de ônibus sem sujar os seus calçados na região do Sudoeste. Arrematou a sua fala indicando que nada adiantaria uma cidade com uma série de documentos urbanísticos se não contemplasse as demandas das pessoas e solicitou que a Secretaria observasse mais cuidadosamente sobre o assunto. Agradeceu, finalizou e passou a palavra. Em sede de considerações, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira observou que essa era uma preocupação e um desafio, porque o Plano Piloto foi pensado com um viés estritamente rodoviário. Embora a busca por soluções seja o foco principal, acentuou que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) vinha trabalhando nos últimos quatro anos quanto ao planejamento

de calçadas, ciclovias, dentre outras ferramentas para o atendimento a mobilidade ativa. Contudo, asseverou que sistematizaria esse olhar para que assunto seja amplamente discutido. Finalizou e franqueou a palavra. A Senhora Luciana Jobim Navarro, Arquiteta e Urbanista, introduziu a sua fala discursando sobre o trabalho sério desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) e que as opiniões de um grupo seletivo de urbanistas não significam o entendimento da maioria. Com relação a proposta apresentada, enalteceu a previsão de definição das Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS), justificando, para tanto, que a cidade precisava ser adensada e que a diversidade de usos era importantíssima. Ressaltou que a discussão deveria envolver também os instrumentos dispostos no Estatuto da Cidade a fim de que a habitação de interesse social seja regulamentada também no Plano de Preservação. Além disso, organizou algumas questões que eram caras para o sindicato dos arquitetos e urbanistas tais como: mobilidade urbana sob égide do pedestre, alinhamento da paisagem e os albergues assistenciais nas áreas centrais da cidade, em razão da importância histórica. Contudo, mencionou que o detalhamento dessas questões não seria completamente contemplado no Plano de Preservação, mas no Decreto que o regulará. Finalizou e transmitiu a fala. O Senhor João Gilberto de Carvalho Accioly, Representante do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal (Sinduscon-DF) introduziu a fala enaltecendo todo o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH). Aduziu ser testemunha da abertura de espaço para o debate e que achava estranho algumas falas relatarem que não existia espaço para a discussão. Reforçou a respeito da segurança jurídica que todo o processo de construção de um instrumento capaz de compilar com clareza e objetividade a regra do jogo se tornou extremamente desafiador e discursou a respeito dos desafios presentes e futuros que poderiam existir na arquitetura e no urbanismo. Explicou que para além de um arcabouço legal, o Plano de Preservação deveria ser dinâmico e atualizado, observando, para tanto, que a proposta possuía um aspecto muito positivo em relação aos pontos relevantes e mais importantes para a manutenção do tombamento, o que representava algo diferente das legislações atualmente em vigor. Julgou muito sábia a atitude de conceder mais tempo ao debate para o amadurecimento da proposta, independente do formato que venha adotar. Finalizou e passou a palavra. Solicitando reparação na fala manifestada, o Senhor José Daldegan, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul (CCAS), explicou que sua fala foi no sentido de alguns arquitetos se identificam mais com aquele item a ser preservado e outros se identificam com aquilo que precisa ser mudado. Alegou não ter desmerecido a competência dos dois lados, mas a indicação que realizou foi em razão das arquitetas indicadas possuírem a mesma ótica de preservação daquele defendida pela Associação. Finalizada a colocação transmitiu a palavra. Não havendo mais inscritos e encerrado o debate, avançou-se ao item 4. Encerramento: O Senhor Mateus Leandro de Oliveira agradeceu, especialmente ao Diretor-Geral da Polícia Civil, Doutor Robson pela cessão do espaço, a toda a corporação da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), à Subsecretaria de Administração Geral (SUAG), em nome da Senhora Adriana Savite, Subsecretária e a todos do grupo que auxiliou a organização do evento. Agradeceu ainda a Assessoria Técnica de Órgãos Colegiados (ASCOL/SEDUH), que bravamente esteve organizando o evento nos últimos dias e todos os componentes da área técnica de tecnologia da UNTEC que colaboraram na organização do evento. Ademais, agradeceu aos conselheiros do Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN), encerrando e transmitindo a palavra. Em seguida, o Senhor Ovídio Maia Filho, Representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços, Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF), como últimas colocações parabenizou o Senhor Mateus Leandro de Oliveira pela condução da reunião e ao Governo do Distrito Federal (GDF) pela coragem no enfrento da discussão. Demonstrou felicidade por ouvir diversas contribuições da Vila Planalto, além das demais contribuições que foram oferecidas ao longo da reunião e ressaltou que a ataques pessoais não levavam a nada, mas que havia a segurança de defender o amor por Brasília a partir de um planejamento futuro. Mencionou que a legislação deveria ser feita para o cidadão e para o atendimento do bem-estar das pessoas, porque se a norma atender a sociedade e o bem-estar, resultará, sem dúvidas, no alcance de seus objetivos. Nesse aspecto. Pontuou que o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (CONPLAN) era composto por instituições sérias que buscam atender aos interesses da sociedade como um todo, então, no que tange a Federação do Comércio, a entidade representa mais de 50% (cinquenta por cento) da geração de emprego e renda, além do trabalho social realizado por meio do Sesc e Senac. Desse modo, defendeu que todas as atividades que culminaram na proposta advogam fielmente na busca por segurança jurídica e desejam trabalhar e estabelecerem em locais regularizados para produzirem emprego e renda para a população. Logo em seguida, o Senhor Mateus Leandro de Oliveira parabenizou aos relatores presentes, a toda a equipe da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH), em especial à Senhora Janafina Domingos Vieira e ao Senhor Ricardo Noronha, a toda a Subsecretaria do Conjunto Urbanístico de Brasília (SCUB), bem como aos que permaneceram até o final da reunião demonstrando e presenciando claramente o debate democrático e de construção do futuro de Brasília. Desse modo, declarou encerrada a Audiência Pública e desejou a todos um excelente final de semana.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado